

Cristina Costa

SOCIOLOGIA

Introdução à ciência da sociedade

LIVRO PARA ANÁLISE
DO PROFESSOR
• VENDA PROIBIDA •

ABRELIVROS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDITORES DE LIVROS

≡ Moderna

Coordenação editorial: Maria Raquel Apolinário, Eduardo Augusto Guimarães
Edição de texto: Eduardo Augusto Guimarães, João Carlos Agostini
Assessoria didático-pedagógica: João Carlos Agostini
Assistência editorial: Cintia Medina, Tathiane Gerbovic, Maria Odette Garcez, Edmar Ricardo Franco, Leandro Salman Torelli
Preparação de texto: Lizete Mercadante, Sérgio Roberto Torres
Coordenação de design e projetos visuais: Sandra Botelho de Carvalho Homma
Projeto gráfico: Aurélio Camilo
Capa: Aurélio Camilo, Mariza Porto
Imagem da capa: Pessoas descem ladeira na cidade de São Paulo, 1995. Nelson Kon/SambaPhoto
Coordenação de produção gráfica: André Monteiro, Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de arte: Maria Lucia F. Couto
Edição de arte: Rodrigo Carraro Moutinho
Editoração Eletrônica: Aga Estúdio, D'Livros Editora e Distribuidora Ltda.
Ilustrações: Alex Affonso, Marcelo Pliger, Mario Kanno
Cartografia: Alessandro Passos da Costa, Anderson de Andrade Pimentel
Coordenação de revisão: Elaine Cristina del Nero
Revisão: Ana Paula Luccisano, Fernanda Marcelino, Luís M. Boa Nova, Maiza P. Bernardello, Maristela S. Carrasco, Millyane M. Moura
Pesquisa iconográfica: Aline Chiarelli, Erika Freitas, Leonardo de Sousa Klein, Joanna Heliszkowski, Monica de Souza
Coordenação de bureau: Américo Jesus
Tratamento de imagens: Bureau Sp, Fabio N. Precendo, Rubens Mendes Rodrigues, Wagner dos Santos Lima
Pré-impressão: Hélio P. de Souza Filho, Marcio Hideyuki Kamoto, Everton L. de Oliveira, Alexandre Petreca
Coordenação de produção industrial: Wilson Aparecido Troque
Impressão e acabamento: Prol Editora Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costa, Cristina
Sociologia : Introdução à ciência da sociedade /
Cristina Costa. — 4. ed. — São Paulo : Moderna, 2010.
Bibliografia.

1. Sociologia I. Título.

10-03462

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia 301

ISBN 978-85-16-06595-9 (LA)

ISBN 978-85-16-06596-6 (LP)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho

São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904

Vendas e Atendimento: Tel. (0_ _11) 2790-1500

Fax (0_ _11) 2790-1501

www.moderna.com.br

2011

Impresso no Brasil

Sumário

Unidade I Sociologia: a criação do campo do saber, 8

Capítulo 1 ▶ Da era pré-científica ao Renascimento, 10

1. O conhecimento como característica da humanidade, 10 / 2. A sociologia: um conhecimento de todos, 11 / 3. A emergência do pensamento científico, 13 / 4. A razão a serviço do indivíduo e da sociedade, 14 / 5. Um novo pensamento social, 15 / 6. A transição para o Iluminismo: uma nova etapa no pensamento burguês, 18 / 7. O cientificismo, 19 / Atividades, 20

Capítulo 2 ▶ Da Ilustração ao nascimento das ciências sociais, 24

1. Iluminismo: a sociedade inteligível, 24 / 2. Liberalismo: a filosofia social dos séculos XVII e XVIII, 26 / 3. O milagre da ciência, 28 / 4. O anticlericalismo, 29 / 5. Iluminismo no Brasil, 29 / 6. Da filosofia social à sociologia, 30 / 7. O darwinismo social, 32 / Atividades, 36

Capítulo 3 ▶ A sociologia de Émile Durkheim, 38

1. O que é fato social, 38 / 2. Normalidade e patologia nos fatos sociais, 42 / 3. A consciência coletiva e a consciência individual, 43 / 4. Morfologia social: as espécies sociais, 43 / 5. Durkheim e a sociologia científica, 44 / Atividades, 45

Capítulo 4 ▶ A sociologia alemã: a contribuição de Max Weber, 48

1. O pensamento filosófico e científico alemão, 48 / 2. A sociedade sob uma perspectiva histórica, 49 / 3. O método compreensivo e a ação social: uma ação com sentido, 51 / 4. A tarefa do cientista, 52 / 5. O tipo ideal, 53 / 6. A importância de Weber para a sociologia, 56 / Atividades, 57

Capítulo 5 ▶ Karl Marx e a história da exploração do homem, 60

1. Teoria e revolução, 60 / 2. As origens, 61 / 3. O materialismo histórico, 63 / 4. A ideia de alienação, 64 / 5. As classes sociais, 65 / 6. A origem histórica do capitalismo, 65 / 7. A amplitude da contribuição de Marx, 69 / Atividades, 71

Leitura complementar, 74

Sugestões, 75

Unidade II Sociologia no Brasil: o estudo de uma nação, 76

Capítulo 6 ▶ A sociologia no Brasil (I), 78

1. Heranças, 78 / 2. O colonialismo europeu, 78 / 3. A visão de mundo da corte e o século XIX, 79 / 4. O advento da burguesia, 81 / 5. A geração de 1930, 83 / 6. Institucionalização do ensino e divulgação da sociologia, 85 / 7. O integralismo e a intelectualidade conservadora, 86 / Atividades, 87

Capítulo 7 ▶ A sociologia no Brasil (II), 89

1. A década de 1940, 89 / 2. A década de 1950, 92 / 3. Darcy Ribeiro e a questão indígena, 93 / 4. O golpe de 1964, 94 / 5. As ciências sociais pós-1964, 95 / 6. A sociologia brasileira no século XXI, 96 / Atividades, 98

Leitura complementar, 100

Sugestões, 101

Unidade III Globalização: uma nova identidade, 102

Capítulo 8 ▶ Modelos contemporâneos de explicação sociológica, 104

1. A crise dos paradigmas na sociologia atual: uma explicação necessária, 104 / 2. Sociologia contemporânea, 106 / 3. Escola de Chicago, 108 / 4. Escola de Frankfurt, 109 / 5. Sociologia francesa: Pierre Bourdieu, 111 / 6. Norbert Elias e a civilização, 113 / 7. Manuel Castells e a sociedade em rede, 114 / Atividades, 115

Capítulo 9 ▶ Teorias da globalização, 117

1. Capitalismo dominante, 117 / 2. O reposicionamento do Estado-nação, 118 / 3. Informática e automação, 119 / 4. Desterritorialização, 122 / 5. Metropolização, 123 / 6. Pós-modernidade e globalização, 124 / 7. Disparidades e desigualdades, 125 / Atividades, 126

Capítulo 10 ▶ Pobreza e exclusão, 128

1. Utopia e realidade, 128 / 2. Desigualdade e pobreza, 128 / 3. Estado de carência múltipla, 132 / 4. Urbanização e criminalidade, 134 / 5. O estigma da pobreza, 135 / 6. Um exército de reserva?, 137 / Aprofundando conteúdos: A pobreza no Brasil, 138 / Atividades, 140

Leitura complementar, 142

Sugestões, 143

Unidade IV Sociologia e política, 144

Capítulo 11 ▶ Democracia e direitos humanos, 146

1. A construção da democracia, 146 / 2. As origens, 147 / 3. A democracia liberal moderna, 150 / 4. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 152 / 5. Humanismo, 154 / 6. Fundamentos históricos do conceito de direitos humanos, 155 / 7. A universalidade dos direitos humanos, 156 / 8. Globalização e universalismo, 158 / Atividades, 160

Capítulo 12 ▶ Cidadania, 162

1. A política e o pensamento renascentista, 162 / 2. Cidadania e vida pública, 163 / 3. Nacionalismo e cidadania, 164 / 4. O despertar do Estado nacional, 165 / 5. Cidadania e sociologia, 166 / 6. Desafios da atualidade, 168 / 7. Novo pacto social, 169 / 8. Nova territorialidade, 170 / 9. Pluralismo e trivialização, 171 / 10. Os impasses do desenvolvimento, 172 / 11. O direito à paz, 174 / Atividades, 175

Leitura complementar, 178

Sugestões, 179

Unidade V Cultura: das origens à atualidade, 180

Capítulo 13 ▶ A origem da cultura, 182

1. Estudando a cultura, 182 / 2. Processo evolutivo humano, 183 / 3. Humanização, simbolismo e linguagem, 185 / Atividades, 187

Capítulo 14 ▶ A importância da cultura, 190

1. Cultura humana, 190 / 2. Os sentidos da palavra cultura, 191 / 3. O conceito de civilização, 192 / 4. O conceito científico de cultura na antropologia, 192 / 5. As contribuições da teoria funcionalista: Malinowski e Radcliffe-Brown, 194 / 6. Padrões culturais, cooperação, competição e diversidade, 196 / Atividades, 198

Capítulo 15 ▶ Estudos da cultura, 200

1. Antropologia no século XX, 200 / 2. Estruturalismo: uma nova abordagem antropológica, 202 / 3. As contribuições dos estudos marxistas, 204 / 4. A cultura como significado, 207 / 5. Pós-colonialismo, 208 / 6. Estudos culturais, 209 / Atividades, 211

Capítulo 16 ▶ Comunidade: a contribuição da sociologia para o estudo da cultura, 213

1. Entre sociologia e antropologia, 213 / 2. Os estudos sobre comunidade, 215 / 3. Comunidade como círculo alcançável, 217 / 4. Comunidade: uma abordagem interdisciplinar, 218 / 5. Comunidades e minorias sociais, 219 / Atividades, 220

Leitura complementar, 222

Sugestões, 223

Unidade VI Culturas contemporâneas, 224

Capítulo 17 ▶ Classes sociais, grupos e tribos, 226

1. Aculturação e assimilação, 226 / 2. Subculturas, 228 / 3. Contracultura, 229 / 4. Cultura de classe, 230 / 5. Os estabelecidos e os *outsiders*, 231 / 6. Tribalismo contemporâneo, 234 / Atividades, 236

Capítulo 18 ▶ Cultura de massa, 238

1. A imprensa renascentista, 238 / 2. O grande público, 239 / 3. O estudo da “massa”, 241 / 4. Cultura de massa e homogeneização da sociedade, 243 / 5. Cultura de massa, poder político e poder econômico, 244 / Atividades, 246

Capítulo 19 ▶ Localismos e comunidades virtuais, 248

1. Cultura: tempo e espaço, 248 / 2. Lugar e cultura, 248 / 3. O lugar nas sociedades complexas, 251 / 4. Instituições totais, 252 / 5. Os não lugares, 253 / 6. Culturas virtuais, 254 / Atividades, 256

Capítulo 20 ▶ Multiculturalismo, 258

1. A produção simbólica, 258 / 2. Global, nacional, local, 260 / 3. Uma reação à cultura de massa e à industrialização da cultura, 262 / 4. Sincretismos, 264 / 5. Releituras de uma antiga discussão, 267 / Atividades, 268

Leitura complementar, 270

Sugestões, 271

Unidade VII Identidades, 272

Capítulo 21 ▶ Identidade e subjetividade, 274

1. O reflexo, 274 / 2. Integração à sociedade, 275 / 3. Os sonhos e a cultura, 276 / 4. O eu e o outro, 278 / 5. Rumo à individualização, 280 / Atividades, 283

Capítulo 22 ▶ Identidade social, 285

1. A máscara, 285 / 2. Os papéis sociais, 286 / Atividades, 294

Capítulo 23 ▶ Identidade narrativa, 297

1. Signo, referente, linguagem e identidade, 297 / 2. Narratividade, mitos e histórias, 298 / 3. Memória individual e coletiva, 301 / 4. O interesse das ciências sociais pela narratividade, 302 / 5. Identidade midiática, 304 / Atividades, 306

Capítulo 24 ▶ A identidade no mundo globalizado, 308

1. Supermercado mundial, 308 / 2. A busca por novas formas identitárias, 310 / 3. Ambientalismo, uma nova forma de identidade coletiva, 312 / 4. Fundamentalismos e novas formas de pertencimento, 314 / 5. Identidade de gênero e sexual, 315 / 6. Identidade e identidades, 317 / Aprofundando conteúdos: A voz da comunidade, 318 / Atividades, 320

Leitura complementar, 322

Sugestões, 323

Unidade VIII Sociedade midiática: relações e meios, 324

Capítulo 25 ▶ Mediações e linguagens, 326

1. Narcisismo e mediação, 326 / 2. O ser das ciências humanas, 327 / 3. Contatos e mediações, 330 / 4. O mito de Babel e a globalização, 332 / 5. A revolução escrita, 334 / Atividades, 337

Capítulo 26 ▶ Comunicação e sociologia, 340

1. A indústria editorial, 340 / 2. Comunicação e vida social, 343 / 3. Comunicador e receptor, 344 / 4. Opinião pública, 346 / 5. Indústria cultural, 348 / Atividades, 350

Capítulo 27 ▶ A era da imagem, 352

1. Os voduz, 352 / 2. Magia e tecnologia: a invenção da fotografia, 354 / 3. A imagem em movimento e a invenção do cinema, 355 / 4. Rádio e televisão invadem as residências, 357 / 5. Uma sociedade de imagens, 359 / 6. Uma aldeia global e analógica, 360 / 7. Representação, alienação e comunicação, 361 / Atividades, 363

Capítulo 28 ▶ A sociologia e a sociedade midiática, 365

1. Uma sociologia e várias visões, 365 / 2. Theodor Adorno, Walter Benjamin e a pesquisa social na Alemanha, 366 /

3. Estudos culturais na Europa e na América Latina, 368 / 4. Octávio Ianni e o príncipe eletrônico, 370 / 5. Pierre Bourdieu e o conceito de capital simbólico, 372 / 6. Guy Debord e a sociedade do espetáculo, 373 / 7. Roger Silverstone: por que estudar a sociedade midiática?, 375 / Atividades, 376

Leitura complementar, 378

Sugestões, 379

Unidade IX Tecnologia e sociedade, 380

Capítulo 29 ▶ Do Homo faber ao homem como força motriz, 382

1. Paus, pedras, ossos e sacolas, 382 / 2. Fabricar instrumentos não é uma especificidade do ser humano, 383 / 3. A aceleração do desenvolvimento tecnológico, 385 / 4. A transformação do homem em força motriz, 387 / 5. Consequências sociais do emprego da tecnologia, 389 / Atividades, 390

Capítulo 30 ▶ A emergência das mídias digitais, 392

1. Introdução, 392 / 2. Os antecedentes, 392 / 3. Comentando a emergência das mídias digitais, 395 / 4. Breve história dos computadores, 396 / 5. Para uma crítica da informatização, 401 / Atividades, 403

Capítulo 31 ▶ Sociedade e trabalho, 405

1. Sociologia contemporânea: neoliberalismo, informática e globalização, 405 / 2. A automação na indústria, 407 / 3. Sociologia e trabalho na atualidade, 409 / 4. A perda de significância do trabalho produtivo, 412 / 5. O horror econômico, 412 / Atividades, 414

Capítulo 32 ▶ Comunicação em rede e informação, 416

1. Outras consequências, 416 / 2. Comunicação a distância e novas sociabilidades, 417 / 3. Multimídia e novas sensibilidades, 417 / 4. Interatividade e dialogismo, 419 / 5. Desafios da sociologia na sociedade informacional, 422 / Atividades, 423

Leitura complementar, 426

Sugestões, 427

Unidade X Sociedade de consumo, 428

Capítulo 33 ▶ Consumo, 430

1. Produzir: um ato social e coletivo, 430 / 2. A produção também é consumo, 431 / 3. O fetichismo da mercadoria, 432 / 4. A sociedade burguesa, 434 / 5. Uma sociedade de emergentes, 435 / Atividades, 438

Capítulo 34 ▶ A indústria de massa, 440

1. O nascimento da indústria, 440 / 2. O taylorismo e o fordismo, 441 / 3. A sociedade afluyente, 443 / 4. Consumo e publicidade, 445 / 5. A indústria de bens simbólicos, 446 / 6. Deslocamentos: o *kitsch*, 447 / Atividades, 449

Capítulo 35 ▶ Moda, 352

1. Capitalismo e substituição, 452 / 2. Origem, 452 / 3. Individualismo *versus* massificação, 454 / 4. O consumo como *status* e valor, 456 / 5. Novos-ricos, cópias, simulacros, imitações, 457 / 6. Singularidades, 459 / 7. A vida social das coisas, 460 / Atividades, 461

Capítulo 36 ▶ Consumismo contemporâneo, 464

1. O capitalismo no início do século XX, 464 / 2. Toyotismo, 465 / 3. Produção por demanda, 466 / 4. Globalização e desterritorialização do consumo, 468 / 5. Ócio, lazer e entretenimento, 469 / 6. Efemeridade, informalidade, informação, 471 / 7. O consumo sustentável, 472 / 8. O consumo consciente e o direito do consumidor, 473 / Aprofundando conteúdos: Quanto custa uma camiseta?, 474 / Atividades, 476

Leitura complementar, 480

Sugestões, 481

Bibliografia, 482

UNIDADE

I

Sociologia: a criação do campo do saber

CAPÍTULOS

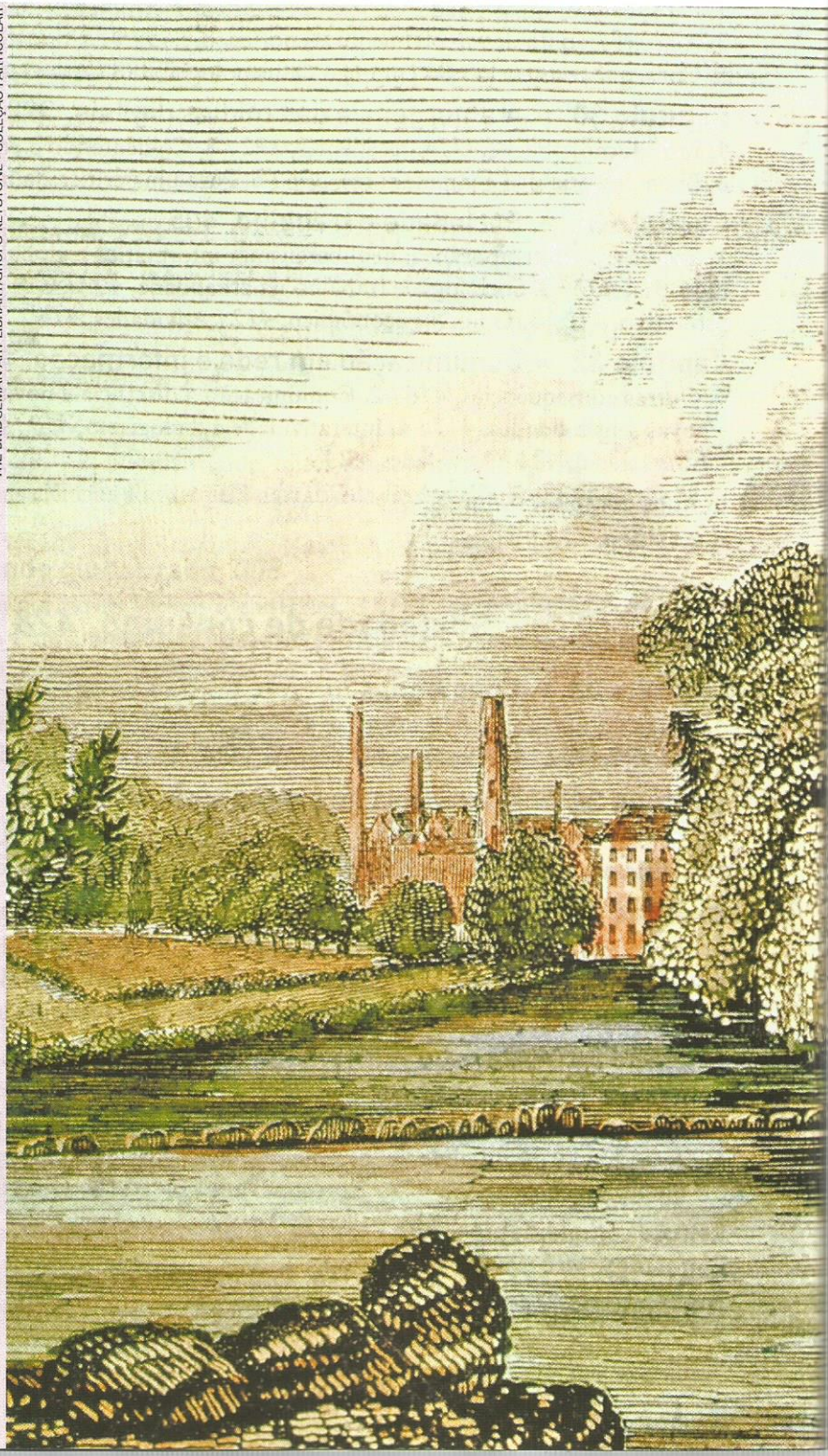
- 1 Da era pré-científica ao Renascimento p. 10
- 2 Da Ilustração ao nascimento das ciências sociais p. 24
- 3 A sociologia de Émile Durkheim p. 38
- 4 A sociologia alemã: a contribuição de Max Weber p. 48
- 5 Karl Marx e a história da exploração do homem p. 60

OBJETIVOS

- Reconstruir o desenvolvimento do pensamento sociológico a partir do Renascimento.
- Conhecer o caminho percorrido pela sociologia, que a levou a se diferenciar da filosofia social e a se constituir em um corpo organizado de conceitos e metodologias científicas.

Gravura anônima. Fábrica têxtil de Sir Thomas Lombe, em Derby. Século XVIII.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/GRUPO KEYSTONE - COLEÇÃO PARTICULAR



O conceito de natureza

"O conceito de 'natureza' é hoje determinado, em larga medida, pela forma e pela significação sociais que as ciências da natureza lhe conferiram. Mas essas ciências interessam-se apenas por um setor limitado do universo. [...] Se quisermos compreender isso a que se chama 'natureza', entretanto, será preciso levarmos em conta o fato de que os seres humanos [...] surgi-

ram do universo físico. Numa palavra, teremos de incluir no conceito de natureza a capacidade que ela tem de produzir, no curso de processos cegos, não apenas reatores de hélio ou desertos lunares, mas também seres humanos."

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 12.



APICGETTY IMAGES

Augusto Comte (1798-1857), filósofo francês, fundador da sociologia e do positivismo, c. 1850.



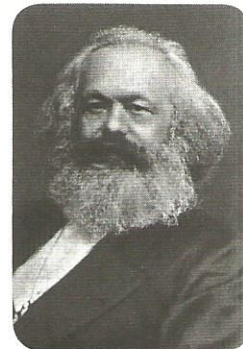
ALBUM/AGG IMAGES/LATINSTOCK

Émile Durkheim (1858-1917), pensador francês considerado um dos pais da sociologia moderna, c. 1900.



EVERETT COLLECTION/LATINSTOCK

Max Weber (1864-1920), pensador alemão, um dos fundadores da sociologia moderna, c. 1910.



BETTMAN/CORBIS/LATINSTOCK

Karl Marx (1818-1883), pensador alemão, conhecido pela teoria crítica e revolucionária que levou seu nome: marxismo, c. 1880.

Para debater

1. O que você entende por natureza?
2. Segundo o texto, o que é a natureza?

Da era pré-científica ao Renascimento

Cultura. Termo originariamente relacionado com a antropologia. Nas ciências sociais, correspondeu, inicialmente, a um conjunto de hábitos, costumes e formas de vida capazes de distinguir um povo de outro ou um grupo social de outro. Atualmente, com o advento de uma concepção mais simbólica da vida humana, o conceito de cultura ganhou conteúdos mais abstratos, que a veem como um conjunto de significados partilhados por um grupo.

1. O conhecimento como característica da humanidade

Ao observarmos animais de diferentes espécies, percebemos a existência de regularidades comportamentais que caracterizam a vida de cada grupo: eles se reúnem, convivem, competem e se acasalam de forma ordenada, reproduzindo um certo modelo que varia em função do ambiente em que vivem.

A preservação das espécies animais e sua adaptação parecem ser, como afirmou Darwin na teoria sobre a evolução das espécies, o objetivo desses hábitos de vida, da forma de convivência e da sociabilidade. Assim, os animais desenvolvem estilos próprios de comportamento que lhes permitem a reprodução e a sobrevivência.

O homem, como uma entre as várias espécies animais existentes, também desenvolveu processos de convivência, reprodução, acasalamento e defesa. Desse modo, apresenta uma série de atitudes que o caracteriza. Algumas são “instintivas”, são ações e reações que se desenvolvem de forma espontânea, dispensando o aprendizado, como respirar ou alimentar-se. Proveniente de sua bagagem genética, o homem demonstra também ser capaz de sentir medo, prazer ou frio e de expressar esses sentimentos. Porém, quer por dificuldades impostas pelo ambiente, quer por particularidades da própria espécie, o homem também desenvolveu habilidades e comportamentos que não são genéticos, mas culturais.

Quando falamos em **cultura**, estamos nos referindo a um conjunto de valores, crenças, padrões de comportamento e hábitos de vida que, apesar de geral e coletivo, varia no tempo e no espaço. A cultura não se desenvolve em um grupo de modo espontâneo, mas é produzida historicamente, fruto da dinâmica da vida em comum. Para ser transmitida por uma geração para outra depende de aprendizado.

Essas são as principais características do ser humano: viver de acordo com a cultura, desenvolver um sistema simbólico, comunicar-se através de complexo processo linguístico e transmitir conhecimento por meio da socialização (figuras 1 e 2). Tal complexidade exigiu que o ser humano se tornasse objeto de ciências especialmente desenvolvidas para compreendê-lo. São as chamadas ciências humanas, entre as quais se destaca a sociologia, que estuda especialmente os princípios que regem a vida em grupo. A ela dedicamos o presente texto abordando sua origem e os primeiros corpos teóricos organizados.

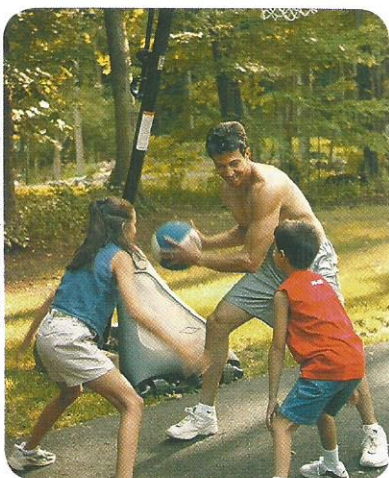


Figura 1 • Pai e filhos jogam bola. Rio Grande do Sul, 2007. Em situações diferentes – ensino, entretenimento ou sociabilidade –, os seres humanos aprendem uns com os outros.



GABRIEL LORDELLO/FUTURA PRESS

Figura 2 • Professora e alunos em sala de aula. Espírito Santo, 2008.

Esperamos ajudar os leitores a entender melhor o mundo que os cerca e a torná-los mais sensíveis em relação à sua participação como membros da espécie humana, que é tão peculiar.

2. A sociologia: um conhecimento de todos

Palavras e expressões como **contexto social**, classe, estrato, camada, movimento e conflito social são hoje muito veiculadas pelos meios de comunicação de massa e aparecem nos discursos políticos, na publicidade e no dia a dia das pessoas. Há referências, por exemplo, às “classes sociais”, às “elites” e às “pressões sociais” como se fossem termos que fizessem parte de um vocabulário conhecido por todos, como se políticos, consumidores e eleitores soubessem exatamente o que elas significam.

Cada vez mais pesquisas, para os mais diversos fins, veiculam os resultados, e o público, em geral, demonstra entender os procedimentos utilizados por elas. O leitor ou espectador admite que seu comportamento, suas emoções e sentimentos dependem de suas características individuais assim como de certas regularidades que são observáveis nos membros de um determinado grupo exposto às mesmas circunstâncias. Ele intui a existência de regularidades em nossa forma de comportamento e reconhece que, por trás da diversidade entre as pessoas, existe certa padronização nos modos de agir e pensar, de acordo com sexo, idade, nacionalidade, classe social ou etnia.

O uso da sociologia nos diversos campos da atividade humana

Assim como o leitor, o espectador de televisão e o cidadão comum sabem que existem conceitos e métodos relativamente eficazes para entender o comportamento social. E profissionais das mais diversas áreas também não ignoram a validade do instrumental da sociologia.

Contexto social. Conjunto de condições de vida coletiva que caracterizam uma sociedade, em determinada época e lugar, tais como forma de poder, sistema produtivo e tipo de organização social. Tais condições influenciam a dinâmica da vida social e o desenrolar dos acontecimentos.

Não se constroem mais cidades, não se desenvolvem campanhas políticas nem se declaram guerras sem levar em consideração as pessoas envolvidas, suas crenças, seus interesses, suas ideias e tradições, enfim tudo aquilo que motiva sua ação e guia sua conduta. A sociedade tem características que precisam ser conhecidas para que aqueles que nela atuam atinjam seus objetivos. Isso significa que nenhum setor da vida social prescinde dos conhecimentos sociológicos, pois a ação consciente e programada exige pesquisa, planejamento e método (figura 3). É por isso que a sociologia faz parte dos programas básicos dos cursos universitários que preparam os mais diversos profissionais – de dentistas a artistas, de engenheiros a jornalistas – e, por isso, também o sociólogo integra equipes nos mais diversos setores da vida social.

As teorias desenvolvidas têm tido especial aplicação na elucidação do comprometimento dos cidadãos em relação à sociedade em que vivem.

Desafios da sociologia hoje

Sistematizadas com o desenvolvimento das cidades e da indústria, as teorias sociológicas orientam os demais cientistas na compreensão da vida social e do comportamento coletivo. O diálogo estabelecido com as diversas áreas do saber garantiu à sociologia uma dimensão interdisciplinar, ao mesmo tempo que enriqueceu os diversos campos científicos.

Além dessa abrangência e interdisciplinaridade conquistada pelo conhecimento sociológico, as teorias desenvolvidas têm tido especial aplicação na elucidação do comprometimento dos cidadãos em relação à sociedade em que vivem. Dessa forma, a sociologia tem sido importante na educação política e na prática da cidadania.

Finalmente, a sociologia é particularmente necessária em épocas de crise e mudanças como a que vivenciamos na atualidade. Quando as instituições se transformam, quando as relações sociais se afrouxam, quando padrões éticos são abandonados, ou ainda, quando novas ideologias se difundem, é hora de pensar a vida social de modo sistemático e consequente.

É em razão desses fatores, e, especialmente, da complexidade da vida contemporânea e das transformações que estão em processo, que a sociologia se torna indispensável à formação dos jovens, dos profissionais e dos cidadãos.



Figura 3 • Pesquisadora do Censo demográfico realiza entrevista para coletar dados. Brasília, 2010.

3. A emergência do pensamento científico

Pensar cientificamente o ser humano e a vida social resultou de um lento processo pelo qual a ciência em geral e as ciências humanas em particular foram ganhando espaço e legitimidade. Além disso, embora o pensamento abstrato seja uma das principais características da humanidade, os modelos de conhecimento que o homem desenvolveu não foram sempre os mesmos.

Os povos desenvolvem diferentes formas de explicação a respeito da vida, da natureza e da sociedade em que vivem, dependendo dos fatores sociais, da tradição, da influência de outros grupos, da maior ou menor resistência cultural. No mundo antigo, tal qual o entendemos hoje, predominou o pensamento mítico e religioso que concebia o mundo como uma obra divina, submetida aos desígnios do criador.

Para os egípcios, como para os babilônios, a eficiência do pensar limitava-se ao pragmatismo, à necessidade de solucionar problemas particulares que se apresentavam como obstáculos ao transcurso da existência. O pensar como um exercício voltado para si mesmo, capaz de se desenvolver sem uma aplicabilidade imediata, independente das crenças religiosas e do pensamento mítico, teve suas raízes históricas na civilização grega.

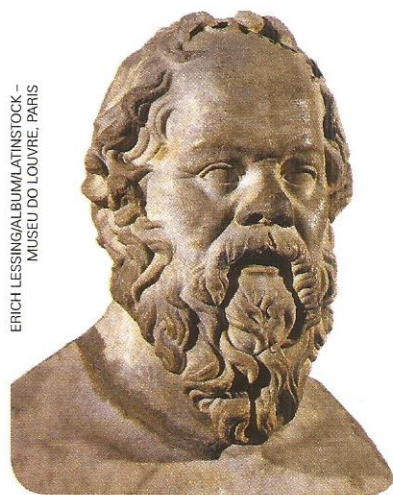
O pensamento especulativo grego

Entre os séculos VI e V a.C., os gregos romperam com o senso comum, com a tradição e com o pensamento mítico. Com essa mudança, desenvolveram uma reflexão laica e independente, própria do **pensamento especulativo**, que se debruçava sobre o mundo procurando entendê-lo em sua objetividade. Em consequência, acabaram por criar a filosofia e muitos dos campos do saber até hoje conhecidos, como a geometria e a astronomia (figura 4).

Alguns historiadores dão o nome de “milagre grego” a esse salto qualitativo do conhecimento humano sobre si e a natureza, em que se abandonaram a explicação mítica e o princípio da interferência das forças sobrenaturais nos destinos do homem para dirigir-se à obtenção do saber por meio da abstração comandada pela razão. A ideia de milagre vem, por um lado, das amplas repercussões causadas por essa revolução na vida da época e de períodos posteriores e, por outro, da falsa impressão de ter sido uma mudança abrupta, vinda do nada e ocorrida rapidamente.

A consciência individual emancipava-se à medida que o homem grego constatava ser o destino o resultado da ação humana e não da vontade dos deuses e do respeito aos rituais sagrados. Crescia nele a percepção de si mesmo como um indivíduo dotado de razão e capaz de realizar ações inspiradas por ela. Apesar do grande avanço no conhecimento da natureza e da sociedade proporcionado pelos gregos antigos, a racionalidade e a investigação especulativa da natureza só se tornaram formas dominantes de pensar muitos séculos mais tarde, a partir do Renascimento (séculos XIV-XVI).

Pensamento especulativo. Diz-se daquela reflexão que vai além do imediato e da necessidade prática, buscando o novo, o inusitado e o criativo como resultado do exercício da razão.



ERICH LESSING/ALBUM/LATINSTOCK - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Figura 4 • Busto de Sócrates, cópia do original grego do século IV a.C., atribuída ao escultor grego Lysippos. A história da filosofia grega divide-se em pré-socrática e pós-socrática, porque é a partir de Sócrates, que se conhece pelos textos escritos por Platão, que a filosofia adquiriu novo desenvolvimento.

4. A razão a serviço do indivíduo e da sociedade

O Renascimento se caracteriza por uma nova postura do homem ocidental diante da natureza e do conhecimento.

Hegemônico. Termo que designa a posição de dominância de uma pessoa, grupo social ou instância da vida social sobre uma totalidade, que é múltipla e diversificada. Dessa forma, a hegemonia implica diferentes graus de imposição de uma parte sobre o todo.

Foi no Renascimento, com o desenvolvimento do comércio e de núcleos urbanos, que o pensamento científico se impôs como forma **hegemônica** de pensar o mundo, abrindo-se uma era de apogeu do cientificismo e da racionalidade.

O Renascimento é um dos mais importantes momentos da história do Ocidente. Foi quando se processou a ruptura entre o mundo medieval, com suas características de sociedade agrária, estamental, teocrática e fundiária, e o mundo moderno urbano, burguês e comercial (figura 5).

Esse movimento representou uma nova postura do homem ocidental diante da natureza e do conhecimento. Juntamente com a perda de hegemonia da Igreja Católica como instituição e o consequente aparecimento de novas doutrinas e seitas conclamando seus seguidores a uma leitura interpretativa dos textos sagrados, o homem renascentista redescobriu a importância da dúvida e do pensamento especulativo. O conhecimento deixou de ser encarado como uma revelação, resultante da contemplação e da fé, para ser o resultado de uma bem conduzida atividade do pensamento (figura 6).

“Este é o homem novo do Renascimento: aquele que se liberta da tradição pela dúvida e confirma seu valor através dos resultados de seus esforços; aquele que confia em suas experiências e em sua razão; o que confia no novo, pois assume sua realização dentro da temporalidade.”

PESSANHA, José Américo Motta. Humanismo e pintura.
In: NOVAES, Adauto. *Artepensamento*. São Paulo:
Companhia das Letras, 1994. p. 34.

É nesse ambiente propício de curiosidade, dúvida e valorização humana que o pensamento científico adquiriu nova importância, promovendo o aumento do interesse pelo entendimento da vida social.



Figura 5 • Detalhe da pintura *Banquete de casamento*, de Sandro Botticelli, 1483. Em cenas como essa, os pintores renascentistas (séculos XV e XVI) exaltavam a vida terrena.



Figura 6 • *Accademia de Baccio Bandinelli*, gravura de Enea Vico, 1550, representando uma academia renascentista.

O crescimento das cidades e do comércio, as viagens marítimas, o contato com outros povos desafiavam os homens a pensar a sua realidade próxima e a comparar diferentes culturas. Descobertas de riquezas, de terras, de regiões alimentavam a imaginação do homem renascentista, que passou a valorizar o “novo” e a considerá-lo sinônimo de “maravilhoso”. Estimulados por ele, muitos rompiam com o passado e buscavam novas explicações para um cenário diferente que se descortinava e para o qual as antigas crenças não serviam mais.

O desenvolvimento tecnológico, que se tornou cada vez mais acelerado, promoveu novas maneiras de olhar o mundo, provocando mudanças nas relações humanas e na produção material da vida. Ao criar a prensa de tipos móveis, Johannes Gutenberg deu à Europa o instrumento que faltava para saciar a ávida necessidade da comunidade livre-pensante de ler os clássicos, realizar pesquisas empíricas, elaborar hipóteses e torná-las conhecidas. Iniciou-se, então, um processo irreversível de divulgação do conhecimento e de hegemonia da cultura letrada, aspectos importantes para o desenvolvimento da ciência e do conhecimento. As pessoas passaram a buscar a coerência dos textos, traço indispensável para credibilidade e legitimidade das ideias ali expostas. A reflexão e a argumentação começaram a dispensar a noção medieval de verdade revelada.

5. Um novo pensamento social

Em um mundo cada vez mais laico e independente da tutela da religião, o homem foi levado a pensar e a analisar a realidade que o cerca em sua objetividade.

O aparecimento de novas instituições políticas e sociais – as nações, os Estados, as legislações e os exércitos nacionais – levou os estudiosos a repensar a vida social e a história, tornando evidente o papel da consciência, da vontade, do discernimento e da intervenção humana no rumo dos acontecimentos.

Ao mesmo tempo, a emergência da burguesia promoveu transformações políticas e sociais, e o espaço que ela conquistou desfez a crença em uma sociedade estática, de origem divina. Em seu lugar, surgiu a ideia de uma vida social dinâmica e em permanente construção.

Nessa atitude especulativa diante da vida social estava o germe do pensamento social moderno que se expressou na pintura, na filosofia e na literatura – especialmente na literatura utópica de Thomas Morus (*A Utopia*), Tommaso Campanella (*A cidade do Sol*) e Francis Bacon (*Nova Atlântida*).

Thomas Morus (1478-1535)

Nasceu em Londres. Foi pensador, estadista, advogado e membro da Câmara dos Comuns. Como bom humanista, desenvolveu estudos sobre o grego antigo. Em 1518, foi nomeado membro do Conselho Secreto de Henrique VIII e chegou a ocupar, em 1529, o mais alto cargo do reino. Opôs-se à anulação do casamento de Henrique VIII, recusando-se a jurar fidelidade à Igreja Anglicana fundada pelo rei, por ser católico e contrário aos desmandos da autoridade real. Foi preso, condenado e executado. Em 1935, foi canonizado pela Igreja Católica, e sua festa é celebrada em 6 de julho, dia de sua morte. Sua grande obra é *A Utopia*.

As utopias

Entre os diversos gêneros literários que floresceram no Renascimento, um deles, a **utopia**, expressou essa nascente preocupação com os problemas sociais. Herdadas dos gregos antigos, as utopias eram obras que, à maneira das ficções científicas modernas, procuravam projetar sociedades perfeitas. O próprio nome é sugestivo: utopia, que significa “lugar nenhum”, uma alusão à dificuldade de se construir uma sociedade sem desigualdades e injustiças.

As utopias criadas por Thomas Morus e Tommaso Campanella eram um exercício literário e sociológico no qual os autores treinavam o pensamento social: inventavam instituições políticas não autoritárias, mecanismos de controle social justos e formas igualitárias de produção e distribuição de bens. Essas obras demonstravam que seus autores já eram capazes de pensar criticamente a sociedade e propor soluções que dependiam essencialmente da vontade humana. A sociedade deixava de ser mero cenário para o desenrolar da vida e tornava-se parte da cena e da ação do homem.

Utopia

Utopia vem dos termos gregos *ou* (“não”) e *topos* (“lugar”). Significaria literalmente “nenhum lugar”. Corresponde, na história do conhecimento, a essa evocação por uma aspiração, sonho ou desejo manifesto, de um estado de perfeição sempre imaginário. Na medida, entretanto, em que a utopia enfoca um estado de perfeição, ela realiza, por oposição, um exercício de análise, crítica e denúncia da sociedade vigente. O estado de perfeição ensejado na utopia é necessariamente aquele pelo qual se tornam evidentes as imperfeições da realidade em que se vive. Mas, apesar de seu caráter de evasão da realidade, a utopia revela uma apurada crítica à ordem social, podendo inclusive se transformar em autêntica força revolucionária, como indicam os grandes movimentos messiânicos vividos pela humanidade, ou seja, aqueles movimentos que têm por meta a redenção da humanidade ou a salvação do mundo.

Maquiavel: o criador da ciência política

Nicolau Maquiavel (figura 7), pensador florentino, escreveu *O príncipe* (figura 8) e dedicou sua obra a Lourenço de Médici, governador de Florença e personagem importante dessa época, protetor das artes e das letras. No texto, Maquiavel se propõe a analisar o poder e as condições pelas quais um monarca absoluto – o príncipe – é capaz de conquistar, reinar e manter seu poder.

Como Thomas Morus, Maquiavel acreditava que a paz social dependia das características pessoais do príncipe – que ele chamou de virtudes –, das circunstâncias históricas e de fatos que ocorriam independentemente de sua vontade – as oportunidades. Acreditava também que do bom exercício da vida política resultaria a felicidade do homem e da sociedade. Mas, sendo mais realista do que seus contemporâneos utopistas, Maquiavel faz de *O príncipe* um manual de ação política, cujo ideal é a conquista e a manutenção do poder. Disserta a respeito das relações que o monarca deve manter com a nobreza, o clero, o povo e seu ministério. Mostra como deve agir o soberano para alcançar e preservar o poder, como manipular a vontade popular e usufruir seus poderes e alianças.



PALÁCIO VECCHIO, FLORENÇA

Figura 7 • Nicolau Maquiavel, pintura de Santi di Tito, século XVI. Nicolau Maquiavel, autor de *O príncipe*, é considerado o fundador da ciência política.

Faz uma análise clara das bases em que se assenta o poder político: assegurar exércitos fiéis e corajosos, castigar os inimigos, recompensar os aliados e destruir, na memória do povo, a imagem dos antigos líderes. Suas análises são tão pertinentes que sua obra atravessou os séculos, sendo até hoje considerada básica para o estudo da ação política.

► Nicolau Maquiavel (1469-1527)

Nasceu em Florença, mas fez sua carreira diplomática em diversos países da Europa. De 1502 a 1512 esteve a serviço de Soderini, um dos mais poderosos estadistas de Florença. Ajudava-o nas decisões políticas, escrevia-lhe discursos e reorganizou o exército florentino. Foi exilado e afastado da vida pública quando Soderini foi removido do governo por Lourenço de Médici. A partir de então, limitou-se a ensinar e a escrever sobre a arte de governar e guerrear. É considerado o fundador da ciência política e, segundo alguns, jamais foi superado nesse campo. Suas principais obras são: *O príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*.

A visão laica da sociedade e do poder

É em obras de Thomas Morus e de Maquiavel que percebemos como as relações sociais passam a constituir objeto de estudo dotado de atributos próprios, e a paz social deixa de ser, como no passado, consequência do acaso, da vontade divina ou da obediência dos homens às escrituras. Nelas, a sociedade já aparece como resultado das condições econômicas e políticas e não da providência divina, ou seja, uma visão **laica** da sociedade.

Além disso, esses filósofos expressam os novos valores da época ao colocar os destinos da sociedade e de sua boa organização nas mãos de um governante que se distingue por suas características individuais. A monarquia proposta no Renascimento não se assenta apenas na legitimidade do sangue ou da linhagem, na herança ou na tradição, mas também na capacidade pessoal do soberano e em sua sabedoria.

Também a história, como conhecimento objetivo dos fatos, passa a ter um papel relevante no desenvolvimento dessa reflexão, como fonte de informação e experiência. Maquiavel se vale de acontecimentos e de líderes do passado como argumentos na defesa de suas ideias, demonstrando reconhecer que a vida social depende de leis que regulam o comportamento social em diferentes épocas e lugares. Os fatos históricos devem ser analisados e servir de exemplos.

Há em *O príncipe*, como em outras obras utópicas, importantes elementos que caracterizam o que viria a ser o pensamento sociológico: a crença na ação humana e em seu poder decisivo sobre a história, bem como a busca por regularidades capazes de fundamentar o estudo objetivo da sociedade. Por outro lado, esses textos já elaboram uma concepção emergente de poder – a monarquia constitucional na qual se realiza a aspirada aliança entre a burguesia e os reis, que permitiu, a partir de então, o surgimento dos Estados nacionais.

Maquiavel e Thomas Morus podem ser apontados como precursores do pensamento sociológico, e suas obras como pertencentes ao que podemos chamar de sociologia pré-científica – uma formulação que considera a sociedade uma construção humana, dependente de escolhas coletivas e não da vontade divina.

A vida social depende de leis que regulam o comportamento social em diferentes épocas e lugares.

Laicismo. Doutrina filosófica que defende a separação entre vida pública e religião institucionalizada. Laico é o adjetivo que qualifica realidades que buscam estar isentas do dogmatismo religioso, seja qual for a religião.

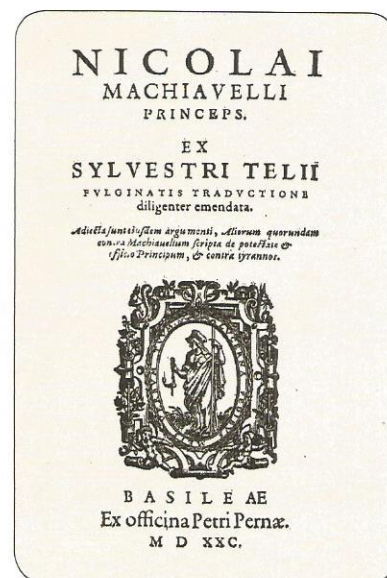


Figura 8 • Frontispício da 1ª edição em latim do livro *O príncipe*, de 1532. Essa obra é considerada fundamental para a formação da moderna sociologia, por criticar a sociedade existente na época e propor alternativas.

6. A transição para o Iluminismo: uma nova etapa no pensamento burguês

O pensamento burguês representou uma ruptura em relação ao mundo medieval.

Diferentemente do homem medieval, predominantemente espiritualista e gregário, o homem pós-renascentista foi estimulado a amar a vida, a buscar a satisfação de suas necessidades de modo individual e a cultivar sua subjetividade feita de sentimentos e de pontos de vista pessoais.

As cidades ganharam vida, atraindo pessoas de diferentes lugares dispostas a conquistar um espaço no mundo, a competir e a enriquecer (figura 9). Seus anseios eram direcionados para a existência terrena e as conquistas materiais, e não apenas para as preocupações com a vida após a morte e as verdades transcendentais. E, à medida que a Europa avançava para a modernidade, essa mentalidade nova se afirmava e se difundia.

No campo econômico, uma atitude expansionista tomava conta de todas as atividades, e o lucro se tornou um dos principais objetivos de qualquer atividade. No entanto, não se tratava do lucro como praticado nas trocas comerciais feitas nos períodos mais remotos – uma forma de remuneração do comerciante e do produtor pelo seu trabalho –, uma quantia cuja monta não deveria exceder nunca os limites estreitos capazes de assegurar o sustento dos comerciantes e de suas famílias, ou seja, um ganho justo. O lucro que ultrapassasse essa fronteira era considerado antiético pela sociedade e pecaminoso pela Igreja Católica. Agora, a sociedade comercial estava atrás desse lucro até então considerado sem “ética”.

Em função dessa busca por lucros, organizaram-se viagens intercontinentais e fizeram-se guerras nas quais eram disputadas as rotas comerciais, a clientela e as fontes de produtos e matérias-primas. As grandes navegações ocorreram nesse cenário.



Figura 9 • *O banqueiro e sua mulher*, de Marinus van Reymerswaele, 1539. A nova classe social da burguesia ascendente trouxe, junto com o seu desejo de acumular riquezas, o desejo de desfrutar a vida de outro modo, motivado por uma nova visão de mundo e de individualidade.

7. O cientificismo

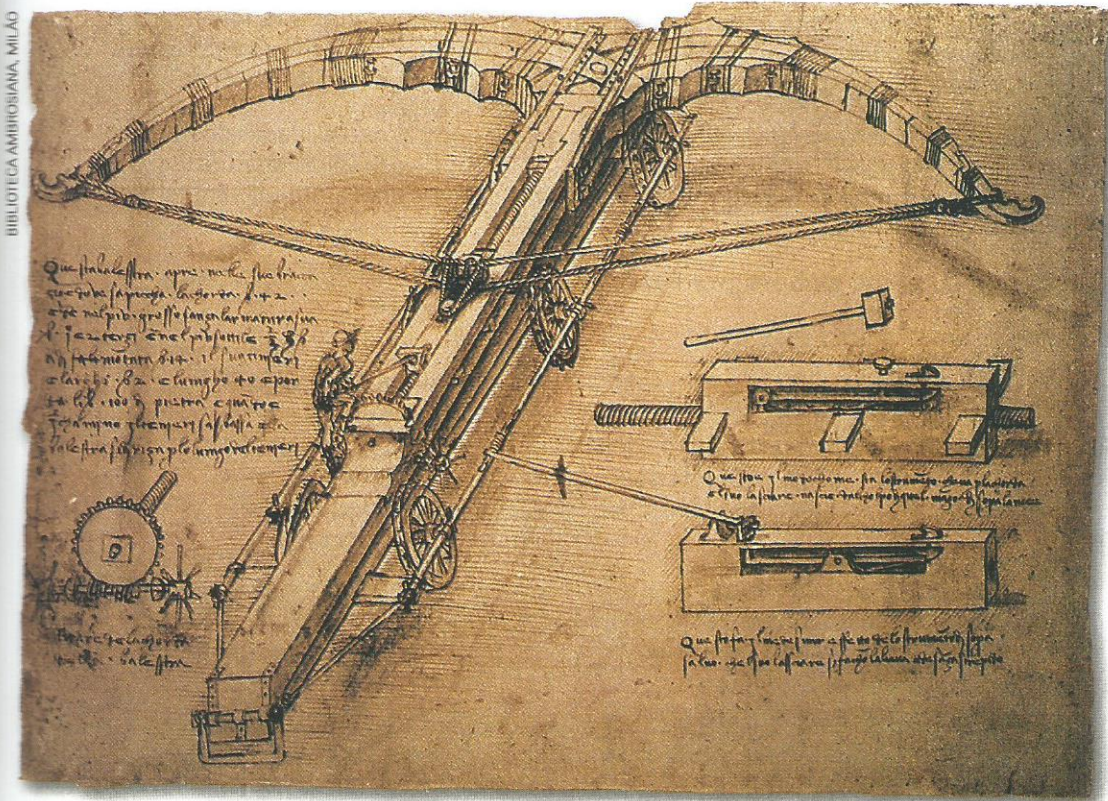
A valorização das trocas comerciais e as novas possibilidades de lucro que se abriram ao comerciante burguês acabaram por repercutir na produção, estimulando-a. Tornou-se urgente produzir mais e em condições capazes de responder à demanda que se tornava cada vez mais insistente. Racionalidade e planejamento começaram a ser exigidos dos produtores e tornou-se necessário o desenvolvimento de tecnologia para a produção em larga escala. O estímulo à invenção de máquinas que potencializassem a produção, com a promessa de prêmios em dinheiro, provocou uma verdadeira corrida por engenhos tecnológicos que acelerassem a produção e barateassem os produtos (figura 10). A tecnologia ajudava também na conquista de terras e na guerra entre povos, uns procurando sobrepujar os outros, estabelecendo diferentes formas de poder: bélico, comercial e político.

Nessas condições, incentivou-se a pesquisa científica e se disseminaram atitudes de planejamento e racionalidade que aos poucos se inseriram na produção e no restante da vida cotidiana. Buscou-se conhecer os mecanismos que regulam o mundo circundante, procurando entender a vida e a natureza.

E, sobre a base do individualismo e da laicidade estimulados no Renascimento, essa curiosidade científica se dirigiu, de forma inusitada, para a compreensão da sociedade, que passou a ser vista como uma realidade diferente e própria, sobre a qual os homens interferem como agentes. Vislumbrava-se, nesses primórdios do pensamento sociológico, a oposição entre indivíduo e sociedade, entre liberdade e controle social.

Com essa nova atitude diante da vida social, estavam lançadas as bases de uma prática cognitiva que levou ao desenvolvimento da filosofia social e, depois, da sociologia.

Figura 10 • Projeto de Da Vinci para a construção de uma besta gigante (arma para atirar setas), c. 1485. O Renascimento valorizou o método científico e o uso da tecnologia para o controle da natureza. Cientistas como Leonardo da Vinci tornaram-se muito respeitados e imitados.



Compreensão do texto

1. Sublinhe um parágrafo do capítulo capaz de sintetizar o argumento de que o conhecimento é uma característica essencialmente humana.
2. O capítulo deixa claro que sem o desenvolvimento da ciência não teria sido possível chegar à sociologia. Enuncie as características que o texto atribui à ciência.
3. Como o capítulo analisa as diferentes fases do desenvolvimento do conhecimento humano na história da humanidade? Faça uma síntese localizando as principais etapas e organize-as em uma linha do tempo.
4. Como o capítulo explica o que foi o Renascimento? Elabore uma ficha sobre o período que contenha os seguintes elementos:
 - Época:
 - Lugares:
 - Nomes importantes (artistas, filósofos, cientistas e políticos):
5. De que maneira as teorias de Thomas Morus e Nicolau Maquiavel abriram caminho para a formação do pensamento científico social ou da sociologia, que ocorreu séculos depois da morte deles?
6. Levando em conta o texto sobre Maquiavel, aponte uma diferença entre a obra do florentino e as demais manifestações da literatura utópica.
7. Procure em livros, jornais, revistas e sítios na internet material a respeito de Johannes Gutenberg, da invenção dos tipos móveis e de suas consequências para o desenvolvimento do conhecimento e da circulação da informação. Elabore um pequeno texto com as informações obtidas.

Interpretação e problematização

8. Analise a figura 9, que retrata importantes aspectos do Renascimento – racionalidade e maior preocupação com a vida material do que com a espiritual –, e descreva os elementos que justificam a interpretação da obra como característica desse momento histórico.
9. A ideia de que existe um espaço onde reina a felicidade e onde as necessidades do homem serão satisfeitas está presente na literatura em todos os tempos. No Brasil, a literatura tem um bom exemplo – o poema de Manuel Bandeira “Vou-me embora pra Pasárgada”. Em termos sociológicos, como você definiria esse poema e por quê?

Vou-me embora pra Pasárgada

“Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada

Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconsequente

Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive

E como farei ginástica
Andarei de bicicleta
Montarei um burro brabo
Subirei no pau de sebo
Tomarei banhos de mar!
E quando estiver cansado
Deito na beira do rio
Mando chamar a mãe-d'água
Pra me contar as histórias
Que no tempo de eu menino
Rosa vinha me contar
Vou-me embora pra Pasárgada

Em Pasárgada tem tudo
É outra civilização
Tem um processo seguro
De impedir a concepção
Tem telefone automático
Tem alcaloide à vontade
Tem prostitutas bonitas
Para a gente namorar

E quando eu estiver mais triste
Mas triste de não ter jeito
Quando de noite me der
Vontade de me matar
- Lá sou amigo do rei -
Terei a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada."

BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*.
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 222.

Aplicação de conceitos

10. Cinema

Shakespeare apaixonado, de John Madden Giuliano. Estados Unidos, 1998, 123 min.

O filme ilustra a influência do Renascimento na Inglaterra e enfoca o ressurgimento da vida urbana e os problemas enfrentados pelos homens na época, como a peste negra.

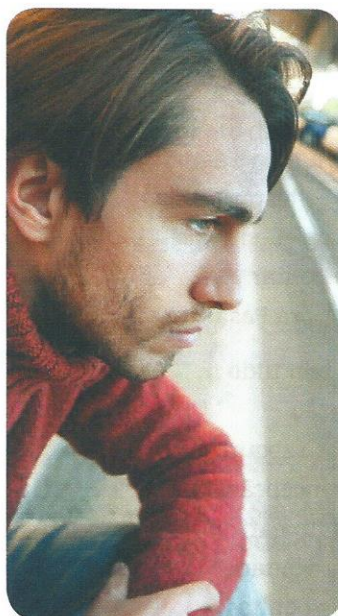
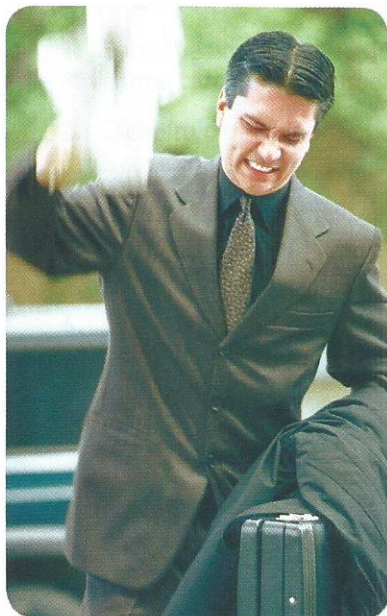
- ▶ Apesar de o filme ser uma ficção, ele traz muitos elementos da realidade social da época e aborda temas que ainda são contemporâneos. Recupere do filme o tema da relação entre o dever social e a satisfação pessoal e debata com os colegas os limites do individualismo.

Pesquisa

11. Com base no que estudou e no que sabia sobre o tema, elabore uma definição de utopia. Depois, de acordo com ela, faça uma pesquisa sobre outras utopias pensadas pela humanidade, postas em prática ou não.

Leitura visual

12. Observe atentamente as emoções expressas nas imagens.



Os gestos e as feições podem expressar diferentes emoções.

- Quais emoções podem ser percebidas em cada uma delas?
- Escolha duas dessas imagens e escreva uma curta história sobre a emoção percebida, considerando também as características materiais nelas representadas.
- De que forma a sociologia pode ajudar a compreender essas histórias?

Questões de vestibular e do Enem

13. (Udesc) O termo Renascimento é comumente aplicado ao movimento de mudanças culturais que atingiu as camadas urbanas da Europa Ocidental, entre os séculos XV e XVI. Sobre as características que ajudam a definir esse movimento, assinale **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as afirmativas falsas.

- () Uma das características mais marcantes do Renascimento foi seu racionalismo, convicção de que tudo pode ser explicado pela razão do homem e pela ciência.
- () As bases desse movimento eram proporcionadas por uma corrente filosófica, o Humanismo, que valorizava o homem e a natureza, em oposição ao divino e ao sobrenatural, conceitos que haviam impregnado a cultura da Idade Média.
- () Há retomada dos valores da cultura greco-romana, ou seja, da cultura clássica.
- () O Universalismo foi uma das principais características do Renascimento; considerava que o homem deve desenvolver todas as áreas do saber. Leonardo da Vinci é o principal modelo desse "homem universal".

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V - V - F - F.
- b) V - V - V - V.
- c) V - V - F - V.
- d) F - V - V - V.
- e) F - V - V - F.

14. (UFG-GO)

“Um príncipe desejoso de conservar-se no poder tem de aprender os meios de não ser bom.”

MAQUIAVEL, N. O príncipe. In: WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1993. p. 37.

Com Nicolau Maquiavel constitui-se um novo pensamento político, crítico em relação aos critérios que fundamentavam a legitimidade do príncipe medieval. Explique por que o pensamento político moderno excluiu a bondade como critério legitimador do poder do príncipe.

Da Ilustração ao nascimento das ciências sociais

1. Iluminismo: a sociedade inteligível

A Ilustração, movimento filosófico que sucedeu o Renascimento, baseava-se na firme convicção da razão como fonte de conhecimento, na crítica a toda adesão obscurantista e a toda crença sem fundamentos racionais e também na incessante busca pela realização humana. Em relação à vida social, os filósofos da Ilustração procuraram entender a sociedade como um organismo vivo, ou seja, composto de partes interdependentes. Desse exercício de discernimento resultou também a compreensão de diferentes instâncias da vida social – as relações políticas, jurídicas e sociais (figura 1).

Das relações entre as partes e as instâncias constituintes depende o funcionamento do todo, no qual se fundamenta o conceito de nação – um conjunto organizado de relações intersocietárias. O nacionalismo emergente do Renascimento, identificado ainda com a pessoa do monarca, dá lugar à noção de uma coletividade organizada e contratual, representada por sistemas legais, políticos e administrativos convenientes. O poder passa a ser entendido como uma construção lógica e jurídica, independentemente de quem o ocupa, de forma temporária e representativa.

Déspotas esclarecidos.

Monarcas europeus do século XVIII que associavam os ideais iluministas de amor ao progresso e ao desenvolvimento das artes e das ciências com o exercício autoritário do poder.



Figura 1 • *Voltaire na corte de Frederico II*, de Adolph Von Menzel, 1850. O filósofo Voltaire, o terceiro sentado à esquerda, conversa com os líderes da Academia de Berlim. O Iluminismo teve um forte impacto na sociedade europeia, influenciando vários monarcas que passaram a ser conhecidos como “déspotas esclarecidos”.

Em busca da razão prática

Nos séculos XVII e XVIII, o fortalecimento de um poderoso mercado internacional, praticamente de âmbito mundial, o avanço da produção em massa (início da **Revolução Industrial** na Inglaterra, no século XVIII) e a consolidação do lucro como uma atividade desejável e eticamente aceitável foram fatores que estimularam a intelectualidade burguesa a avançar para a elaboração de um pensamento próprio.

A sociedade apresentava necessidades urgentes que desafiavam os cientistas. De um lado, melhores condições de vida. De outro, o desenvolvimento tecnológico capaz de baratear os produtos, aumentando a produtividade e aprimorando a produção e a armazenagem de mercadorias, o transporte e a distribuição de pessoas e bens. A sociedade avançava para a indústria e a cultura de massa.

Mas planejar e projetar o futuro exigia o aperfeiçoamento do conceito de Estado nacional. A nação deveria se orientar por uma política que favorecesse a prosperidade e a acumulação de riqueza e que tivesse no indivíduo sua mola mestra. Um indivíduo pleno de desejos e expectativas de realização pessoal e de liberdade para agir, movimentar-se, consumir, gerir negócios e lucrar.

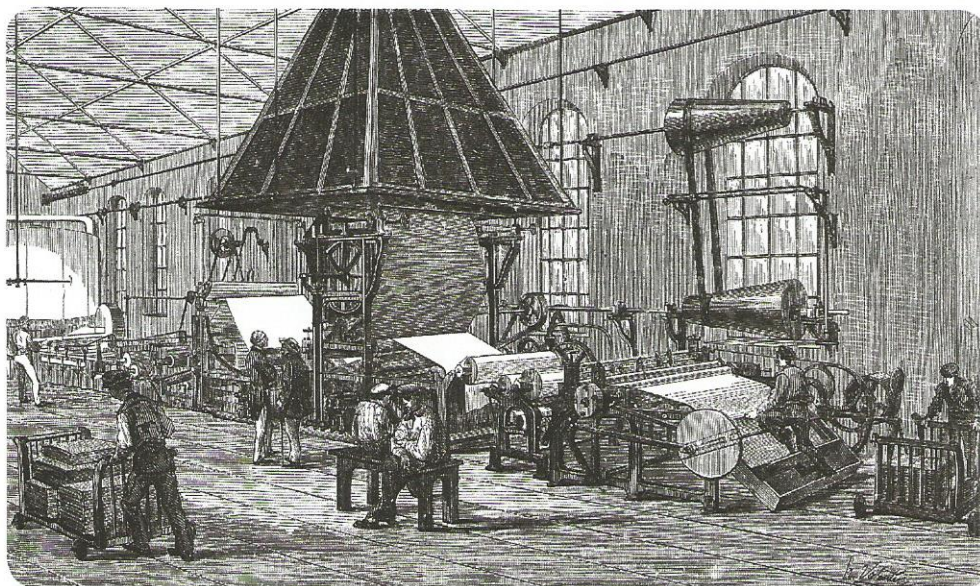
Novos valores guiando a vida social para sua modernização produziram um clima confiante em relação ao futuro do homem, o que levou a esse surto de ideias, conhecido pelo nome “Ilustração”. Um movimento que propunha uma atitude curiosa e livre que se estendia tanto à elaboração teórica como à sistemática observação empírica. Que acreditava ser o conhecimento fonte de saber, de realização e de satisfação para a humanidade. Que acreditava na evolução incessante do ser humano (figura 2).

As ideias iluministas de progresso, contudo, conviviam com uma realidade bem menos otimista, que admitia a exploração, a escravidão e até mesmo o genocídio. Nas cidades, o desenvolvimento urbano fazia surgir áreas degradadas e miseráveis. Mas, também esses aspectos da industrialização e do colonialismo se apresentavam como problemas e estímulos ao saber científico.

Revolução Industrial.

Nome dado ao conjunto de transformações sociais, econômicas e tecnológicas que ocorreram com o desenvolvimento da industrialização na Europa no século XVIII.

A emergente sociedade burguesa apresentava necessidades urgentes que desafiavam os cientistas.



THE GRANGER COLLECTION/OTHER IMAGES

Figura 2 • Máquina Fourdrinier (para fabricar papel), inventada na França por Nicolas Louis Robert no final do século XVIII. Xilogravura francesa, século XIX. A ciência na era moderna se afirmava como sinônimo de verdade e progresso.

2. Liberalismo: a filosofia social dos séculos XVII e XVIII

O princípio de liberdade admitia que, livre de coibições, obstáculos e jugos, o homem seria capaz de exercer sua soberania, escolhendo corretamente entre os fins e os objetivos propostos.

Charles Darwin (1809-1882)

Naturalista britânico, revolucionou as ciências ao convencer a comunidade científica de que a evolução não era apenas uma hipótese, mas um fato da natureza, ao propor uma teoria capaz de explicar como ela se dá por meio da seleção natural e sexual.

A teoria da seleção natural, como é popularmente conhecida, foi exposta pela primeira vez no seu mais famoso texto científico, *A origem das espécies*, publicado em 1859. A obra surgiu após uma longa viagem de cinco anos que Darwin fez a bordo da embarcação *HMS Beagle*, que lhe permitiu entrar em contato com várias espécies de animais em todo o mundo. As observações realizadas o levaram a estudar a diversificação das espécies, o que o conduziu à teoria da seleção natural. Muito contestada, tanto no passado como no presente, a teoria de Darwin se firmou no mundo científico e hoje forma a base da biologia.

A Ilustração, além de manter uma postura racionalista diante do conhecimento, também desenvolveu o liberalismo – movimento filosófico em defesa da liberdade nos mais diversos campos da ação humana: político, religioso, econômico e social. O liberalismo correspondeu ao interesse burguês de emancipar-se das amarras da monarquia e da defesa dos privilégios da nobreza.

Tendo por base a ideia de que a sociedade era regida por leis naturais, semelhantes em seu determinismo àquelas que regem a natureza, os filósofos da Ilustração rejeitavam toda forma de controle político que interviesse sobre essa racionalidade natural e física. Assim, o mercado era concebido como o espaço da livre ação das leis que regulam a oferta, a procura e o preço, rejeitando-se toda forma de controle “não natural” realizado pelo Estado. O conhecimento dessas leis e da forma como atuavam era o objetivo principal do pensamento ilustrado.

O princípio de liberdade admitia que, livre de coibições, obstáculos e jugos, o homem seria capaz de exercer sua soberania, escolhendo corretamente entre os fins e os objetivos propostos. As leis naturais regulariam as relações econômicas, e as sociedades seriam construídas com base na vontade livre e nas relações contratuais firmadas entre os homens.

John Locke, pensador inglês, defendeu a ideia da sociedade resultante da livre associação entre indivíduos dotados de razão e vontade que também teria uma base contratual que regularia as formas de poder e as garantias de liberdade individual. Entre os direitos individuais, Locke reconhecia o respeito à propriedade. Recomendava que tais princípios, direitos e liberdades estivessem expressos e garantidos por uma constituição.

Jean-Jacques Rousseau, nascido na Suíça, mas cuja atuação se deu principalmente na França, foi um dos mais ardorosos defensores dessa ideia. Em sua obra *Contrato social*, afirmou que a base da vida social estava no interesse comum e no consentimento unânime dos homens em renunciar às suas vontades particulares em favor da coletividade.

Mais pessimista que outros filósofos da sua época, Rousseau (antes da publicação das ideias evolucionistas de Darwin no século XIX) rejeitava a ideia de evolução natural da sociedade e, buscando desvendar a origem das desigualdades sociais, identificou no aparecimento da propriedade privada a fonte de toda diferenciação e injustiça social. Tornou-se, assim, partidário de uma sociedade que defendesse princípios igualitários e cuja organização política tivesse uma base livre e contratual, principais lemas da Revolução Francesa, que se avizinhava.

Esses filósofos davam início a uma forma de pensar que levaria à descoberta das bases materiais das relações sociais. Percebiam claramente a diferença entre indivíduo e coletividade, mas, presos ao princípio da individualidade, entendiam a vida coletiva como a fusão de sujeitos, possibilitada pela manifestação explícita das suas vontades.

Legitimidade e liberalismo

A ideia de Estado como uma entidade cuja legitimidade se baseia na pretensa representatividade da sociedade é um avanço em relação à ideia de monarquia absoluta. Não se trata mais de uma pessoa que governa por direito de herança e sangue, mas de uma instituição abstrata que administra um território a partir de pactos estabelecidos pela coletividade. A filosofia social da Ilustração concebia também a ideia de nação como o gerenciamento e a administração de leis, riquezas e poder. Nesse processo pressupõem-se a noção de conflito de interesses e o confronto social.

As ideias de Locke e Montesquieu – outro importante pensador da Ilustração – foram a base para a Constituição dos Estados Unidos de 1787 e para o modelo republicano existente até hoje. Desenvolvendo a ideia esboçada por Locke, Montesquieu pregou a divisão do Estado em três poderes autônomos – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário –, que seriam exercidos por diferentes pessoas, recurso necessário para garantir a distribuição da autoridade em uma nação.

Adam Smith: o nascimento da ciência econômica

Adam Smith foi considerado o fundador da ciência econômica e demonstrou que a análise científica podia ir além do que era expressamente manifesto nas vontades individuais. Na busca por entender a origem da riqueza das nações, Smith identificou no trabalho, ou seja, na produtividade, a grande fonte de produção de valor. Não somente a agricultura, como queriam uns, nem a indústria, como queriam outros, mas principalmente o trabalho – capaz de transformar matéria bruta em mercadoria – era responsável pela riqueza das nações.

Nesse esforço por compreender as relações econômicas, Adam Smith não pensava a sociedade como um conjunto de indivíduos dotados de vontade e liberdade, tal como havia feito Locke. Sensível à verdadeira natureza da vida social, Adam Smith percebia que a coletividade era muito mais do que a soma dos indivíduos que a compõem, definindo a sociedade como um conjunto de seres cujo comportamento obedece a regras diferentes das que regem a ação individual (figura 3). A Revolução Industrial estava em pleno andamento, e seus frutos se anunciavam.

A filosofia social da Ilustração levou à descoberta das bases materiais das relações sociais.



Figura 3 • A inclusão do perfil de Adam Smith na nova nota de 20 libras, que passou a circular na Inglaterra em 2007, é uma homenagem ao pai do liberalismo econômico e mostra a força das suas ideias ainda hoje.

3. O milagre da ciência

A filosofia da Ilustração preparou o terreno para o surgimento das ciências sociais no século XIX, lançando as bases para a sistematização do pensamento científico e espalhando otimismo em relação a ele.

As ideias de progresso, racionalismo e cientificismo exerceram todo um encanto sobre a mentalidade da época (figura 4). Preparava-se o caminho para o amplo progresso científico que iria aflorar no final do século XIX.

Se esse pensamento racional e científico parecia válido para explicar a natureza, intervir sobre ela e transformá-la, ele poderia também explicar a sociedade, entendida, então, como parte da natureza. Assim, por associação, a sociedade poderia também ser conhecida e transformada, submetendo-a ao domínio do conhecimento humano.

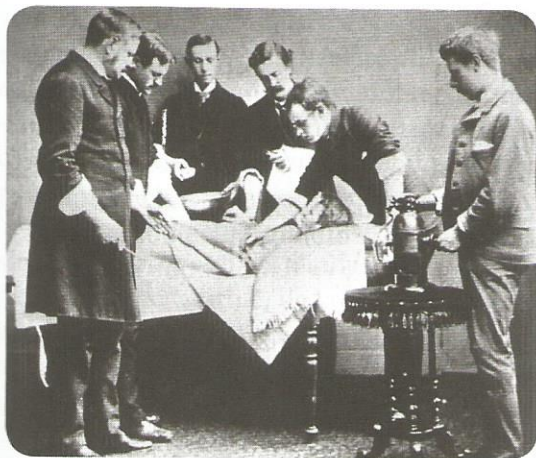
As questões de método

O filósofo da Ilustração preocupou-se não só com o conhecimento da natureza, mas também com o desenvolvimento do método mais adequado para esse fim. Desse interesse derivaram diferentes modelos de pesquisa e de maneiras de se fazer ciência (figuras 5 e 6). O primeiro foi a indução – método que concebia o conhecimento como resultado da experimentação contínua e do aprofundamento da manipulação empírica, defendido por Bacon desde o alvorecer do Renascimento. O segundo, de Descartes, foi o método dedutivo, que propunha uma forma de conhecimento baseada no encadeamento lógico de hipóteses elaboradas a partir da razão.

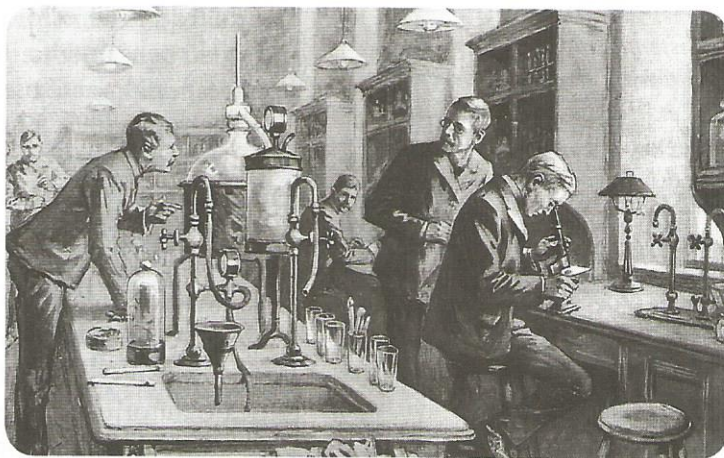
A ciência se fundava, portanto, como um conjunto de ideias que diziam respeito à natureza dos fatos e aos métodos para compreendê-los. Por isso, as primeiras questões que os sociólogos do século XIX tentam responder são relativas à identificação e à definição dos fatos sociais e ao método mais apropriado de investigação.



Figura 4 • *Experiência com uma bomba de ar*, de Joseph Wright, 1768. A ciência, durante o século XVIII, teve uma grande popularização, e muitos a viam com curiosidade e espanto, pois não entendiam os seus princípios. Era, entretanto, uma nova postura diante da vida e da natureza. O quadro de Wright mostra esse novo ambiente científico.



TIME LIFE PICTURES/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES



HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Figuras 5 e 6 • A ciência mostrava sua capacidade de desvendar o mundo. À esquerda, cirurgia realizada em Edimburgo, Escócia, em 1870. À direita, aula em laboratório de Liverpool, Inglaterra, em 1899.

4. O anticlericalismo

O anticlericalismo teve importância especial para o desenvolvimento científico e de uma postura especulativa diante da natureza e da sociedade. Era professado por inúmeros filósofos dessa época, entre os quais se destacava o francês Voltaire. Ferrenho questionador da religião e da Igreja Católica, chegou a mover ações judiciais para revisão de antigos processos de inquisição. Conseguiu comprovar a injustiça de alguns veredictos eclesiais e até obteve indenizações para as famílias dos condenados.

A Igreja foi questionada como fonte de poder secular, político e econômico, visto que se imiscuía em questões civis e de Estado. Tal questionamento levou à descrença na doutrina e na infalibilidade eclesiásticas, bem como ao repúdio da atuação do clero na vida secular.

Esse processo, denominado por alguns historiadores “laicização da sociedade” e, por outros, “descristianização”, atingiu seu apogeu no século XIX, quando se desenvolveu o materialismo e quando a própria religião se viu transformada em objeto de estudo pelos cientistas sociais.

Esse olhar laico e especulativo sobre a doutrina religiosa impulsionou o desenvolvimento das ciências humanas, em particular das ciências sociais, ao passo que a sociedade deixou de ser vista como criação divina e as dificuldades humanas deixaram de ser pensadas como castigo.

A ciência já não parecia mais uma forma particular de saber, mas a única capaz de explicar a vida, abolir e suplantiar as crenças religiosas e até mesmo as discussões éticas.

5. Iluminismo no Brasil

O Iluminismo desenvolveu-se numa época em que o Brasil era apenas uma colônia submetida às diretrizes do Império Português e impossibilitada de ter imprensa, livros e universidades. No entanto, com o desembarque de alguns portugueses e com o retorno de colonos que haviam estudado na Europa, o vigor das ideias iluministas chegou até o Brasil. O resultado foi aquele que a metrópole procurava evitar: uma onda de pensamento republicano e liberal que estimulou movimentos sediciosos, como a Inconfidência Mineira.

Sistematizado por Comte, o positivismo reconheceu a existência de princípios reguladores do mundo físico e do mundo social.

Eduardo Frieiro foi um dos historiadores que registraram a penetração do pensamento iluminista no Brasil, estudando os *Autos da devassa*, especialmente os documentos referentes ao inconfidente cônego Luís Vieira da Silva. Entre outros fatores, o cônego foi condenado por possuir uma biblioteca importante, com títulos de autores franceses que pregavam o pensamento anticlerical, crítico e liberal. Voltaire e Montesquieu foram alguns dos autores proibidos cujas obras ensinavam aos brasileiros que a sociedade resultava daquilo que seus membros desejavam dela.

Outra obra que testemunha a penetração do Iluminismo no Brasil é *Cartas chilenas*, atribuída a Tomás Antônio Gonzaga, na qual o autor critica o autoritarismo e os desmandos do governo. De modo satírico e metafórico, critica a política colonial da época e, para evitar represálias, o autor usou o pseudônimo de Critilo e situou sua obra num país estrangeiro, o Chile. Por seu envolvimento na Inconfidência Mineira (figura 7), Gonzaga foi condenado ao degredo em Moçambique.

6. Da filosofia social à sociologia

O desenvolvimento das bases científicas do estudo da sociedade humana dependeu de fatores internos ao campo científico e de circunstâncias externas e históricas, como a maior complexidade das relações sociais diante da industrialização, o colonialismo europeu e o contato entre diferentes civilizações.

Apesar de científico, esse estudo de sociedade estava impregnado de valores como a crença na superioridade europeia sobre as demais culturas e o anseio pelo pleno desenvolvimento do capitalismo e sua expansão pelo mundo. Assim, os primeiros sistematizadores do pensamento sociológico se preocuparam principalmente em justificar as diferenças e as desigualdades sociais e em estudar a ordem e o progresso.

Essas teorias, partindo de uma atitude laica e pragmática em relação ao comportamento humano, procuravam identificar os princípios que governam a vida social do homem. Todo esse movimento de ideias, essencial para o desenvolvimento das ciências sociais, encontrou um momento histórico que criava as bases para a necessária intervenção social. Nesse sentido devemos apontar, em primeiro lugar, o desenvolvimento da indústria, levando à derrocada do artesanato e à submissão das atividades agrárias à maquinofatura e promovendo o deslocamento regional e social de grupos sociais. Mudanças ocorridas nos campos levaram à expulsão de grandes contingentes populacionais das propriedades agrárias para os subúrbios das cidades, separando-os de sua cultura e de seu grupo de origem. Toda uma ordem social baseada nos valores de uma cultura senhoril e rural entrou em declínio e foi suplantada por uma economia urbana, industrial e burguesa, voltada para os privilégios da classe emergente.

O processo de transformação social estimulado pelo avanço da ciência, da racionalidade e da tecnologia favoreceu não apenas o desenvolvimento manufatureiro como também a mecanização da agricultura, o que acelerou o processo de desenraizamento dos camponeses e o êxodo rural. Todas essas transformações radicais colocavam a sociedade em estado de atenção, exigindo dos governantes e dos filósofos sociais o desenvolvimento de explicações racionais para os problemas que surgiam.

► Auguste Comte (1798-1857)

Nasceu em Montpellier, França, de uma família católica e monarquista. Viveu a infância na França napoleônica. Estudou no colégio de sua cidade e depois em Paris, na Escola Politécnica. Tornou-se discípulo de Saint-Simon, de quem sofreu enorme influência. Devotou seus estudos à filosofia positivista, considerada por ele uma religião, da qual era o pregador. Segundo sua filosofia política, existiam na história três estados: um teológico, outro metafísico e finalmente o positivo, que representava o coroamento do progresso da humanidade. Sobre as ciências, distinguia as abstratas das concretas, sendo que a ciência mais complexa e profunda seria a sociologia, ciência que batizou em sua obra *Curso de filosofia positiva*, em seis volumes, publicada entre 1830 e 1842. Publicou também: *Discurso sobre o conjunto do positivismo*; *Sistema de política positiva*; *Catecismo positivista* e *Síntese subjetiva*.

O positivismo foi o primeiro a definir precisamente o objeto, a estabelecer conceitos e uma metodologia de investigação e a definir a especificidade do estudo científico da sociedade. Conseguiu distingui-lo de outras áreas do conhecimento, instituindo um espaço próprio à ciência da sociedade. Seu principal representante e sistematizador foi o pensador francês Auguste Comte.

O nome “positivismo” tem sua origem no adjetivo “positivo”, que significa certo, seguro, definitivo. Como escola filosófica, derivou do “cientificismo”, isto é, da crença no poder dominante e absoluto da razão humana em conhecer a realidade e traduzi-la sob a forma de leis, que seriam a base da regulamentação da vida do homem, da natureza e do próprio universo.

O positivismo reconhecia que os princípios reguladores do mundo físico e do mundo social diferiam quanto à sua essência: os primeiros diziam respeito a acontecimentos exteriores aos homens; os outros, a questões humanas. Entretanto, a crença na origem natural de ambos teve o poder de aproximá-los. Além disso, a rápida evolução dos conhecimentos das ciências naturais – física, química, biologia – e o sucesso de suas descobertas atraíram os primeiros cientistas sociais para o seu método de investigação. O próprio Comte, antes de criar o termo “sociologia”, chamou suas análises da sociedade de “física social”.

A filosofia social positivista se inspirava no método de investigação das ciências da natureza, assim como procurava identificar na vida social as mesmas relações e princípios com os quais os cientistas explicavam a vida natural (figura 8 na página seguinte). A própria sociedade foi concebida como um organismo constituído de partes integradas e coesas, que funcionavam harmonicamente segundo um modelo físico ou mecânico. Por isso, o positivismo foi chamado também de “organicismo”.

A maioria dos primeiros pensadores sociais positivistas permaneceu presa a uma reflexão de natureza filosófica sobre a história e a ação humanas. Procedimentos de natureza científica, análises sociológicas baseadas em fatos observados, com maior sistematização teórica e metodologia de pesquisa, só seriam introduzidos por Émile Durkheim e seu grupo, que estudaremos no próximo capítulo.

O positivismo exaltava a coesão social e a harmonia dos indivíduos em sociedade.



REPRODUÇÃO – COLEÇÃO SÉRGIO FADEL, RIO DE JANEIRO

Figura 7 • *Tiradentes*, de Alberto da Veiga Guignard, 1961. Representação artística do enforcamento de Tiradentes, um dos líderes da Inconfidência Mineira.

Darwinismo social. Herbert Spencer foi o primeiro a aplicar os princípios evolucionistas na sociologia, mas o termo só foi popularizado pelo historiador e intelectual norte-americano Richard Hofstadter. Em sua mais conhecida obra, *Social darwinism in America thought, 1860-1915*, o autor criticou o capitalismo norte-americano por sua competitividade sem regras, denominando-o darwinismo social.

7. O darwinismo social

Entre as correntes de pensamento que apareceram nessa época, destacou-se uma que havia sido influenciada pelas ciências biológicas. O **darwinismo social**, como ficou conhecido, buscava explicar a transformação das sociedades, a revolução tecnológica e a industrialização e justificar as diferenças entre as culturas e as relações interétnicas e internacionais. Essa corrente aplicava às diferentes sociedades as leis de evolução das espécies biológicas propostas por Charles Darwin.

No século XIX, o capitalismo buscava ultrapassar os limites do continente europeu. O colonialismo foi a saída para a sua expansão, dominando terras e populações e submetendo-as aos seus interesses. Para isso, povos foram dizimados, culturas originais foram reprimidas e o capitalismo espalhou-se pelo mundo.

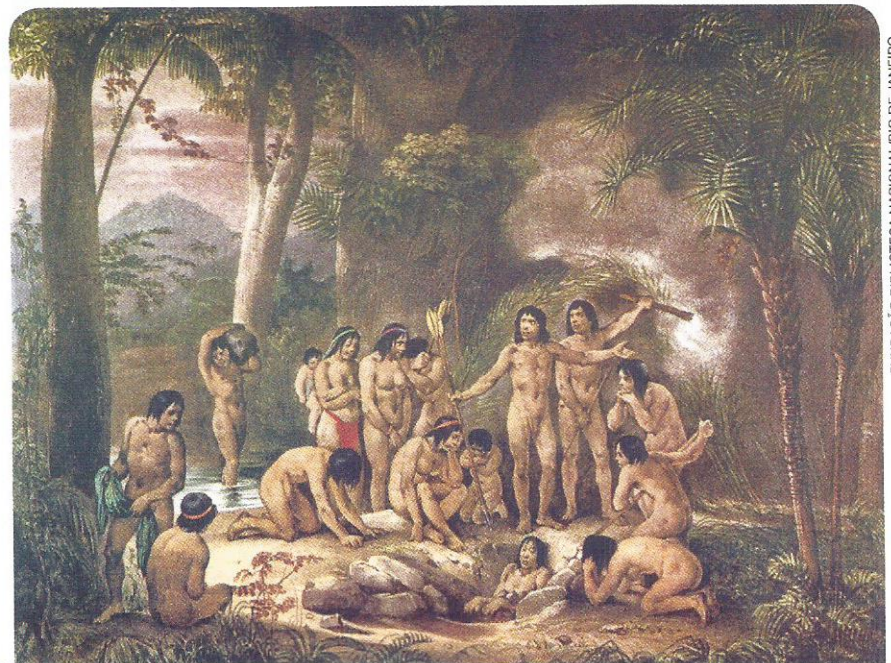
Nas colônias, os europeus tiveram de lidar com civilizações organizadas sob princípios diferentes dos seus. Tornava-se necessário organizar essas colônias sob novos moldes societários, submetendo-as aos princípios que regiam o capitalismo.

Transformar esse mundo conquistado em colônias que se submetessem aos valores capitalistas requeria uma empresa de grande envergadura. Dessa forma, a conquista europeia revestiu-se de uma aparência humanitária que ocultava a violência da ação colonizadora. Era a “missão civilizadora”, que países como Inglaterra, França, Holanda, Alemanha e Itália implantavam em diversas regiões do mundo, transformando radicalmente a tradição, os hábitos e os costumes, tentando moldá-los para se assemelharem à sociedade capitalista industrial europeia do século XIX. Também Portugal e Bélgica forjaram colônias em território africano (figura 9).

Essa forma de pensar baseava-se na interpretação deturpada das ideias do biólogo Charles Darwin em sua obra *A origem das espécies*, na qual propunha que as variações de todas as espécies, inclusive o homem, eram resultado da seleção natural e da adaptação ao meio em que vivem. Tal hipótese, entretanto, resultou numa visão equivocada e evolucionista que explica as transformações ao longo do tempo como sobrevivências de espécies mais complexas, aptas e desenvolvidas.

As civilizações conquistadas pelos europeus tinham que ser reorganizadas em moldes capitalistas.

Figura 8 • *Enterro*, de Rugendas, c. 1835. Cientistas e artistas europeus percorreram o mundo observando e identificando “espécies” e diferentes sociedades. O artista Rugendas, por exemplo, registrou diversas cenas indígenas no Brasil do século XIX, como essa litogravura.



Como resultado de forças biológicas e naturais, a luta pela sobrevivência e o sucesso das espécies vencedoras nesse embate tornaram-se justificáveis por uma visão desenvolvimentista e evolucionista, algo nunca pensado por Darwin.

Transposto para a análise da sociedade, esse princípio resultou no chamado darwinismo social – segundo o qual as sociedades se modificam e se desenvolvem, passando de um estágio inferior para outro superior, tornando o organismo social mais evoluído, mais adaptado e mais complexo. Esse tipo de mudança garantiria a sobrevivência dos organismos – sociedades e indivíduos – mais fortes e mais evoluídos. Por isso, os cientistas sociais estudaram as sociedades tradicionais encontradas na África, na Ásia, na América e na Oceania como exemplares de estágios anteriores, “primitivos”, do passado da humanidade. Assim, as sociedades mais simples e de tecnologia menos avançada deveriam evoluir em direção a níveis de maior complexidade até atingir o estágio mais avançado: o capitalismo europeu.

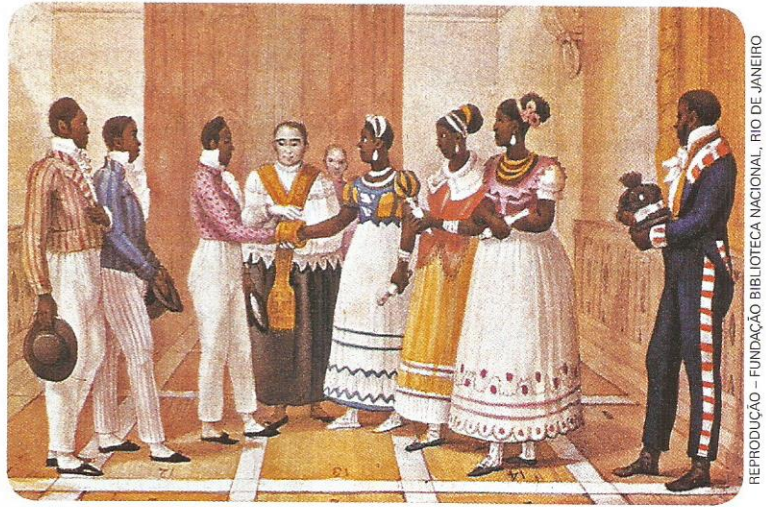


Figura 9 • Casamento de negros escravos em uma casa rica, de Jean Baptiste Debret, século XIX. A conquista e a dominação da África e da Ásia pelos europeus foi, do ponto de vista humanista, uma das maiores tragédias desses povos. Seus hábitos, costumes, sistemas políticos e sociais, além dos sistemas culturais e religiosos, foram totalmente modificados e até destruídos pelos colonizadores.

Uma visão crítica do darwinismo social – ontem e hoje

A transposição de conceitos físicos e biológicos para o estudo das sociedades e do comportamento humano promoveu desvios interpretativos graves, que legitimaram ações guiadas por preconceito e interesses particulares. Um desses desvios ocorreu com a aplicação do conceito de espécie de Darwin para o estudo das diferentes sociedades e etnias.

Se o homem constitui biologicamente uma única espécie, o mesmo não se pode dizer das diferentes culturas que ele desenvolveu. O caráter cultural imprime na vida humana princípios diferentes daqueles existentes na natureza. Os princípios da seleção natural são aplicáveis àquelas espécies incapazes de transformar o ambiente em favor da sua adaptação e sobrevivência.

Hoje, percebe-se que a complexidade da cultura humana tem limitado a ação da lei de seleção natural. A adaptabilidade do homem e a capacidade de controlar o meio têm transformado o ser humano numa espécie à qual a seleção natural se aplica de maneira especial e relativa. Mesmo autores que continuam aceitando a ideia de que as leis de evolução explicam parte das escolhas realizadas pelo homem admitem que o entendimento de como essa lei age deve se basear em critérios amplos, flexíveis e relativos, que deem conta da maravilhosa diversidade da cultura humana.

Identificar a especificidade das regras que regem as sociedades é fundamental para o uso de conceitos de outras ciências. Ainda hoje, tenta-se essa transposição para justificar determinadas realidades sociais. A regra darwinista da competição e da sobrevivência do mais forte é aplicada às leis de mercado, principalmente pela doutrina do liberalismo econômico, hoje batizada de neoliberalismo.

Acreditando na superioridade de sua cultura, os europeus intervieram nas formas tradicionais de vida existentes nos outros continentes, procurando transformá-las.

O darwinismo social justificava o colonialismo europeu e refletia o otimismo dos europeus em relação à sua cultura.

Pressupõe-se que a competitividade seja o princípio natural que assegura a sobrevivência do melhor, do mais forte e do mais adaptado. É preciso lembrar que o mercado, como outros elementos da cultura humana, obedece a formas de organização social essencialmente humanas, resultantes do desenvolvimento das relações entre os homens e entre as sociedades. Formas, portanto, mutáveis e relativas. E, embora essas ideias tenham sido criticadas por diversos autores na sociologia, a crença de que o sucesso depende de princípios de seleção natural permanece vigente nos dias atuais.

Ordem e progresso

O darwinismo social, além de justificar o colonialismo da Europa no restante do mundo, refletia o grande otimismo com que o progresso material da industrialização era percebido pelo europeu (figura 10).

Apesar desse otimismo em relação ao caráter apto e evoluído da sociedade europeia, o desenvolvimento industrial gerava, a todo momento, novos conflitos sociais. Os empobrecidos e explorados – camponeses e operários – organizavam-se, exigindo mudanças políticas e econômicas.

Admitiam-se, então, dois tipos diferentes de movimento na sociedade. Um levaria à evolução social: segundo a lei universal, as sociedades mais simples se tornariam mais complexas, e as sociedades menos avançadas se tornariam mais evoluídas. Outro procuraria ajustar todos os indivíduos às condições estabelecidas, garantindo o melhor funcionamento da sociedade, o bem comum e os anseios da maioria da população. Esses dois movimentos elegiam o progresso como princípio das transformações sociais em direção à evolução das sociedades e à ordem, o princípio regulador do ajustamento e da integração em torno de um objetivo comum.



Figura 10 • Professor alemão e alunos africanos em Dar es Sallam, Tanzânia, 1907. Diversas políticas coloniais desenvolvidas pelos europeus em suas colônias tinham por justificativa o evolucionismo e a crença no dever de “elear” os povos “primitivos” a patamares civilizatórios mais próximos aos dos europeus.



PATRICK BAZI/AFP-PHOTO

Figura 11 • Família iraquiana passa por soldados norte-americanos em Bagdá, 2003. O ataque injustificado dos Estados Unidos ao Iraque, em 2003, foi batizado como Operação Iraque Livre, cujo apregoado objetivo era livrar o mundo de um ditador terrível, Saddam Hussein, apoiado pelos próprios Estados Unidos décadas atrás.

Auguste Comte foi um dos autores que defendeu a existência desses dois movimentos vitais: chamou de “dinâmico” o que representava a passagem para formas mais complexas de existência, como a industrialização; e de “estático” o responsável pela preservação dos elementos permanentes de toda organização social. A família, a religião, a propriedade, a linguagem e o direito seriam as instituições responsáveis por esse movimento estático de coesão social.

Por esse motivo, os movimentos reivindicatórios, os conflitos e as revoltas deveriam ser contidos sempre que pusessem em risco a ordem estabelecida ou o funcionamento da sociedade, ou, ainda, quando inibissem o progresso.

Justificava-se, desse modo, a intervenção na sociedade sempre que fosse necessário assegurar a ordem ou promover o progresso. A existência da sociedade burguesa industrial era defendida tanto em face dos movimentos reivindicatórios, que aconteciam em seu próprio interior, quanto em face da resistência das colônias em aceitar o modelo industrial e urbano.

Essas ideias tiveram plena aceitação no século XIX, época de expansão e exploração europeia sobre o mundo, mas permanecem vivas e atuantes ainda hoje. Os Estados Unidos e a União Soviética, que disputavam a hegemonia sobre o planeta durante a Guerra Fria (1945-1991), também justificavam as intervenções que fizeram nos outros países com base nos mesmos argumentos civilizatórios do passado.

As intervenções dos Estados Unidos no Afeganistão (2001) e no Iraque (1991 e 2003) vêm coroadas de princípios humanitários e libertários que ainda explicam as diferenças sociais e culturais como diferenças de graus de desenvolvimento e de evolução (figura 11). Também a forma como são tratados os refugiados estrangeiros que chegam à Europa faz lembrar a crença na superioridade racial e étnica de um povo sobre outro.

Compreensão do texto

1. Faça uma síntese dos principais avanços conceituais realizados pelos humanistas e enciclopedistas na Ilustração acerca da política, do poder e do governo.
2. Adam Smith foi o criador de uma das mais importantes contribuições às ciências sociais ao desmistificar a origem da riqueza. Qual foi essa desmistificação?
3. Quais foram as primeiras e fundamentais questões que os sociólogos pioneiros do século XIX tiveram que enfrentar e por quê?
4. Qual foi a influência da teoria de Charles Darwin no pensamento sociológico positivista?
5. Como a ideia evolucionista da biologia, transposta para as ciências sociais, condicionou a visão dos europeus sobre as sociedades não europeias durante o imperialismo?
6. Quais os dois movimentos que Comte distinguia na sociedade? Como ele os relacionava?

Interpretação e problematização

7.

“Uma vez que homem nenhum possui uma autoridade natural sobre seu semelhante, e que a força não produz nenhum direito, restam, pois, as convenções como base de toda autoridade legítima entre os homens.”

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix, 1980. p. 25.

Nesse trecho, Rousseau:

 - a) considera natural a autoridade de um homem sobre outro? Por quê?
 - b) legítima a autoridade de uma pessoa sobre outra?
8. René Descartes afirmou em seu *Discurso sobre o método*: “Porque os nossos sentidos nos enganam às vezes, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos fazem imaginar”. De que maneira essa frase representa sua postura diante do conhecimento?
9. No capítulo procuramos explicar as diferenças entre dois métodos de conhecimento – o dedutivo e o indutivo –, um baseado na lógica e o outro na experiência. Dê dois exemplos de pesquisa nos quais você perceba a aplicação dessas metodologias.
10. Com base nas características do pensamento positivista, analise este texto de Comte:

“Nossa exploração histórica deverá ficar quase unicamente reduzida à seleção ou à vanguarda da humanidade, compreendendo a maior parte da raça branca ou as nações europeias e até limitando-nos, para maior precisão, sobre todos os tempos modernos, aos povos da Europa Central.”

Curso de filosofia positiva. In: AYALA, Francisco. *Historia de la sociología*. Buenos Aires: Losada, 1947. p. 77.

Aplicação de conceitos

11. Cinema

O homem aranha II, de Sam Raimi. EUA, 2004, 127 min.

O herói das histórias em quadrinhos aparece em uma série de filmes. Parker é o protagonista que, ao ser picado por uma aranha durante uma experiência científica, adquire poderes extraordinários. Esse filme mostra a ambiguidade da ciência, que tanto pode levar ao bem como ao mal.

- Participe do debate a respeito do tema levantado pelo filme considerando a seguinte pergunta: há algum conhecimento que seja absolutamente universal e verdadeiro?

Pesquisa

12. Com base nas explicações do capítulo e em pesquisas adicionais em textos históricos, procure identificar as raízes positivistas do lema da bandeira brasileira: "Ordem e Progresso".
13. Hoje em dia podemos observar na propaganda outra forma contemporânea de sacralização da ciência; por exemplo, quando se anunciam os poderes "mágicos" dos remédios. Em grupo, faça uma pesquisa nos jornais e periódicos buscando outros casos desse tipo de propaganda.

Leitura visual

14. A charge abaixo faz referência à Inconfidência Mineira. Explore seus elementos visuais e textuais para interpretá-la. Em seguida, responda qual é a visão política iluminista defendida nessa charge.



Questões de vestibular e do Enem

15. (UFMG) Uma obra fundamental para o pensamento político moderno marcou a discussão sobre a democracia e a igualdade de direitos. Escrita por Rousseau, *O contrato social*:
- defendeu o fim do absolutismo, com a instituição de uma democracia parlamentar.
 - incentivou os cidadãos a organizarem uma revolução social contra a nobreza.
 - redefiniu o pensamento liberal, embora não fosse contra a propriedade privada.
 - seguiu as teorias de Montesquieu sobre a divisão de poderes e a monarquia constitucional.
 - afirmou a necessidade de uma democracia ampla, aproximando-se do modelo político definido posteriormente por Marx.

A sociologia de Émile Durkheim

1. O que é fato social

É social todo fato que é geral, que se repete para a maioria dos indivíduos.

A sociologia é a ciência que estuda a sociedade humana e cujo desenvolvimento se deu a partir da necessidade de compreensão do homem e de sua vida em grupo (figura 1). Auguste Comte foi um de seus precursores e aquele que atribuiu o nome sociologia às pesquisas sobre os princípios universais do comportamento social.

Após a morte de Comte, a elaboração teórica na sociologia viveu um período estacionário só quebrado com Émile Durkheim, na segunda metade do século XIX. Para ele era tempo de entrar “mais diretamente em relação com os fatos”, deixando para trás atitudes meramente especulativas.

A retomada do estudo científico da sociedade foi favorecida pelo momento histórico pelo qual atravessava a Europa e principalmente a França. A difusão do socialismo, o vigoroso movimento operário e a crise constante da República Francesa estimularam o estudo das bases da ordem social e do pacto entre os cidadãos. A formação judaica de Émile Durkheim, por outro lado, favorecia a análise dos laços comunitários e da coesão social.

Motivado por esses conflitos, Durkheim dedicou-se a um vasto repertório de temas que vão da emergência do indivíduo à origem

da ordem social, da moral ao estudo da religião, da vida econômica à análise da divisão social do trabalho. Para isso, Émile Durkheim valeu-se da história, da etnografia (estudo descritivo das diversas etnias), do estudo das leis, da estatística e da filosofia. Herdeiro também do positivismo, dedicou-se a constituir o objeto da sociologia e as regras para desvendá-lo. A obra mais importante nesse sentido foi *As regras do método sociológico*, na qual o autor procurou instituir a fronteira entre a sociologia e as demais ciências, dando-lhe autonomia e objetividade. Nesse trabalho, definiu o que entendia por fatos sociais.

ARQUIVO DA FAMÍLIA LUCAS



Figura 1 • Família reunida no município de Pacaembu, interior paulista, 1969.

Características dos fatos sociais

Coerção

Para Durkheim, os fatos sociais distinguem-se dos fatos orgânicos ou psicológicos por se imporem ao indivíduo como uma poderosa força coercitiva à qual ele deve, obrigatoriamente, se submeter. A adoção de um idioma, a organização familiar e o sentimento de pertencer a uma nação são manifestações do comportamento humano dotadas dessa força impositiva sobre o indivíduo, força essa que Durkheim denominou **coerção social**.

A força coercitiva dos fatos sociais se manifesta pelas “sanções legais” ou “espontâneas” a que o indivíduo está sujeito quando tenta rebelar-se contra ela. “Legais” são as sanções prescritas pela sociedade, sob a forma de leis, nas quais se define a infração e se estabelece a penalidade correspondente. “Espontâneas” são as que afloram como resposta a uma conduta considerada inadequada por um determinado grupo ou por uma sociedade. Multas de trânsito, por exemplo, fazem parte das coerções legais, pois estão previstas e organizadas pela legislação que regula o tráfego de veículos e pessoas pelas vias públicas. Já os olhares de reprovação de que somos alvo quando comparecemos a um local com a roupa inadequada constituem sanções espontâneas. Embora não codificados em lei, esses olhares têm o poder de conduzir o infrator para o comportamento esperado. Durkheim afirma que, nesses casos:

“[...] a coerção é menos violenta; mas não deixa de existir. Se não me submeto às convenções mundanas; se, ao me vestir, não levo em consideração os usos seguidos em meu país e na minha classe, o riso que provoço, o afastamento em que os outros me conservam, produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita.”

RODRIGUES, José Albertino (Org.). *Durkheim*. São Paulo: Ática, 1981. p. 47.

O comportamento desviante num grupo social pode não ter penalidade prevista por lei, mas o infrator pode ser espontaneamente punido pelo grupo na medida em que sua ação fere determinados valores e princípios. A reação negativa da sociedade a certas atitudes ou comportamentos é, muitas vezes, mais intimidadora do que a lei.

A “educação” – entendida de forma geral, ou seja, a educação formal e a informal – desempenha, segundo Durkheim, uma importante tarefa nessa adequação dos indivíduos à sociedade em que vivem, a ponto de, após algum tempo, as regras estarem internalizadas nos membros do grupo e transformadas em hábitos. O uso de uma determinada língua ou o gosto por determinada comida são internalizados no indivíduo, que passa a considerar tais hábitos como pessoais.

Exterioridade

A segunda característica dos fatos sociais é que eles existem e atuam independentemente da vontade ou adesão consciente dos indivíduos, sendo, assim, “exteriores” a eles. Ao nascer, já encontramos regras sociais, costumes e leis que somos coagidos a aceitar por meio de mecanismos de coerção social, como a educação. Não nos é dada a possibilidade de opinar ou escolher, sendo, assim, independentes de nós, de nossos desejos e vontades. Por isso, os fatos sociais são ao mesmo tempo coercitivos e dotados de existência exterior às consciências individuais.

Coerção social. Chamamos de coerção social a força da coletividade e da sociedade sobre a vontade individual.

Émile Durkheim (1858-1917)

Nasceu em Épinal, na região francesa da Lorena, descendente de uma família de rabinos. Iniciou seus estudos filosóficos na Escola Normal Superior de Paris, indo depois para a Alemanha. Lecionou sociologia em Bordéus, primeira cátedra dessa ciência criada na França. Transferiu-se em 1902 para a Universidade de Sorbonne, em Paris, para onde levou inúmeros cientistas, entre eles seu sobrinho Marcel Mauss, reunindo-os num grupo que ficou conhecido como escola sociológica francesa. Suas principais obras foram: *Da divisão do trabalho social*, *As regras do método sociológico*, *O suicídio*, *Formas elementares da vida religiosa*, *Educação e sociologia*, *Sociologia e filosofia* e *Lições de sociologia* (obra póstuma).

Podemos experimentar a exterioridade dos fatos sociais nas formas de agir e pensar que não adotaríamos de modo espontâneo ou como resultado apenas de nossa vontade. Por exemplo, ao nos sentirmos pressionados a obedecer nosso lugar numa fila quando nosso desejo nos impele a passar os outros para trás.

Generalidade

Além da coerção e da exterioridade, é possível distinguir fatos sociais porque eles não se apresentam como fatos isolados. Eles são dotados de generalidade, envolvem muitos indivíduos e grupos ao longo do tempo, repetem-se e difundem-se. Permitem, por isso, uma grande sondagem como a que Durkheim desenvolveu para estudar o suicídio, fato social dotado de grande generalidade.

A assiduidade com que determinados fatos ocorrem na sociedade indica a sua importância e a necessidade de estudá-los, assim como torna a estatística uma das ferramentas que garante ao sociólogo a objetividade e o controle. É pela generalidade que os fatos sociais exibem a sua natureza coletiva, sejam eles fatos observáveis, como o modelo das habitações de um grupo, sejam fatos morais, como os valores e as crenças.

A objetividade do fato social

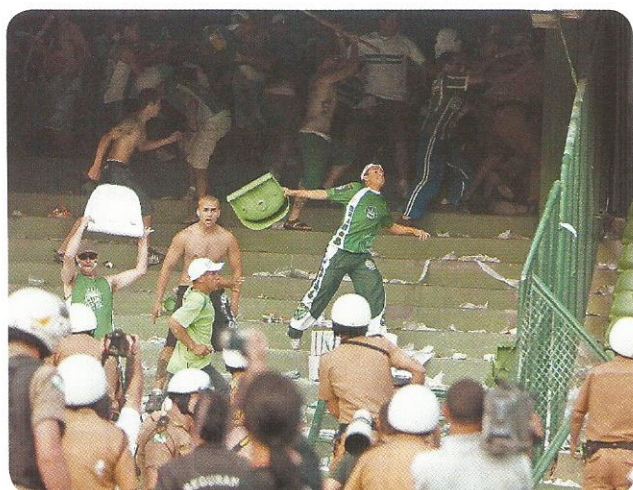
Além de identificar as características dos fatos sociais (figuras 2 e 3), Durkheim desenvolveu também uma metodologia própria dos estudos sociológicos. Herdeiro dos princípios positivistas e dos pressupostos cartesianos, Durkheim procurou respeitar a distância e a neutralidade do cientista diante de seu objeto de estudo, condição necessária a uma ciência objetiva.

Nesse sentido afirma:

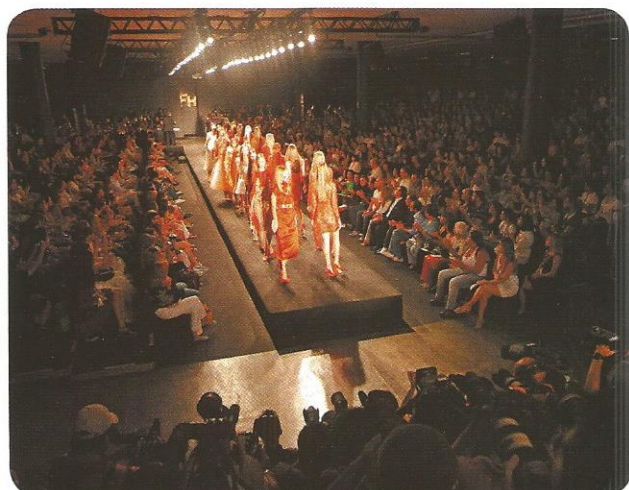
“A ciência só aparece quando o espírito, fazendo abstração de toda preocupação prática, aborda as coisas com o único fim de representá-las.”

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1963. p. 20.

Figuras 2 e 3 • Abaixo, torcedores em confronto com policiais em estádio de futebol, Paraná, 2009. Desfile da grife Fause Hatem no São Paulo Fashion Week Inverno 2009. Tanto as brigas de torcidas de futebol como a moda seriam fatos sociais, pois possuem generalidade e exterioridade e são coercitivos.



GERALDO BUBNIAK/FOTO ARENA/AGÊNCIA ESTADO



J. F. DIORIO/AGÊNCIA ESTADO

Da mesma maneira que nas ciências naturais, o cientista social deveria apreender a realidade que o cerca sem distorcê-la de acordo com seus desejos e interesses particulares. Deveria deixar de lado seus preconceitos, isto é, valores e sentimentos pessoais em relação àquilo que está sendo estudado, pois tudo que nos mobiliza – nossas simpatias, paixões e opiniões – dificulta o conhecimento verdadeiro, fazendo-nos confundir o que vemos com aquilo que queremos ver.

Levando às últimas consequências esse distanciamento que o cientista deve manter em relação a seu objeto de estudo, Durkheim aconselhou o sociólogo a encarar os fatos sociais como “coisas”, isto é, objetos que lhe são exteriores. Diante deles, deve se colocar isento de paixão, desejo ou preconceito, para analisá-los por meio de instrumentos que lhe permitem medir suas minúcias e regularidades – a observação, a descrição, a comparação e a estatística.

O sociólogo deve também se manter neutro diante da opinião dos próprios envolvidos nas situações analisadas, pois elas representam apenas juízos de valor individuais, aos quais Durkheim propõe o exercício da dúvida metódica, ou seja, a necessidade de o cientista inquirir sobre a veracidade e objetividade dos fatos estudados, procurando anular, sempre, a influência de seus desejos, interesses e preconceitos.

Suicídio

“[...] Em 2003, cerca de 900 mil pessoas cometeram suicídio no mundo inteiro. Em 2004, aproximadamente 8 mil brasileiros tiraram a própria vida. Embora a taxa média no Brasil não seja considerada alta [...], o problema vem crescendo em certos segmentos da população, como homens mais jovens, índios, idosos, trabalhadores do setor agrícola que tiveram a saúde prejudicada por pesticidas e mulheres jovens gestantes moradoras de rua. [...]

Entre os idosos o crescimento de índices de suicídio geralmente se relaciona ao abandono e à solidão em que essas pessoas vivem, muitas vezes abatidas por doenças crônicas ou degenerativas. [...]”

Manual ajudará a prevenir suicídio. Ministério da Saúde.
Disponível em: www.saude.gov.br. Acesso em: 25 maio 2011.

Durkheim estudou profundamente o suicídio, utilizando nesse trabalho toda a metodologia defendida e propagada por ele. Considerou-o fato social por sua presença universal em toda e qualquer sociedade, e por suas características exteriores e mensuráveis, completamente independentes das razões que levam cada suicida a acabar com a própria vida. Apesar de uma conduta marcada pela vontade individual, o suicídio interessa ao sociólogo por aquilo que tem de comum e coletivo e que, certamente, escapa às consciências individuais dos envolvidos – do suicida e dos que o cercam. Para Durkheim, a prova de que o suicídio depende de leis sociais e não da vontade dos sujeitos estava na regularidade com que variavam as taxas de suicídio de acordo com as alternâncias das condições históricas. Ele verificou, por exemplo, que as taxas de suicídio aumentavam nas sociedades em que havia a aceitação profunda de uma fé religiosa que promettesse a felicidade após a morte. É sobre fatos assim concretos e objetivos, gerais e coletivos, cuja natureza social se evidencia, que o sociólogo deve se debruçar.

Durkheim aconselhava o cientista a estudar os “fatos sociais” como “coisas”, fenômenos que lhe são exteriores e podem ser observados e medidos de forma objetiva.

“Com o auxílio de estatísticas, mostra em seguida Durkheim que o suicídio é com certeza um fato social na medida em que, em todos os países, a taxa de suicídios se mantém constante de um ano para outro. A longo prazo, ainda por cima, a evolução dos suicídios se inscreve em curvas que têm formas similares para todos os países da Europa. Os desvios entre regiões e países são igualmente constantes.”

LALLEMENT, Michael. *História das ideias sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 218.

2. Normalidade e patologia nos fatos sociais

A “generalidade” de um fato social representava, para Durkheim, o consenso social e a vontade coletiva.

Função social. Conceito que procura justificar a existência de um determinado comportamento por sua contribuição na manutenção do todo no qual se insere.

Consenso social. Estado em que se encontra uma sociedade caracterizada por uma forte coesão entre seus membros, fazendo prevalecer os interesses da coletividade acima dos interesses e das expectativas individuais.

Para Durkheim, a sociologia tinha por finalidade não só explicar a sociedade como também encontrar soluções para problemas da vida social. A sociedade, como todo organismo, apresenta estados que podem ser considerados “normais” ou “patológicos”, isto é, saudáveis ou doentios.

Pode-se considerar um fato social como “normal” quando se encontra generalizado pela sociedade ou quando desempenha alguma função importante para sua adaptação ou sua evolução. Assim, por exemplo, ele afirma que o crime é normal não apenas por ser encontrado em toda e qualquer sociedade e em todos os tempos, mas também por representar um fato social que integra as pessoas em torno de determinados valores. Punindo o criminoso, os membros de uma coletividade reforçam seus princípios, renovando-os (figura 4). O crime tem, portanto, uma importante **função social**. Dizer que o crime desempenha uma função social e que pode ser considerado um fato normal não significa que o autor aceite o crime como positivo ou desejável, mas que, por sua visão sociológica e normativa, é normal todo acontecimento cuja incidência tenha uma distribuição “normal” do ponto de vista estatístico. Trata-se de uma postura metodológica e não de um julgamento de valor ético.

A “generalidade” de um fato social, isto é, sua unanimidade, é garantia de normalidade na medida em que representa o **consenso social**, a vontade coletiva ou o acordo de um grupo a respeito de determinada questão.



Figura 4 • Homem suspeito de assassinato é preso em São Paulo, 2009. O crime, tal como o suicídio, é entendido como um fato social não só porque é encontrado em qualquer sociedade, mas também porque é um fator de coesão social.

3. A consciência coletiva e a consciência individual

Toda a teoria sociológica de Durkheim pretende demonstrar que os fatos sociais têm existência própria e independem daquilo que pensa e faz cada indivíduo em particular. Embora todos tenham sua “consciência individual”, seu modo próprio de se comportar e interpretar a vida, podem-se notar, no interior de qualquer grupo ou sociedade, formas padronizadas de conduta e pensamento. Essa constatação está na base do que Durkheim chamou de “consciência coletiva”.

A consciência coletiva não se baseia na consciência de indivíduos singulares ou de grupos específicos, mas está disseminada por toda a sociedade. Ela revelaria, segundo Durkheim, o “tipo psíquico da sociedade”, que não seria apenas o produto das consciências individuais, mas algo diferente, que se imporia aos indivíduos e perduraria através das gerações.

A consciência coletiva é, em certo sentido, a moral vigente na sociedade. Ela aparece como um conjunto de regras fortes e estabelecidas que atribuem valor e delimitam os atos individuais. É a consciência coletiva que define o que, numa sociedade, é considerado “imoral”, “reprovável” ou “criminoso”.

4. Morfologia social: as espécies sociais

Durkheim também considerava como um dos objetivos da sociologia a comparação de uma sociedade com outra, constituindo-se numa morfologia social (estudo comparativo dos sistemas estruturais de diferentes comunidades) para classificar as espécies sociais à maneira que a biologia fazia com as espécies animais.

Também inspirado nas ciências naturais, Durkheim propunha que toda sociedade tivesse evoluído de uma forma social mais simples, a horda, constituída de um único segmento de indivíduos. Das combinações entre essas formas simples e igualitárias originaram-se as sociedades mais complexas, como os clãs (conjuntos de famílias que se presumem ou são descendentes de ancestrais comuns) e as tribos (grupos sociais autônomos que apresentam certa homogeneidade física, linguística, cultural etc.).

Durkheim procurou, entretanto, diferenciar as espécies sociais das fases históricas pelas quais passavam as sociedades. As transformações históricas são mais efêmeras, enquanto a diversidade de espécies é mais constante. Em uma nota de rodapé de *As regras do método sociológico*, ele dizia:

“Desde suas origens, passou a França por formas de civilização muito diferentes: começou por ser agrícola, passou em seguida pelo artesanato e pelo pequeno comércio, depois pela manufatura e, finalmente, chegou à grande indústria. Ora, é impossível admitir que uma mesma individualidade coletiva possa mudar de espécie três ou quatro vezes. Uma espécie deve definir-se por caracteres mais constantes. O estado econômico, tecnológico etc. apresenta fenômenos por demais instáveis e complexos para fornecer a base para uma classificação.”

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1963. p. 82.

Durkheim acreditava numa evolução geral das espécies sociais a partir da horda.



Figura 5 • Desenho de W. Heath Robinson (1872-1944) feito em 1902. A divisão social do trabalho é um aspecto da solidariedade orgânica em Durkheim.

Divisão social do trabalho.

Entende-se por divisão social do trabalho a organização da sociedade em diferentes funções, exercidas pelos indivíduos ou grupos de indivíduos. Nas sociedades mais simples, predomina a divisão social do trabalho baseada principalmente em critérios biológicos de sexo e idade. Em sociedades mais complexas, como a industrial, surge uma divisão social mais complexa, com a criação de uma imensa gama de funções e atribuições diferenciadas.

Para os bons resultados desse trabalho de constituição de uma morfologia social, Durkheim orienta os sociólogos a se valerem de apurada observação empírica. Foi por meio dela que ele pôde identificar dois tipos diferentes de solidariedade entre os homens, provenientes da **divisão social do trabalho**: a **solidariedade mecânica** e a **solidariedade orgânica** (figura 5). A passagem de um tipo para outro constituía uma metamorfose de um estágio inferior de vida social a outro superior.

► Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica

Solidariedade mecânica, para Durkheim, era aquela que predominava nas sociedades pré-capitalistas, em que os indivíduos se identificavam por meio da família, da religião, da tradição e dos costumes, permanecendo em geral independentes e autônomos em relação à divisão social do trabalho. A consciência coletiva exerce aqui todo seu poder de coerção sobre os indivíduos.

Solidariedade orgânica seria aquela típica das sociedades capitalistas, em que, pela acelerada divisão social do trabalho, os indivíduos se tornavam interdependentes. Essa interdependência garante a união social, em lugar dos costumes, das tradições ou das relações sociais estreitas, como ocorre nas sociedades contemporâneas. Nas sociedades capitalistas, a consciência coletiva se afrouxa, ao mesmo tempo que os indivíduos se tornam mutuamente dependentes, cada qual se especializa numa atividade e tende a desenvolver maior autonomia pessoal.

5. Durkheim e a sociologia científica

Durkheim se distingue dos demais positivistas porque suas ideias ultrapassaram a reflexão filosófica e chegaram a constituir um todo organizado e sistemático de pressupostos teóricos e metodológicos sobre a sociedade. O empirismo positivista, que pusera os filósofos diante de uma realidade social a ser especulada, transformou-se, em Durkheim, numa rigorosa postura empírica. Essa postura estava centrada na verificação dos fatos que poderiam ser observados, mensurados e relacionados por meio de dados coletados diretamente pelo cientista. Observação, mensuração e interpretação eram aspectos complementares do método durkheimiano.

Ainda que preocupado com as leis gerais capazes de explicar a evolução das sociedades humanas, Durkheim ateu-se também às particularidades da sociedade em que vivia, aos mecanismos de coesão dos pequenos grupos e à formação de sentimentos comuns resultantes da convivência social. Pode-se dizer que já se delineava uma apreensão da sociologia em que se relacionavam harmonicamente o geral e o particular. Em vista de todos esses aspectos tão relevantes e inéditos, os limites antes impostos pela filosofia positivista perderam sua importância, fazendo dos estudos de Durkheim um constante objeto de interesse da sociologia contemporânea.

Compreensão do texto

1. O que é fato social conforme a teoria desenvolvida por Durkheim?
2. Na versão de Durkheim, quais são as três características básicas que distinguem os fatos sociais dos fatos orgânicos ou psicológicos? Explique.
3. Quais são os passos que um cientista social deve seguir para garantir a sua neutralidade na análise dos fatos sociais?
4. Que lei geral Durkheim estabelece para a evolução das espécies sociais?
5. O que é solidariedade orgânica?
6. Por que o suicídio e o crime podem ser considerados fatos sociais normais, na perspectiva durkheimiana?

Interpretação e problematização

7. Defendendo a imparcialidade e a objetividade da ciência, Durkheim afirma:

“O sentimento é objeto da ciência, não é critério de verdade científica.”

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1963. p. 31.

Para Durkheim, a verdadeira ciência deve se guiar pelos sentimentos pessoais do cientista? Por quê?

8. Leia a tabela a seguir e depois responda às questões.

Força de trabalho, emprego e desemprego na OCDE ¹ Países selecionados 1993-2008 (em milhões de pessoas)							
Força de trabalho	1993	1997	1999	2001	2003	2005	2008
Sete maiores países ²	326,6	337,5	342,7	349,2	353,3	358,4	366,6
Total dos países menores ³	166,1	180,1	184,2	188,4	192,9	199,1	208,6
TOTAL OCDE	492,6	517,6	526,9	537,7	546,2	557,5	575,2
Número de empregados							
Sete maiores países	303,6	315,9	322,2	328,9	330,0	336,4	345,2
Total dos países menores	152,4	166,9	171,0	175,4	178,4	184,6	195,9
TOTAL OCDE	456,0	482,8	493,1	504,4	508,4	521,0	541,1
Número de desempregados							
Sete maiores países	23,0	21,6	20,6	20,3	23,3	22,0	21,4
Total dos países menores	13,6	13,2	13,2	13,0	14,5	14,5	12,7
TOTAL OCDE	36,6	34,8	33,8	33,3	37,8	36,5	34,1

Fonte: Dieese. Disponível em www.dieese.org.br. Acesso em 12 jan. 2011.

Notas: (1) Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

(2) Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido.

(3) Inclui todos os países da OCDE, menos os sete maiores países.

- a) Emprego e desemprego podem ser considerados como fatos sociais?
- b) Por que, apesar de termos o desemprego como uma ocorrência nociva à sociedade, ele pode ser considerado, segundo as categorias de Durkheim, como fato social normal?

9. Esta foto identifica o conceito de solidariedade mecânica ou o de solidariedade orgânica? Explique a sua resposta.



ARACQUEM ALCANTARA

Dança regional folclórica, município de Poconé, Mato Grosso, 2000.

10. Para Durkheim, é social todo fato que é geral. Observe esta imagem e identifique os elementos que, segundo ele, caracterizam um fato social.



JORGE ARAUJO/FOLHAPRESS

Trabalhadores desempregados esperando para serem cadastrados no Centro de Solidariedade, município de São Paulo, 1999.

11. Durkheim afirma que certos sentimentos, até então considerados inatos no homem, não são universais e, portanto, "resultam da organização coletiva em vez de constituírem a base dela". (DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1963. p. 99.)
- Podemos dizer que para Durkheim os sentimentos humanos são fruto da coerção social? Por quê?
 - O que seria necessário para que um sentimento fosse considerado inato no homem e parte de sua natureza?
12. Durkheim afirma que encontramos hábitos, costumes, leis e regulamentos que já existiam antes de nascermos, e que são impostos a nós. Desenvolva essa ideia utilizando sua própria experiência pessoal.

Pesquisa e debate

13. O crime, para Durkheim, é um fato social normal ou patológico? Por quê? Discuta se o aumento vertiginoso da criminalidade nos últimos anos no Brasil e em outras sociedades ainda permite classificar o crime como fez Durkheim.

14. Durkheim considerava a generalidade elemento essencial do fato social. Procure em jornais e periódicos fatos sociais segundo esse critério.
15. Definindo a normalidade e a morbidez dos fatos sociais, Durkheim afirma: "Chamamos normais os fatos que apresentam as formas gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou patológicos". (DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1963. p. 51.)
Dê exemplos atuais de um fato que o autor consideraria normal e um que ele consideraria mórbido, seguindo o critério por ele estabelecido.

Leitura visual

16. Durkheim afirma que a sociedade exerce sobre nós pressões para agirmos em conformidade com as regras sociais e também para desenvolvermos sentimentos e juízos de valor. A imagem abaixo nos indica formas de sentir, de julgar e de se comportar. Quais são elas?

ACESSIBILIDADE

DIREITO DE TODOS



Questões de vestibular e do Enem

17. (UEL-PR) Émile Durkheim, analisando a organização da sociedade e o papel dos indivíduos em relação à criminalidade e ao direito, afirmava que:

"[...] supondo que a pena possa realmente servir para proteger-nos no futuro, estimamos que deva ser, antes de tudo, uma expiação do passado. O que o prova são as precauções minuciosas que tomamos para proporcioná-la tão exatamente quanto possível à gravidade do crime; elas seriam inexplicáveis se acreditássemos que o culpado deve sofrer porque fez o mal e na mesma medida.

"[...] Podemos dizer, pois, que a pena consiste em uma reação passional de intensidade graduada. Mas de onde emana esta reação? Do indivíduo ou da sociedade?"

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 45-46. (Coleção Os Pensadores)

De acordo com os seus conhecimentos sobre Durkheim e em resposta ao questionamento formulado pelo autor, é correto afirmar que a reação que resulta em uma pena emana:

- da sociedade, pois quem sofre os atentados e ameaças são os membros da sociedade e não a própria sociedade.
- do indivíduo, pois a pena, uma vez pronunciada, passa a ser uma punição individual e deixa de ter relação com a sociedade.
- da sociedade, pois, quando um atentado é dirigido a um indivíduo, não deve ser considerado como um atentado à própria sociedade.
- do indivíduo, pois quem sofre atentados e ameaças são os membros da sociedade e não a própria sociedade.
- da sociedade, pois, quando um atentado é dirigido a um indivíduo, este deve ser considerado como um atentado à própria sociedade.

A sociologia alemã: a contribuição de Max Weber

1. O pensamento filosófico e científico alemão

Na França e na Inglaterra, a preocupação com as bases científicas do pensamento social resultou do desenvolvimento industrial e urbano, que tornou esses países potências emergentes e sedes do pensamento burguês da Europa nos séculos XVII e XVIII. A indústria e a expansão marítima e comercial colocaram esses países em contato com outras culturas e outras sociedades, obrigando seus pensadores a um esforço interpretativo da diversidade social. O sucesso alcançado pelas ciências físicas e biológicas, impulsionadas pela indústria e pelo desenvolvimento tecnológico, fez com que as primeiras escolas sociológicas fossem fortemente influenciadas pela adaptação dos princípios e da metodologia dessas ciências à realidade social.

A Alemanha, ao contrário da Inglaterra e da França, se unificou e se organizou como Estado nacional mais tardiamente que o conjunto das nações europeias, o que atrasou seu ingresso na corrida industrial e imperialista iniciada na segunda metade do século XIX (figuras 1 e 2). Esse descompasso estimulou no país o interesse pela história como ciência da integração, da memória e do nacionalismo. Como consequência,

Figuras 1 e 2 • Abaixo, à esquerda, imagem de Otto von Bismark, 1871. À direita, cena da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), representada por Christian Sell, 1883. A criação do Estado nacional alemão foi impulsionada pela vitória da Prússia (o mais poderoso dos reinos germânicos) na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, sob o comando do general Otto von Bismark. Nessa época, surgiu uma importante geração de pensadores alemães – Max Weber, Karl Marx –, cujas elaborações teóricas têm influência até hoje.

CORBIS/LATINSTOCK - COLEÇÃO PARTICULAR



COLEÇÃO PARTICULAR



o pensamento alemão se voltou para o reconhecimento das diversidades da vida social, enquanto o pensamento de autores franceses e ingleses valorizou a universalidade. Contribuíram para essa opção os colonialismos francês e inglês e seu intento em integrar as sociedades colonizadas à cultura europeia (figura 3).

Devemos distinguir no pensamento alemão, portanto, a preocupação com o estudo da diferença cultural, característica de sua formação política e de seu desenvolvimento econômico. Adicione-se a isso a herança puritana com seu apego à interpretação das escrituras e livros sagrados. Essa associação entre história, esforço interpretativo e facilidade em discernir diversidades caracterizou o pensamento alemão e influenciou muitos cientistas.

Max Weber foi o grande sistematizador da sociologia na Alemanha (figura 4).

2. A sociedade sob uma perspectiva histórica

No processo da formação da intelectualidade germânica, durante a criação da Alemanha, a denominada escola filosófica do idealismo alemão teve um papel de destaque. Dela fizeram parte filósofos do porte de Johann G. Fichte, Friedrich von Schelling e Wilhelm Hegel. Foi com Hegel que o idealismo alemão preconizou que a razão é histórica, ou seja, a verdade é construída no tempo. Essa nova forma de ver a razão pautava-se na ideia básica de que o ser está em constante transformação. Então, para se conhecer a verdade não se poderia parar a análise no que é estático, no que já existe, mas no que está por vir, no movimento, anunciado pelas contradições que a realidade apresenta. Hegel afirmava que a história não era a mera acumulação e justaposição de fatos acontecidos no tempo, mas o resultado de um processo determinado pelas contradições. Assim, cada sociedade é particular e única, determinada pelo seu processo histórico. Consequentemente, os indivíduos têm um papel relevante em uma sociedade, pois a ação deles interfere na realidade. O idealismo alemão preconizou grandes debates com os positivistas e os marxistas.

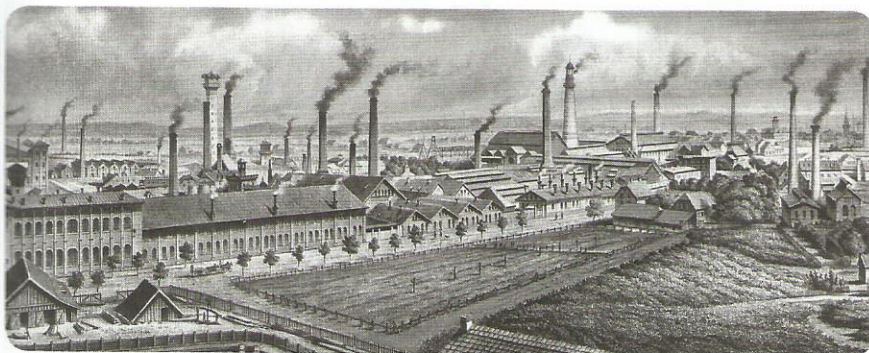


Figura 3 • Fábricas em Essen, Alemanha, litografia de 1875. Até o primeiro quartel do século XX, havia a forte convicção, por motivos ideológicos e políticos, de que sociedades diferentes no seu desenvolvimento material e social estavam em estágios distintos da mesma linha de evolução. Todas haviam começado da mesma forma e, fatalmente, chegariam ao mesmo lugar: ao capitalismo industrial.

Uma das diferenças existentes entre o positivismo e o idealismo é a importância que o segundo dá à história.

Max Weber (1864-1920)

EVERETT COLLECTION
LATINSTOCK -
BIBLIOTECA NACIONAL DE LONDRES,
INGLATERRA



Figura 4 • Max Weber, um dos principais expoentes da sociologia alemã, 1911.

Max Weber nasceu na cidade de Erfurt (Alemanha), numa família de burgueses liberais. Desenvolveu estudos de direito, filosofia, história e sociologia, constantemente interrompidos por uma doença que o acompanhou por toda a vida. Iniciou a carreira de professor em Berlim e, em 1895, foi catedrático na Universidade de Heidelberg. Na política, defendeu ardorosamente seus pontos de vista liberais e parlamentaristas. Sua maior influência nos ramos especializados da sociologia foi no estudo das religiões, estabelecendo relações entre formações políticas e crenças religiosas. Suas principais obras foram: *Artigos reunidos de teoria da ciência: economia e sociedade* (obra póstuma) e *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Weber descartava, em suas análises históricas, todo determinismo e a ideia de uma sucessão necessária de estágios pelos quais passariam todas as sociedades.

Há, portanto, um forte contraste entre o positivismo durkheimiano e o idealismo alemão, que se expressa, entre outros elementos, nas maneiras diferentes como cada uma dessas correntes encara a história. Para o positivismo, a história é o processo universal de evolução da humanidade, cujos estágios o cientista pode perceber pelo método comparativo, capaz de aproximar sociedades humanas de todos os tempos e lugares. A história particular de cada sociedade desaparece, diluída nessa lei geral que os pensadores positivistas tentaram reconstruir (figura 5). Essa forma de pensar torna insignificantes as particularidades históricas, e as individualidades são dissolvidas em meio a forças sociais impositivas.

Max Weber, pensador dominante na sociologia alemã, com formação histórica consistente, se opôs à concepção positivista. Para ele, a pesquisa de cunho histórico é essencial para a compreensão das sociedades. Essa pesquisa, baseada na coleta de documentos e no esforço interpretativo das fontes, permite o entendimento das diferenças sociais (contradições sociais), que seriam, para Weber, de gênese e formação, e não de estágios de evolução.

Portanto, segundo a perspectiva de Weber, o caráter particular e específico de cada formação social deve ser respeitado. O conhecimento histórico, entendido como a busca de evidências, torna-se um poderoso instrumento para o cientista social. Com essa perspectiva, Weber consegue combinar duas abordagens: a histórica, que respeita as particularidades de cada sociedade, e a sociológica, que ressalta os elementos mais gerais de cada fase do processo histórico.

Weber descartava, em suas análises históricas, todo determinismo e a ideia de uma sucessão necessária de estágios pelos quais passariam todas as sociedades. Do mesmo modo, rejeitava princípios idealistas que avaliavam a vida social por meio de juízos de valor e não da análise empírica. Reconhecia, entretanto, que aquilo que se obtém dos estudos históricos e da análise de documentos são dados esparsos que podem ser interpretados pelo cientista social, resultando em uma compreensão lógica dos acontecimentos. Essa lógica não deixava de emprestar, todavia, um caráter geral à elucidação da vida social. Assim, partindo da indução (raciocínio que se serve de indícios para chegar a uma causa por eles tornada evidente) e da análise empírica, admitia a possibilidade de construções teóricas mais abrangentes.



Figura 5 • Aquarela *Grupo de Índios bororos atentos ao relato que faz um deles de uma caçada de onça*, de Aimé Adrien Taunay, 1827.

3. O método compreensivo e a ação social: uma ação com sentido

Weber buscou na escola neokantiana, que surgiu na Alemanha em meados do século XIX, originária do idealismo alemão, as bases para o seu método de análise sociológico, que também ficou conhecido como método compreensivo. Entre os neokantianos ganhou destaque Wilhelm Dilthey, que, na tentativa de separar a ciência da humanidade da ciência natural, estabeleceu a diferença entre os modos explicativo e compreensivo. O modo explicativo era a característica essencial das ciências naturais, que buscavam determinar o fator causal dos fenômenos, ou seja, buscavam explicar as causas que davam existência aos fenômenos naturais (figura 6). A compreensão seria o modo típico das ciências humanas, que não devia explicar os fatos em si, determinando as suas causas imediatas, mas sim compreender os processos da ação humana e dela extrair o seu sentido.

Consequentemente, o ponto de partida da sociologia de Weber não estava nas entidades coletivas, grupos ou instituições. Seu objeto de investigação era a **ação social**, a conduta humana dotada de sentido, ou seja, de uma justificativa subjetivamente elaborada. Na teoria weberiana, ao se estabelecer a conexão entre motivo e ação, o homem enquanto agente social ganha sentido e revelância.

Na obra *Economia e sociedade*, Weber identifica três diferentes tipos de ação social, de acordo com suas diversas motivações.

- Ação tradicional: orientada pelo costume, tradição ou hábitos familiares.
- Ação afetiva: resultante das pulsões e paixões.
- Ação racional: guiada por um valor de ordem ética, estética ou religiosa. Por exemplo, o motivo que leva uma pessoa a um duelo ou a arriscar a vida por uma ideia.

Se para a sociologia positivista a ordem social submete os indivíduos como força exterior a eles, para Weber, ao contrário, não existe oposição absoluta entre indivíduo e sociedade: as **normas sociais** só se tornam concretas quando se manifestam em cada indivíduo sob a forma de motivação. O motivo que transparece na ação social permite desvendar o seu sentido, pode ser expresso pelo agente ou estar implícito em sua atitude ou comportamento. Esse motivo individual e subjetivo é também social na medida em que cada um age levando em conta a resposta ou a reação dos outros.

Ação social. Conceito básico da sociologia que designa, de maneira geral, toda ação humana que é influenciada pela consciência da situação na qual se realiza e pela existência das ações e reações dos outros agentes sociais que estão envolvidos. Embora reconheça o condicionamento social da ação humana, o conceito de ação social na sociologia remete ao princípio da liberdade e da participação histórica.

Normas sociais. A vida social resulta em grande parte da integração de dois dos seus principais mecanismos de funcionamento: as normas e os valores sociais. Embora seja difícil distinguir precisamente um conceito de outro, podemos dizer que os valores são o objetivo ou o sentido da ação social, enquanto as normas são as restrições e as coerções às condutas individual e coletiva. São mecanismos que asseguram a regularidade da vida social e a existência de suas instituições, além de certa reciprocidade nas ações individuais.

Segundo Weber, cada indivíduo age levado por motivos que resultam da influência da tradição, dos interesses racionais e da emotividade.

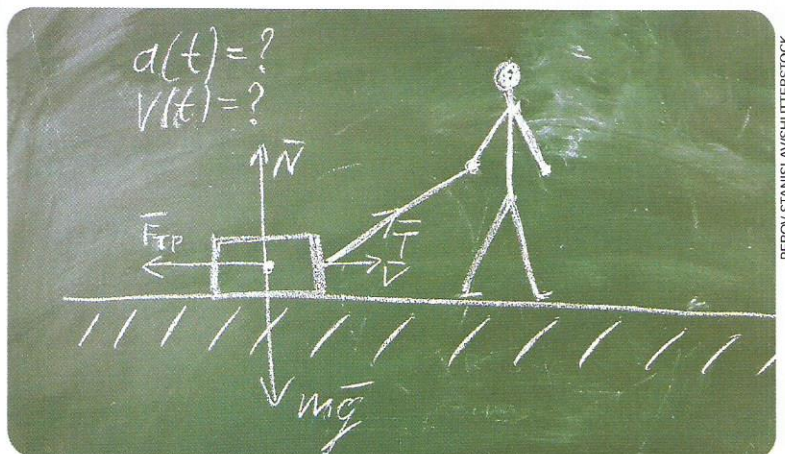


Figura 6 • Ao lado, objeto de estudo da física mostra as forças que agem sobre um corpo. Pelo método explicativo das ciências naturais, a realidade deve ser expressa em termos exatos, pois é de seu mister explicar as causas dos fenômenos.

A tarefa do cientista, para Weber, era descobrir os possíveis sentidos da ação humana.

Ao cientista compete compreender o sentido das diferentes ações sociais e prever as suas consequências, muitas das quais imperceptíveis para os próprios agentes. É possível decompor a ação social em diferentes etapas desvendando suas conexões.

O simples ato de enviar uma correspondência ou *e-mail* é composto de uma série de ações sociais – escrever, enviar e receber – que terminam por realizar um objetivo. Por outro lado, muitos agentes ou atores estão relacionados a essa ação social – o atendente, o carteiro, o técnico, o provedor etc. Essa interdependência entre os sentidos das diversas ações – mesmo que orientadas por motivos diversos – é que dá a esse conjunto de ações seu caráter social.

O cientista social, identificando essa motivação, desvenda diferentes instâncias da vida social, política, econômica ou religiosa. Esse esforço de compreensão, todavia, não está relacionado com a análise psicológica. Por mais individual que seja a intenção de um agente, por um impulso interno e pessoal, sua ação envolve a ação de outros, e a teia de ações interdependentes, que caracteriza a vida social, manifesta-se (figura 7).

Por outro lado, Weber distingue ação social de relação social. Para que se estabeleça uma relação social é preciso que o sentido seja compartilhado. Por exemplo, um sujeito que pede uma informação a outro estabelece uma ação social: ele tem um motivo e age em relação a outro indivíduo, mas tal motivo não é compartilhado; portanto, não é uma relação social. Numa sala de aula, em que o objetivo da ação dos vários sujeitos é compartilhado, existe uma relação social.

Pela frequência com que certas ações sociais se manifestam, o cientista pode conceber as tendências gerais que levam os indivíduos, em dada sociedade, a agir de determinado modo.

4. A tarefa do cientista

Weber, no desenvolvimento de sua teoria, como vimos, rejeita as proposições positivistas ou a crença de que as sociedades reproduzem um mesmo modelo de transformação histórica, que as leva de estágios de organização inferiores (ou mais simples) para outros mais elevados (ou complexos).



FERNANDO FAVORITTO/ICID

Figura 7 • Às ciências humanas cabe a tarefa de compreender como se desenvolve o comportamento humano, sem reduzir essa compreensão a uma lei ou equação. A família é um dos principais lugares de desenvolvimento do comportamento, 2011.

Weber também descarta, como elemento central para explicar a emergência dos fatos sociais, a oposição durkheimiana entre indivíduo e sociedade, quer no entendimento de como o indivíduo atua e integra a vida social, quer no papel que desempenha o cientista em seus estudos das sociedades. As atitudes e as motivações, tanto do indivíduo como do cientista, dão sentido às ações sociais e colocam o sociólogo em condições de interpretar tais ações, percebendo-lhes o significado e a direção.

Embora Weber não exija do sociólogo a neutralidade defendida pelos positivistas diante da realidade, ele não considera que o objetivo da sociologia seja a transformação social, como preconizava Durkheim. Assim, as crenças pessoais do cientista, mesmo sendo importantes para a sua atuação como cientista, devem estimulá-lo a uma análise profunda e objetiva sem, no entanto, comprometer o estudo da realidade.

Diferentemente de Durkheim, Weber não valoriza a análise quantitativa dos fenômenos sociais, pois, por mais que os acontecimentos possam ser quantificáveis, é o método de interpretação científica e a compreensão dos fatos que garantem a cientificidade das análises. Assumindo a subjetividade que guia o cientista, Weber aceita a parcialidade de toda e qualquer explicação científica. Para ele, os acontecimentos são o resultado de múltiplas e diversas determinações que se combinam e se complementam. Causas econômicas, políticas ou religiosas estão na raiz do comportamento social, sem nenhuma primazia de umas sobre outras.

5. O tipo ideal

Entre os instrumentos de que o sociólogo dispõe para compreender e interpretar a vida social, um dos mais importantes para Weber é o que ele chamou de “tipo ideal”.

Trata-se de uma construção teórica abstrata que o cientista elabora por meio do estudo sistemático das diversas manifestações particulares de um fenômeno, no qual ele acentua aquilo que lhe pareça característico ou fundante. Nenhum dos exemplos representará de modo perfeito e acabado o tipo ideal, mas manterá com ele uma grande semelhança e afinidade, permitindo comparações e a percepção de semelhanças e diferenças. Constitui-se em um trabalho teórico indutivo que tem por objetivo sintetizar aquilo que é essencial na diversidade das manifestações da vida social, permitindo a identificação de exemplares em diferentes tempos e lugares.

O tipo ideal não é um modelo concreto ou empírico a ser buscado pelas formações sociais históricas nem a ser observado pelo cientista. É um instrumento de análise científica, numa construção do pensamento que permite conceituar fenômenos e formações sociais e identificar na realidade observada suas manifestações. Permite, ainda, comparar tais manifestações.

“O tipo do grande proprietário de terra romano não é o do agricultor que dirige pessoalmente a empresa, mas é o homem que vive na cidade, pratica a política e quer, antes de tudo, perceber rendas em dinheiro. A gestão de suas terras está nas mãos dos servos inspetores (*villici*).”

WEBER, Max. As causas sociais do declínio da cultura antiga.
In: COHN, Gabriel (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1979.

Weber não considera que o objetivo da sociologia seja a transformação social.

Por mais que os acontecimentos sejam quantificáveis, é o método de interpretação que garante a cientificidade das análises.

▶ O tipo ideal

O tipo ideal de Max Weber corresponde ao que Florestan Fernandes definiu como conceitos sociológicos construídos interpretativamente enquanto instrumentos de ordenação da realidade. O conceito, ou tipo ideal, é previamente construído e testado, depois aplicado a diferentes situações em que dado fenômeno possa ter ocorrido. À medida que o fenômeno se aproxima ou se afasta de sua manifestação típica, o sociólogo pode identificar e selecionar aspectos que tenham interesse à explicação, como, por exemplo, os fenômenos típicos “capitalismo” e “feudalismo”.

Conforme a citação aponta, o tipo ideal reúne características gerais que definem a forma como dado fenômeno se manifesta, embora tais aspectos não precisem estar sempre presentes na sua totalidade, nem da mesma maneira. É importante lembrar, no entanto, que o tipo ideal não tem relação com as espécies sociais de Durkheim, que pretendiam ser exemplos de sociedades observadas em diferentes graus de complexidade num *continuum* evolutivo.

Racionalidade e dominação

Weber desenvolveu estudos sobre a história, o direito e as religiões, o que permitiu que suas análises interessassem a diferentes setores, como o direito, a política e as ciências sociais. Unindo essas diversas visões, procurava compor um cenário que lhe permitisse compreender a sociedade de seu tempo, movendo-se entre as tradições e as inovações. Weber identificou como uma das características predominantes do capitalismo industrial a racionalidade – a busca constante por determinados fins cuja trajetória não estivesse marcada pelas tradições nem pelos costumes. Da ação individual à vida das grandes organizações, o que determina as relações sociais é essa racionalidade que se impõe sobre os valores éticos e religiosos mais profundos, promovendo o que Weber chamou de *desencantamento do mundo*, fórmula que ele adotou de Schiller. Sem lamentar essa constatação, o autor revela a importância da razão que se manifesta no aparato lógico-burocrático das sociedades modernas.

Weber estuda a burocracia como um tipo de organização da vida social que se manifesta por dispositivos legais e que busca estabelecer critérios de competência e funcionalidade, tais como a antiguidade, a qualificação e a eficiência. Mas ela é também uma forma de dominação. Esse aspecto da vida social moderna vai ganhar importância na teoria weberiana, que procura descrever as estruturas de dominação coercitiva e as de dominação diretiva, a primeira baseada no uso da força, a segunda, na legitimidade das leis. Entre essas estruturas, a mais importante na sociedade moderna é o Estado, que detém, além de instituições racionais de dominação, o monopólio da violência.

Weber dedicou-se ao estudo da dominação. A dominação é a possibilidade de uma pessoa encontrar outra disposta a obedecer a uma ideia ou a uma situação. Essa submissão também pode ser justificada por uma motivação que a legitima. De acordo com essa motivação, o autor distingue diferentes formas de dominação.

- Dominação tradicional: é o poder que decorre das tradições, como na gerontocracia e no patriarcalismo.
- Dominação carismática: decorre da personalidade de um líder e de sua capacidade de mobilizar pessoas, seja pelo uso de suas qualidades pessoais, por suas ideias ou por mecanismos como propagandas e apresentações públicas. Os profetas e os políticos estão nessa segunda categoria de dominadores.
- Dominação legal: é o poder existente nas instituições modernas – impessoal e garantido por lei. Trata-se do poder de que goza uma autoridade de acordo com o cargo que ocupa numa hierarquia.

O que determina as relações sociais é a racionalidade que se impõe sobre os valores éticos e religiosos, promovendo o desencantamento do mundo.

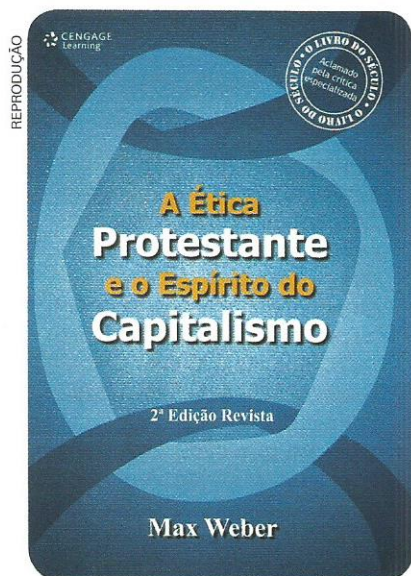


Figura 8 • Capa do livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, 2ª edição, de 2001, publicado pela Cengage Learning. Essa obra foi publicada três vezes durante a vida de Max Weber, nos anos de 1904, 1905 e 1920. Traduzida para diversos idiomas, as questões apresentadas por Weber continuam atuais.

Constituída por tipos ideais, essa classificação é apenas abstrata, mas permite entender as diferenças e identificar os tipos de autoridade existentes. Cabe ao cientista social reconhecê-los na realidade e estudar seus graus de variância.

A ética protestante e o espírito do capitalismo

Um dos trabalhos mais conhecidos e importantes de Weber é *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (figura 8, na página anterior), no qual ele estuda a relação entre racionalidade e crença religiosa, tendo por objeto o protestantismo e o comportamento capitalista ocidental moderno.

Weber partiu de dados estatísticos que lhe mostraram a proeminência de adeptos da Reforma Protestante entre os grandes homens de negócios, empresários bem-sucedidos e trabalhadores qualificados. A partir daí, procurou estabelecer conexões entre a doutrina e a pregação protestantes e seus efeitos no comportamento dos indivíduos e no desenvolvimento do capitalismo.

Weber descobriu que os valores do protestantismo – como a disciplina ascética (consagração a exercícios espirituais de autodisciplina), a poupança, a austeridade, a vocação, o dever e a propensão ao trabalho – atuavam de maneira decisiva sobre os indivíduos. No seio das famílias protestantes, os filhos eram criados para o ensino especializado e para o trabalho fabril, optando sempre por atividades mais adequadas à obtenção do lucro, preferindo o cálculo e os estudos técnicos ao estudo humanístico. Weber mostra a formação de uma nova mentalidade, um *ethos* – conjunto dos costumes e hábitos fundamentais – propício ao capitalismo, em flagrante oposição ao “alheamento” e à atitude contemplativa do catolicismo, voltado para a oração, o sacrifício e a renúncia da vida prática (figura 9).

Um dos aspectos importantes desse trabalho, no seu sentido teórico, está em expor as relações entre religião e sociedade e em desvendar particularidades do capitalismo. Além disso, nessa obra, podemos ver de que maneira Weber aplica seus conceitos e suas posturas metodológicas.

Alguns dos principais aspectos da análise.

1. A relação entre a religião e a sociedade não se dá por meios institucionais, mas por intermédio de valores introjetados nos indivíduos e transformados em motivos da ação social. A motivação do protestante, segundo Weber, é o trabalho, enquanto dever e vocação, como um fim absoluto em si mesmo, e não o ganho material obtido por meio dele.
2. O motivo que mobiliza internamente os indivíduos é consciente. Entretanto, os atos individuais vão além das metas propostas e aceitas por eles. Buscando sair-se bem na profissão, mostrando sua própria virtude e vocação e renunciando aos praze-

Figura 9 • *A esposa do vendedor de peixe*, de Adrien van Ostade, 1672.

A pintura holandesa expressa em seus temas a valorização do trabalho, própria da ética protestante, em oposição a uma atitude contemplativa defendida por outras religiões, segundo Weber.



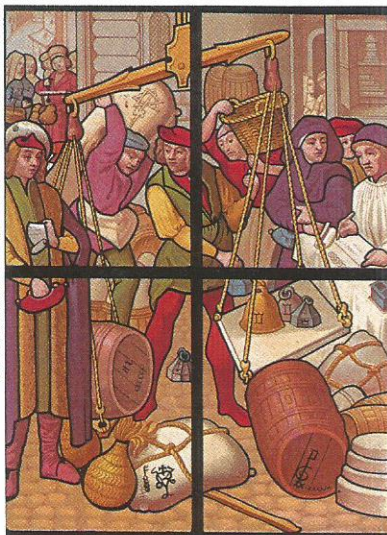


Figura 10 • Vitral da Catedral de Tournai, na Bélgica, mostrando comerciantes no século XV.

- res materiais, o protestante puritano se adapta facilmente ao mercado de trabalho, acumula capital e o reinveste produtivamente (figura 10).
3. Ao cientista cabe, segundo Weber, estabelecer conexões entre a motivação dos indivíduos e os efeitos de sua ação no meio social. Procedendo assim, Weber analisou os valores do catolicismo e do protestantismo, mostrando que os últimos revelam a tendência ao racionalismo econômico, base da ação capitalista.
 4. Para constituir o tipo ideal de capitalismo ocidental moderno, Weber estudou as diversas características das atividades econômicas em várias épocas e lugares, antes e após o surgimento das atividades mercantis e da indústria. E, conforme seus preceitos, constrói um tipo gradualmente estruturado a partir de suas manifestações particulares tomadas à realidade histórica. Assim, diz ser o capitalismo, na sua forma típica, uma organização econômica racional assentada no trabalho livre e orientada para um mercado real, não para a mera especulação ou rapinagem. O capitalismo promove a separação entre empresa e residência, a utilização técnica de conhecimentos científicos e o surgimento do direito e da administração racionalizados.

6. A importância de Weber para a sociologia

Weber deu uma contribuição importantíssima para o desenvolvimento da sociologia. Em meio a uma tradição filosófica peculiar, a alemã, e vivendo os problemas próprios de seu país, diversos dos da França e da Inglaterra na mesma época, pôde desenvolver pressupostos não influenciados pelo racionalismo positivista de origem anglo-francesa. Sua contribuição para a sociologia tornou-o referência obrigatória. Mostrou, em seus estudos, a fecundidade da análise histórica e da compreensão qualitativa dos processos históricos e sociais.

Embora polêmicos, seus trabalhos abriram as portas para as particularidades históricas das sociedades e para a descoberta do papel da subjetividade na ação e na pesquisa social. Weber desenvolveu suas análises de forma mais independente das ciências exatas e naturais. Foi capaz de compreender a especificidade das ciências humanas como aquelas que estudam o homem como um ser peculiar e histórico, diferente de outras espécies existentes no planeta.

Outra novidade do pensamento weberiano no desenvolvimento da sociologia foi a ideia do indeterminismo histórico. Ao contrário de seus predecessores, ele não admitia nenhuma lei preexistente que regulasse o desenvolvimento da sociedade ou a sucessão de tipos de organização social. Isso permitiu que ele se aprofundasse no estudo das particularidades, procurando entender as formações sociais em suas singularidades, especialmente a jovem nação alemã que ele via despontar como potência. Nesse sentido, contribuiu também para a formação de um pensamento alemão, crítico, histórico e consoante com sua época.

Compreensão do texto

1. Weber foi um dos grandes pensadores fundadores do pensamento sociológico. Identifique no texto pelo menos três características de sua teoria inovadora.
2. O que era a burocracia para Weber?
3. De que forma o ambiente social, político e econômico da Alemanha da época de Weber o influenciou na sua produção sociológica?
4. O que é método compreensivo?
5. Por que a postagem de uma carta na caixa do correio é uma ação social?
6. De que maneira o protestantismo, segundo Weber, gera condutas adequadas ao capitalismo?
7. Sabendo que Weber pressupõe certa parcialidade do cientista em relação ao objeto de estudo, isto é, um interesse próprio quanto à motivação, por que mesmo assim ele considera suas conclusões científicas?

Interpretação e problematização

Os trechos de autoria de Weber, selecionados para as questões de 8 a 11, foram extraídos da obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

8. Ao definir a ação capitalista como “aquela que se baseia na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades pacíficas de lucro” (p. 4), como Weber aplica seu conceito de ação social?
9. Nas seguintes afirmações de Weber, percebemos de que modo a motivação para a ação é algo sentido pelo sujeito sob a forma de valores e modelos de conduta. Analise-as segundo essa perspectiva.
 - a) “A oportunidade de ganhar mais era menos atrativa do que a de trabalhar menos. Ele não perguntava: quanto posso ganhar por dia se trabalhar tanto quanto possível, mas: quanto devo trabalhar a fim de ganhar o salário que ganhava anteriormente e que era suficiente para minhas necessidades.” (p. 38)
 - b) “Na verdade, esta ideia peculiar do dever profissional, tão familiar a nós hoje, mas, na realidade, tão pouco evidente, é a maior característica da ‘ética social’ da cultura capitalista e, em certo sentido, sua base fundamental.” (p. 33)
10. Como Max Weber explica, nesta passagem, o espírito do capitalismo?

“Tudo é feito em termos de balanço: a previsão inicial no começo da empresa, ou antes de qualquer decisão individual; o balanço final para verificação do lucro obtido. Por exemplo, a previsão inicial de uma transação por comenda (primeiras empresas de compra e venda surgidas na Idade Média) pode ser a constatação do valor monetário dos bens transacionados – enquanto esses não assumirem forma monetária – e o seu balanço final pode equivaler a uma distribuição do lucro ou das perdas ao término da operação. Na medida em que as operações são racionais, toda ação individual das partes é baseada em cálculo.” (p. 5)

11. Weber afirma que o trabalho do cientista parte justamente de seu interesse pelo objeto de estudo e de sua visão particular sobre o assunto, opondo-se, assim, à objetividade e à neutralidade pregadas pelos positivistas franceses. Como essa ideia de Weber aparece no trecho a seguir?

“Devemos desenvolver no curso da discussão, como seu resultado mais importante, a melhor formulação conceitual do que entendemos aqui por espírito do capitalismo, isto é, a melhor do ponto de vista que nos interessa. Este ponto de vista, ademais, não é, de modo algum, o único possível a partir do qual o fenômeno histórico que estamos investigando possa ser analisado.” (p. 28)

12. Weber afirma que a ação social é uma ação com sentido, que orienta o comportamento de quem age. Observe a sua turma e procure descobrir o sentido da ação de algum colega neste momento.

Aplicação de conceitos

13. Cinema

Central do Brasil, de Walter Salles. Brasil, 1998, 112 min.

O filme mostra a história de Dora, uma mulher que ajuda um garoto a encontrar seu pai. O enredo, os diálogos e o desenvolvimento do filme permitem entender a intencionalidade existente nas relações sociais, na medida em que expõem os diferentes sentimentos e intenções dos diversos personagens e o modo como se relacionam numa ação que os une. Essa dinâmica permite aplicar os conceitos de Max Weber estudados.

- Discuta como é possível identificar nessa história a ideia de Weber a respeito da ação social e o que ele propõe como relação social.

Pesquisa e debate

14. Vamos aplicar a metodologia de Weber na construção do tipo ideal. Procure diversos relatos – em livros, revistas ou jornais – sobre um mesmo acontecimento e procure defini-lo com base nos elementos comuns dessas fontes.
15. Utilizando os parâmetros demarcados por Weber para analisar a relação entre o calvinismo/protestantismo e o capitalismo, faça junto com a classe uma análise do Brasil tendo por base esses parâmetros, considerando o fato de nosso país ser majoritariamente católico.



Fiéis durante a procissão do Círio de Nazaré, em Belém, Pará, uma tradicional festividade católica, 2004.

Leitura visual

16. A sociedade eletrônica

A imagem a seguir corresponde a um jogo para computador, cujo objetivo é fazer de você o fundador e administrador de uma cidade. Observe a imagem e a partir das suas observações explique por que um jogo como esse torna o jogador um sociólogo na prática. Cite exemplos com base nessa imagem.

REPRODUÇÃO



Cena de personagem transitando por ruas e construções do jogo *Sim City Societies*.

Questões de vestibular e do Enem

17. (UEL-PR) Max Weber, sociólogo alemão, presenciou as crises e as grandes transformações da Europa do início do século XX, desenvolvendo uma obra vasta que aborda os aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo atual.

Tomando como base a teoria weberiana, é correto afirmar que:

- o Estado moderno é controlado pela classe detentora do capital e, sendo assim, a função do Estado é dominar e oprimir os trabalhadores.
- a sociedade moderna caracteriza-se pela complexidade das relações sociais, exigindo para o seu funcionamento o aperfeiçoamento de organizações racionais e burocratizadas.
- em sua essência, todas as sociedades são iguais, pois, independentemente do período histórico, os seres humanos são egoístas e ambiciosos.
- as sociedades humanas são organizadas tal como os organismos biológicos, com as instituições sociais estabelecendo entre si uma interdependência semelhante ao funcionamento dos órgãos do corpo humano.
- a complexidade da sociedade moderna cria um significativo sentimento de insegurança nos indivíduos, que os leva à busca da religiosidade e dos rituais mágicos e místicos.

Karl Marx e a história da exploração do homem

1. Teoria e revolução

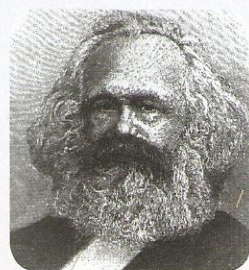
Quando um espaço contendo muitos objetos é iluminado por luzes de diversas cores vindas de várias fontes, obtemos diferentes imagens, cada uma colocando em destaque certos contornos e formas. De maneira análoga, é isso que acontece com o campo científico: os pressupostos teóricos iluminam de modo peculiar a realidade, resultando diferentes níveis de abordagem e modelos teóricos particulares. Nesta unidade, reconstruímos o percurso que vai desde o surgimento do pensamento sociológico até a organização das primeiras teorias sobre a sociedade, cada uma delas orientada por um conjunto de pressupostos diferentes sobre a ciência, a realidade e a vida social. Assim como as diversas imagens que obtivemos dos objetos e do espaço na experiência narrada acima, os diferentes modelos teóricos, cada qual “pondo à luz” determinados aspectos da realidade social, oferecem diferentes perspectivas que se complementam.

Abordamos o modelo positivista inicialmente elaborado por Comte e, depois, o proposto por Durkheim, segundo o qual a sociedade se apresenta como sendo mais do que a soma de indivíduos, constituída por normas, instituições e valores característicos do social. Passamos depois por Weber, que, por sua vez, numa perspectiva mais dinâmica e interpretativa, explicou os fatos sociais “à luz” da história e da subjetividade do agente social. Simultaneamente às elaborações dos fundadores da sociologia, porém iluminando outras questões propostas pela realidade social, desenvolveu-se o pensamento de Karl Marx (figura 1).

► Karl Marx (1818-1883)

Nasceu na cidade de Treves, na Alemanha. Em 1836, matriculou-se na Universidade de Berlim, doutorando-se em filosofia, em Iena. Foi redator de uma gazeta liberal em Colônia. Mudou-se em 1842 para Paris, onde conheceu Friedrich Engels, seu companheiro de ideias e publicações por toda a vida. Expulso da França em 1845, foi para Bruxelas, onde participou da recém-fundada Liga dos Comunistas. Com o malogro das revo-

luções sociais de 1848, Marx mudou-se para Londres, onde se dedicou a um grandioso estudo crítico da economia política. Foi um dos fundadores da Associação Internacional dos Operários ou Primeira Internacional. Morreu em 1883, após intensa vida política e intelectual. Suas principais obras foram: *A ideologia alemã*, *Miséria da filosofia*, *O manifesto do Partido Comunista*, *Para a crítica da economia política*, *A luta de classes em França* e *O capital*.



BIBLIOTECA NACIONAL DE LONDRES, INGLATERRA

Figura 1 • Karl Marx: suas ideias influenciaram o desenvolvimento da ciência, da filosofia e do movimento operário mundial. Retrato desenhado por autor desconhecido, século XIX.

Karl Marx deu origem a uma corrente de pensamento revolucionária tanto do ponto de vista teórico quanto no da prática social. É também um dos pensamentos difíceis de compreender, explicar ou sintetizar.

Com o objetivo de entender o sistema capitalista e modificá-lo, Marx escreveu sobre filosofia, economia e sociologia. Ele produziu muito, suas ideias se desdobraram em várias vertentes e foram incorporadas por diferentes estudiosos. Sua intenção, porém, não era apenas contribuir para o desenvolvimento da ciência, mas propor uma ampla transformação política, econômica e social. Marx não escreveu particularmente para os acadêmicos e cientistas, mas para todos os homens que quisessem assumir sua vocação revolucionária. Sua obra máxima, *O capital*, destinava-se a todos e não apenas aos estudiosos da economia, da política e da sociedade (figura 2). Esse é um aspecto singular da teoria marxista. Há um alcance mais amplo nas suas formulações, que adquiriram dimensões de ideal revolucionário e ação política efetiva.

2. As origens

O pensamento marxista foi sintetizador de diferentes preocupações filosóficas, políticas e científicas de sua época, assim como foi herdeiro de fundamentos elaborados por outros pensadores. Em primeiro lugar, deve-se fazer justiça à influência da filosofia hegeliana, da qual Marx absorveu uma diferente percepção da história – não um movimento linear ascendente como propunham os evolucionistas, nem o resultado da ação voluntariosa e consciente dos agentes envolvidos, como pensavam os historiadores românticos.

Hegel entendia a história como um processo coeso que envolvia diversas instâncias da sociedade – da religião à economia – e cuja dinâmica se dava por oposições entre forças antagônicas – tese e antítese. Desse embate emergia a síntese, que fechava o movimento “dialético” da história. Marx utilizou esse método de explicação histórica para o qual os agentes sociais, apesar de conscientes, não são os únicos responsáveis pela dinâmica dos acontecimentos – as forças em oposição também atuam sobre o devir.

Outro contato significativo de Marx foi com os pensamentos socialistas francês e inglês do século XIX, de Claude Henri de Rouvroy, ou conde de Saint-Simon, François-Charles Fourier e Robert Owen. Marx admirava o pioneirismo desses críticos da sociedade burguesa e suas propostas de transformação social, apesar de julgá-las “utópicas”, ou seja, idealistas e irrealis.

Esses autores, influenciados por Rousseau – que atribuíra a origem das desigualdades sociais ao advento da propriedade privada –, propunham transformar radicalmente a sociedade, implantando uma ordem social justa e igualitária, da qual seriam eliminados o individualismo, a competição e a propriedade privada. Os métodos para isso variavam do uso intenso da propaganda até a realização de experiências-modelo, que deveriam servir de guia para o restante da sociedade. Entretanto, nenhum deles havia considerado seriamente a luta política

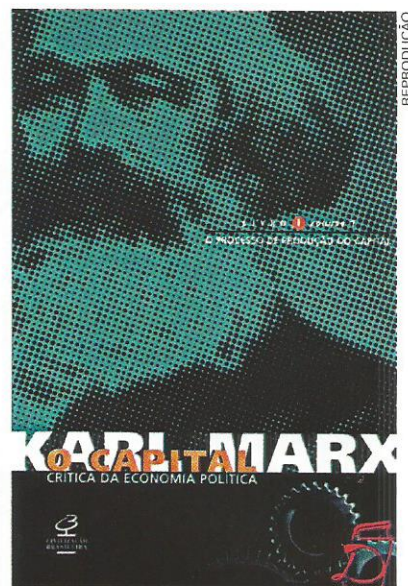


Figura 2 • Capa do livro *O capital*, de 2008, publicado pela Civilização Brasileira. Essa obra é composta de um conjunto de livros, nos quais Karl Marx analisa criticamente o capitalismo.

O pensamento marxista foi sintetizador de diferentes preocupações filosóficas, políticas e científicas de sua época.

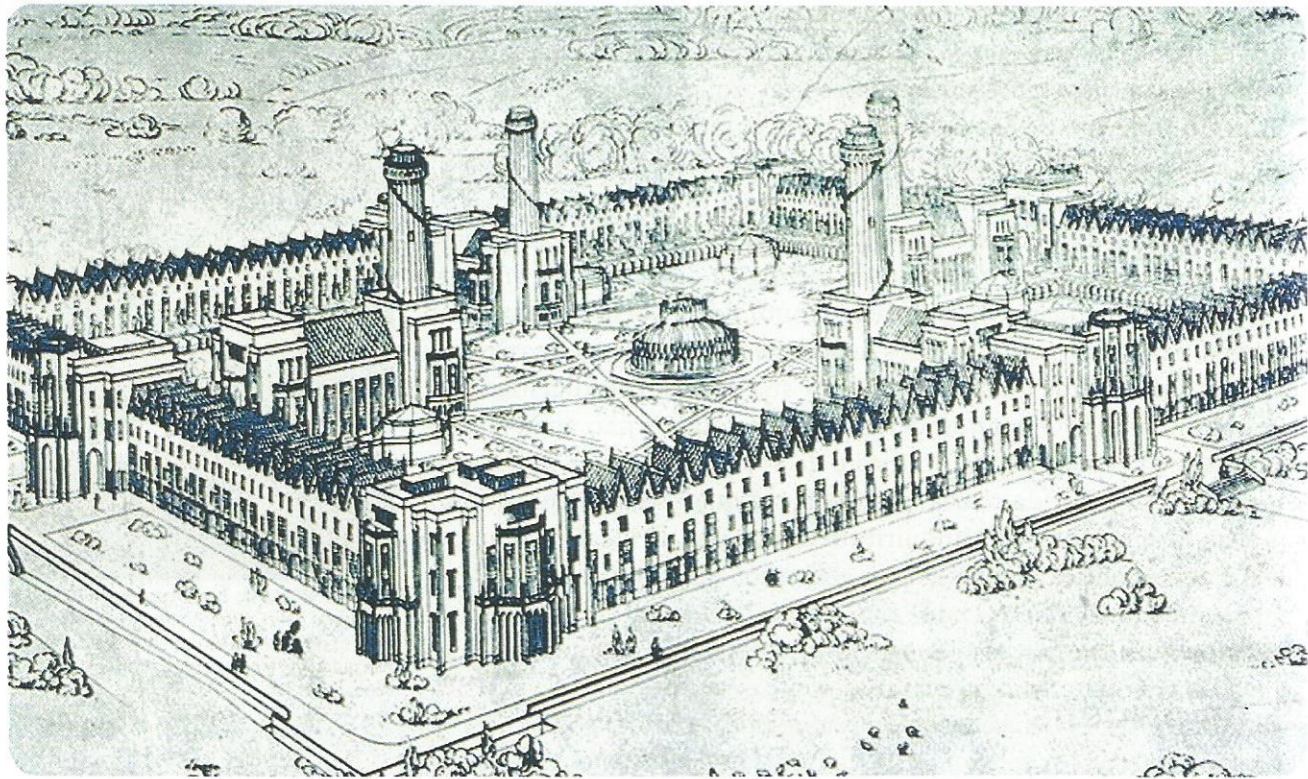


Figura 3 • Robert Owen, chamado por Engels de socialista utópico, implantou em suas fábricas em New Lanark, na Escócia, um sistema de trabalho cooperativo, em que os operários cumpriam jornada de oito horas diárias, a empresa subsidiava a alimentação dos operários e não havia trabalho infantil. Mais tarde, em 1825, nos Estados Unidos, Owen criou a *New Harmony*, cujo projeto é reproduzido acima, uma comunidade estruturada nos mesmos moldes, porém ela durou somente dois anos.

Dialética. A noção moderna de dialética a define como a contraposição de forças de oposição em dado momento histórico, cujo confronto provoca a transformação social. Foi com Karl Marx que o termo se tornou recorrente no campo das ciências sociais.

entre as classes sociais e o papel revolucionário do proletariado na implantação de uma nova ordem social. Era por esse aspecto que Marx os denominava utópicos, em contraposição ao socialismo defendido por ele, que denominava científico (figura 3).

Na obra de Marx há, ainda, toda a leitura crítica do pensamento clássico dos economistas ingleses, em particular Adam Smith e David Ricardo, trabalho que tomou a atenção de Marx até o final da vida e resultou na maior parte de seu esforço teórico. Essa trajetória é marcada pelo desenvolvimento de conceitos importantes, como alienação, classes sociais, valor, mercadoria, trabalho, mais-valia e modo de produção.

Finalmente, impossível não fazer referência ao seu grande interlocutor – Friedrich Engels –, economista político e revolucionário alemão que trabalhou com Marx de 1844 até a morte deste, sendo cofundador do socialismo científico, também conhecido por “comunismo” – doutrina que demonstrava pela análise científica e dialética da realidade social que as contradições históricas do capitalismo levariam, necessariamente, à sua superação por um regime igualitário e democrático que seria sua antítese ou seu aprofundamento na barbárie social.

► Friedrich Engels (1820-1895)

Nasceu em Barmen, na Alemanha, e morreu em Londres, na Inglaterra. Filho de uma família burguesa, dedicada à indústria, foi um revolucionário, grande observador da realidade do seu tempo. Participou ativamente da formação de uma Associação Internacional de Trabalhadores, foi coautor de *O manifesto do Partido Comunista* e organizador de *O capital*. Escreveu trabalhos próprios, como *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

3. O materialismo histórico

Para entender o capitalismo e explicar a natureza da organização econômica humana, Marx desenvolveu uma teoria abrangente e universal, que procura dar conta de toda e qualquer forma produtiva criada pelo homem. Os princípios básicos dessa teoria estão expressos em seu método de análise – o **materialismo histórico**. Marx parte do princípio de que a estrutura de uma sociedade qualquer reflete a forma como os homens se organizam para a produção social de bens, que engloba dois fatores fundamentais: as forças produtivas e as relações de produção.

As forças produtivas constituem as condições materiais de toda produção. Qualquer processo de trabalho implica matérias-primas identificadas e extraídas da natureza e o conjunto das ferramentas ou máquinas utilizadas segundo uma orientação técnica específica. O homem, principal elemento das forças produtivas, é o responsável por fazer a ligação entre a natureza e a técnica e os instrumentos. O desenvolvimento da produção vai determinar a combinação e o uso desses diversos elementos: recursos naturais, mão de obra disponível, instrumentos e técnicas produtivas. A cada forma de organização das forças produtivas corresponde uma determinada forma de relação de produção.

As relações de produção são as formas pelas quais os homens se organizam para executar a atividade produtiva. Elas se referem às diversas maneiras pelas quais são apropriados e distribuídos os elementos envolvidos no processo de trabalho: as matérias-primas, os instrumentos e a técnica, os próprios trabalhadores e o produto final. Assim, as relações de produção podem ser, num determinado momento, cooperativistas (como num mutirão), escravistas (como na Antiguidade), servis (como na Europa feudal) ou capitalistas (como na indústria moderna) (figuras 4 e 5).

Forças produtivas e relações de produção são frutos das condições naturais e históricas de toda atividade produtiva que ocorre em sociedade. A forma pela qual ambas existem e são reproduzidas numa determinada sociedade constitui o que Marx denominou “modo de produção”.

Materialismo histórico

O conceito refere-se à metodologia elaborada por Karl Marx para explicar o desenvolvimento histórico da sociedade humana desde sua origem. Segundo seus pressupostos, toda e qualquer transformação social tem origem nas bases materiais da vida social, ou seja, na sua infraestrutura.



Figuras 4 e 5 • À esquerda, camponeses tosquiavam ovelhas. *Horas da Virgem*, c. 1515. À direita, nobres durante banquete comemorativo do Ano-Novo. *Livro das ricas horas*, do duque de Berry, século XVI. Segundo Marx, na Europa feudal as relações de produção eram servis. A exploração do trabalho dos camponeses fornecia o sustento material da sociedade, inclusive daqueles eventos restritos à nobreza.



Figura 6 • Linha de montagem de fábrica da indústria automobilística, Bahia, 2009. O processo avançado de robotização na indústria contemporânea é um dos elementos importantes no estudo das relações de produção na sociedade atual.

Para Marx, o estudo do modo de produção é fundamental para compreender como se organiza e funciona uma sociedade. As relações de produção, nesse sentido, são consideradas as mais importantes entre as relações sociais existentes (figura 6). Os modelos de família, as leis, a religião, as ideias políticas, os valores sociais são aspectos cuja explicação depende, em princípio, do estudo do desenvolvimento e do colapso de diferentes modos de produção. Analisando a história, Marx identificou alguns modos de produção específicos: sistema comunal primitivo, modo de produção asiático, modo de produção antigo, modo de produção germânico, modo de produção feudal e modo de produção capitalista.

A passagem de um modo de produção para outro é consequência da luta de classes, devido à contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a apropriação que se faz dos produtos gerados. Em cada modo de produção, a desigualdade de propriedade, como fundamento das relações de produção, cria contradições que se acirram até provocar um processo revolucionário, com a derrocada do modo de produção vigente e a ascensão de outro.

4. A ideia de alienação

Com o materialismo histórico, Marx pôde pesquisar a origem e o desenvolvimento do capitalismo relacionando-o ao desenvolvimento histórico das nações, em particular da Inglaterra. A partir disso, pode se questionar: como funciona o capitalismo? Na busca da resposta, Marx desenvolveu o conceito de alienação.

Desde a publicação da obra de Rousseau, passou a predominar para o termo o sentido de privação, falta ou exclusão. Filósofos alemães, como Hegel e Ludwig Feuerbach, também fizeram uso da palavra alienação, emprestando-lhe um sentido de desumanização e injustiça. Marx absorveu esse sentido, dizendo que a indústria, a propriedade privada e o assalariamento alienam ou separam o operário dos “meios de produção” e do fruto de seu trabalho, que se tornam propriedade privada do

empresário capitalista. Assim, o operário, por consequência, também se torna estranho, alienado em relação à natureza onde vive, a si mesmo e aos demais seres humanos.

Politicamente, o homem também se tornou alienado, pois o princípio da representatividade, base do liberalismo, criou a ideia de Estado como um órgão político imparcial, capaz de representar e dirigir toda a sociedade de acordo com a vontade de todos os indivíduos. Marx mostrou, entretanto, que na sociedade de classes o Estado representa apenas a classe dominante e age conforme os interesses desse segmento social.

5. As classes sociais

Outro conceito fundamental do marxismo é o de classes sociais. Para Marx, liberdade e justiça, direitos inalienáveis e considerados naturais pelo liberalismo, não resistem às evidências das desigualdades sociais promovidas pelas “relações de produção”, que dividem os homens em proprietários e não proprietários dos meios de produção. Dessa divisão se originam as classes sociais: os “proletários” – trabalhadores despossuídos dos “meios de produção”, que vendem sua força de trabalho em troca de salário – e os “burgueses” – que, possuindo meios de produção sob a forma legal da propriedade privada, “apropriam-se” do produto do trabalho de seus operários em troca do salário do qual eles dependem para sobreviver.

As classes sociais formadas no capitalismo industrial – burgueses e proletários – estabeleceram desigualdades intransponíveis entre os homens e relações que são, antes de tudo, de antagonismo e exploração. O antagonismo e a exploração derivam dos interesses inconciliáveis entre as classes. O capitalista procura preservar seu direito à propriedade dos meios de produção e dos produtos. O trabalhador, por sua vez, luta contra a exploração. Para Marx, a história humana é a história da disputa constante por interesses que se opõem. As divergências e os antagonismos entre grupos estão subjacentes a toda relação social, nos mais diversos níveis da sociedade, em todos os tempos, desde o surgimento da sociedade.

Por outro lado, apesar das oposições, as classes sociais são também complementares e interdependentes, pois uma só existe em função da outra. A superação dessa oposição se dará na medida em que a classe trabalhadora derrubar o capitalismo, dando início a uma sociedade sem classes.

6. A origem histórica do capitalismo

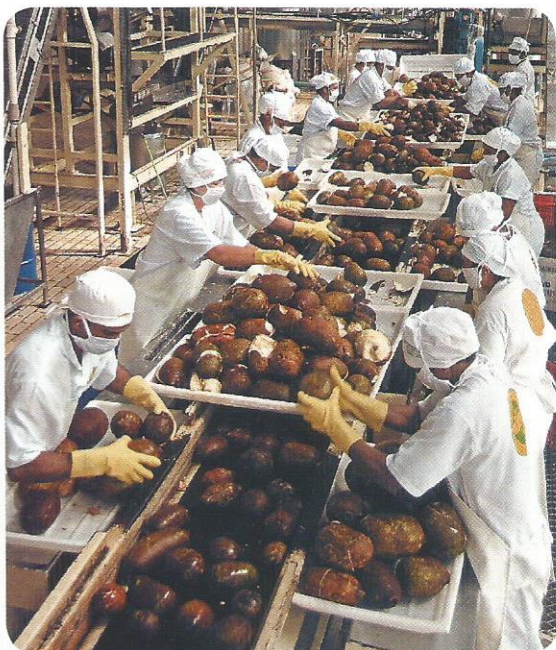
Para desenvolver sua teoria e explicar a origem das classes sociais e do capitalismo, Marx se valeu de uma sólida visão histórica e de conceitos abrangentes da análise crítica da época em que viveu. É assim que ele atribui a origem das desigualdades sociais a uma enorme quantidade de riquezas que se concentrou na Europa, desde o século XIII até meados do século XVIII, nas mãos de uns poucos indivíduos que têm o objetivo e as possibilidades de acumular bens e obter lucros cada vez maiores.

Marx afirmava que as relações entre as classes são de oposição, antagonismo e exploração.

Segundo Marx, a Revolução Industrial acelerou o processo de alienação do trabalhador dos meios e dos produtos de seu trabalho.



COLEÇÃO JOÃO TRINCA, SÃO PAULO



ROGERIO REIS/PULSAR IMAGENS

Figuras 7 e 8 • Acima, à esquerda, operários da fábrica de ferraduras Martins Ferreira & Cia., São Paulo, c. 1900. À direita, produção de polpa de cupuaçu para exportação, Tomé-Açu, Pará, 2009. Com o capitalismo, o trabalhador é expropriado dos meios de produção e do produto de seu trabalho.

A força de trabalho é a única capaz de criar valor. Para os economistas clássicos, o trabalho é a verdadeira fonte de riqueza das sociedades.

O capitalismo, segundo o marxismo, transformou o trabalho em mercadoria. Para Marx, a valorização da mercadoria se dá no âmbito de sua produção.

A produção artesanal europeia da Idade Média e do Renascimento, quando o trabalhador era dono de sua oficina e dos instrumentos de produção, foi, aos poucos, substituída por oficinas organizadas pelos comerciantes enriquecidos. A generalização desses galpões originou, em meados do século XVIII, na Inglaterra, a Revolução Industrial, que levou os artesãos individuais à falência. As máquinas e tudo o mais necessário ao processo produtivo – força motriz, instalações, matérias-primas – ficaram acessíveis somente aos empresários capitalistas, com os quais os artesãos, isolados, não podiam competir (figuras 7 e 8). A maior parte desses artesãos desistiu da produção individual e se converteu em trabalhadores “livres”, isto é, sem os meios de produção. Empregaram-se nas indústrias como operários, formando, junto aos trabalhadores vindos do campo, uma nova classe social.

Trabalho, valor e lucro

O capitalismo vê a força de trabalho como mercadoria, mas é claro que não se trata de uma mercadoria qualquer. Ela é a única capaz de criar valor. Os economistas clássicos ingleses, desde Adam Smith, já haviam percebido isso ao terem reconhecido o trabalho como a verdadeira fonte de riqueza das sociedades. Já haviam postulado que o valor das mercadorias dependia do tempo de trabalho gasto na sua produção. Marx acrescentou que esse tempo de trabalho se estabelecia em relação às habilidades individuais médias e às condições técnicas vigentes na sociedade. Por isso, dizia que no valor de uma mercadoria era incorporado o “tempo de trabalho socialmente necessário” à sua produção. Assim, o valor das mercadorias incorpora as várias habilidades profissionais exigidas e todos os tempos de trabalho necessários.

Imaginemos um capitalista interessado em produzir sapatos. Consideremos uma unidade de moeda qualquer para calcular os custos de produção e o lucro. Pois bem, suponhamos que a produção de um par de sapatos custe ao capitalista 100 moedas de matéria-prima, mais 20 pelo

desgaste dos instrumentos (ao término da vida útil dos equipamentos, o empresário terá de substituí-los por novos), mais 30 de salário diário pago a cada trabalhador. Essa soma – 150 unidades de moeda – representa a despesa do capitalista com investimentos. O valor do par de sapatos produzido nessas condições será a soma de todos os valores representados pelas diversas mercadorias que entraram na produção (matéria-prima, instrumentos, força de trabalho), o que totaliza também 150 unidades de moeda.

O capitalista poderia lucrar simplesmente aumentando o preço de venda do produto – por exemplo, cobrando 200 unidades de moeda pelo par de sapatos. Mas o simples aumento de preços é um recurso transitório e com o tempo traz problemas. De um lado, uma mercadoria com preços elevados, ao sugerir possibilidades de ganho imediato, atrai novos capitalistas interessados em produzi-la. Com isso, porém, corre-se o risco de inundar o mercado com artigos semelhantes, cujo preço fatalmente cairá (figura 9). De outro lado, uma alta arbitrária no preço de uma mercadoria qualquer tende a provocar elevação generalizada nos demais preços, pois, nesse caso, todos os capitalistas desejarão ganhar mais com seus produtos. Isso pode ocorrer durante algum tempo, mas, se a disputa se prolongar, poderá levar o sistema econômico à desorganização.

De acordo com a análise de Marx, não é no âmbito da compra e da venda de mercadorias que se encontram as bases estáveis para o lucro dos capitalistas individuais nem para a manutenção do sistema capitalista. Ao contrário, a valorização da mercadoria se dá no âmbito de sua produção.

A mais-valia

Retomemos o nosso exemplo. Suponhamos que o operário tenha uma jornada diária de nove horas e confeccione um par de sapatos a cada três horas. Nessas três horas, ele cria uma quantidade de valor correspondente ao seu salário, que é suficiente para obter o necessário à sua subsistência. Como o capitalista lhe paga o valor de um dia de força de trabalho, no restante do tempo, seis horas, o operário produz mais mercadorias, que geram um valor maior do que lhe foi pago na forma de salário. A duração da jornada de trabalho resulta, portanto, de um cálculo que leva em consideração o quanto interessa ao capitalista produzir para obter lucro sem desvalorizar seu produto.

Suponhamos uma jornada de nove horas, ao final da qual o sapateiro produza três pares de sapatos. Cada par continua valendo 150 unidades de moeda, mas agora eles custam menos ao capitalista. É que, no cálculo do custo dos três pares, a quantia investida em meios de produção também foi multiplicada por três, mas a quantia relativa ao salário – correspondente a um dia de trabalho – permaneceu constante. Desse modo, o custo de cada par de sapatos se reduziu a 130 moedas.

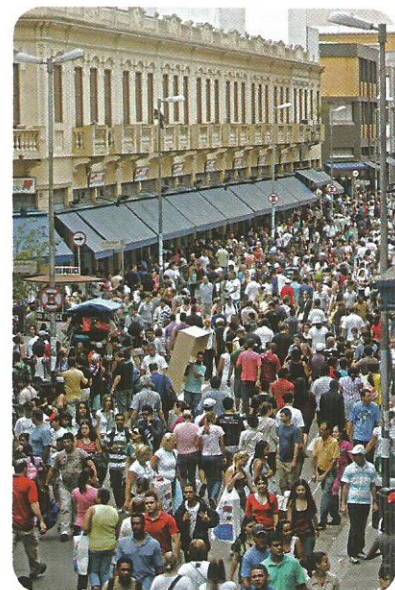


Figura 9 • Movimentação de consumidores na rua 25 de Março, centro de São Paulo, 2010.

O capitalismo pode obter mais-valia aumentando constantemente a jornada de trabalho ou melhorando a tecnologia de produção.

Custo de um par de sapatos na jornada de trabalho de três horas		Custo de um par de sapatos na jornada de trabalho de nove horas	
Meios de produção	120	Meios de produção	$120 \times 3 = 360$
+ salário	30	+ salário	30
	150		$390 : 3 = 130$

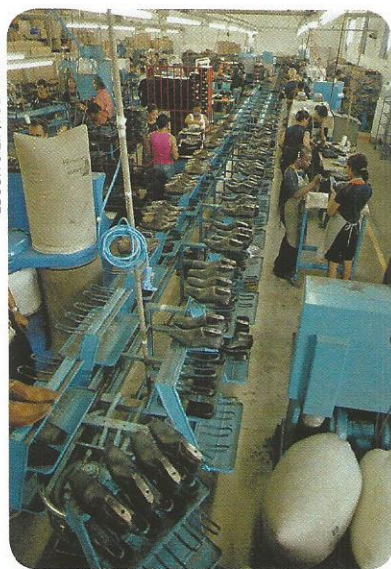


Figura 10 • Linha de produção de calçados para exportação em Franca, São Paulo, 2007.

As classes sociais não apresentam apenas uma diferente quantidade de riqueza, mas também posição, interesse e consciência diversos. O estudo do modo de produção é fundamental para se saber como se organiza e funciona uma sociedade.

Industrialização. Historiadores e sociólogos chamam de indústria um modo de produzir que envolve instrumentos, matéria-prima, recursos humanos e atividades produtivas com o objetivo de fornecer bens materiais e simbólicos para o mercado. Caracteriza a indústria o amplo emprego da técnica e da ciência, assim como de energia, com vistas ao aumento da produtividade do setor. Na atualidade, a automação e o uso da tecnologia da informação têm tornado mais complexo o processo de industrialização, além de reduzir o emprego de mão de obra. Nesses termos, fala-se já em sociedade pós-industrial, formada por redes que integram produtores individuais que produzem por demanda – é o chamado toyotismo.

Ao final da jornada de trabalho, o operário recebe 30 unidades de moeda, ainda que seu trabalho tenha rendido o dobro ao capitalista: 20 unidades de moeda por par de sapatos produzido (150 – 130) totalizando 60 unidades de moeda (20 × 3). Esse valor a mais não retorna ao operário: é apropriado pelo capitalista (figura 10).

Visualiza-se, portanto, que uma coisa é o valor da força de trabalho, isto é, o salário, e outra é o quanto esse trabalho rende ao capitalista. Esse valor excedente produzido pelo operário é o que Marx chama de mais-valia.

O capitalista pode obter mais-valia procurando aumentar constantemente a jornada de trabalho, tal como no nosso exemplo (segundo Marx, é a mais-valia absoluta). Porém, não é possível estender indefinidamente a jornada de trabalho. A outra forma de obter mais-valia é melhorando a tecnologia de produção. A tecnologia aplicada faz aumentar a produtividade, isto é, as mesmas nove horas de trabalho agora produzem um número maior de mercadorias. A mecanização também faz com que a qualidade dos produtos dependa menos da habilidade e do conhecimento técnico do trabalhador individual. Numa situação dessas, portanto, a força de trabalho vale cada vez menos e, ao mesmo tempo, graças à maquinaria desenvolvida, produz cada vez mais. Esse é, em síntese, o processo de obtenção daquilo que Marx denomina mais-valia relativa.

O processo descrito esclarece a dependência do capitalismo em relação ao desenvolvimento das tecnologias de produção. Mostra, ainda, como o trabalho, sob o capital, perde todo o atrativo e faz do operário mero “apêndice da máquina”.

As relações políticas

Após essa análise detalhada do modo de produção capitalista, Marx passa ao estudo das formas políticas construídas no seu interior. Ele constata que as diferenças entre as classes sociais não se reduzem a diversas quantidades de riquezas, mas expressam uma diferença de “existência material”. Os indivíduos de uma mesma classe social partilham uma situação de classe que lhes é comum, incluindo valores, comportamentos, regras de convivência e interesses.

A essas diferenças econômicas e sociais segue-se uma desigual distribuição de poder. As classes economicamente dominantes desenvolveram formas de dominação políticas que lhes permitem apropriar-se do aparato de poder do Estado e, com ele, legitimar seus interesses sob a forma de leis e planos econômicos e políticos. Cada forma assumida pelo Estado na sociedade burguesa, seja sob o regime liberal, monárquico, monárquico-constitucional ou ditatorial, representa diferentes maneiras pelas quais ele se transforma num “comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (figura 11).

Para Marx, as condições específicas de trabalho geradas pela **industrialização** podem promover a consciência da classe trabalhadora da exploração que sofre e, conseqüentemente, tendem a impulsionar a sua organização política para a ação.



Figura 11 • Para Marx, o governo, mesmo nas sociedades democráticas, não governa para o povo, mas sim para atender aos interesses das classes burguesas. O presidente Barack Obama, ao lado do vice Joe Biden e de secretários, anuncia ajuda aos bancos americanos, 2008.

7. A amplitude da contribuição de Marx

A teoria marxista repercutiu de maneira decisiva não só na Europa – objeto primeiro de seus estudos – como nas colônias europeias e em movimentos de independência. Incentivou os operários a organizar partidos marxistas e sindicatos revolucionários, levou intelectuais à crítica da realidade e influenciou as atividades científicas de modo geral e as ciências humanas em particular.

Por outro lado, cada sociedade representava para Marx uma totalidade, isto é, um conjunto único e integrado das diversas formas de organização humana nas suas mais diversas instâncias. Entretanto, apesar de considerar as sociedades da sua época e do passado como totalidades e como situações históricas concretas, Marx conseguiu, pela profundidade de suas análises, extrair conclusões de caráter geral e aplicáveis a formas sociais diferentes.

O materialismo histórico e a ciência

O sucesso e a penetração do materialismo histórico no campo da ciência – ciências política, econômica e social – e na organização política devem-se ao universalismo de seus princípios e ao caráter totalizador que Marx imprimiu às suas ideias. Devem-se também ao caráter militante das ideias propostas, voltadas para a ação prática e para a práxis revolucionária.

Ao ser disseminado pelo mundo e vulgarizado, o marxismo começou a ser identificado com todo movimento revolucionário que propunha combater as desigualdades sociais entre homens e mulheres, entre diferentes grupos nacionais, étnicos e religiosos. Todos eles passaram a ser considerados movimentos de esquerda (figura 12).

Com o marxismo, a questão da objetividade científica foi posta em um novo patamar. Para Marx, a questão da objetividade só se coloca como consciência crítica. A ciência, assim como a ação política, só pode ser verdadeira e não ideológica se refletir uma situação de classe e, conseqüentemente, uma visão crítica da realidade.

Para Marx, a realidade social era uma concretude histórica – um conjunto de relações de produção que caracteriza um momento histórico.



Figura 12 • Fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB), 1922.

Marx contribuiu para uma nova abordagem do conflito, da relação entre consciência e realidade e da dinâmica histórica.

Nessa perspectiva, objetividade não é uma questão de método, mas de como o pensamento científico se insere no contexto das relações de produção e na história.

A ideia de uma sociedade “doente” ou “normal”, preocupação dos cientistas sociais positivistas, desaparece em Marx. Para ele, a sociedade é constituída de relações de conflito e é de sua dinâmica que surge a mudança social. Fenômenos como luta, contradição, revolução e exploração são constituintes dos diversos momentos históricos e não disfunções sociais.

Não é preciso afirmar a contribuição da teoria marxista para o desenvolvimento das ciências sociais. A abordagem do conflito, da dinâmica histórica, da relação entre consciência e realidade e da correta inserção do homem e de sua práxis no contexto social foram conquistas jamais abandonadas pelos sociólogos. Isso sem contar a habilidade com que o método marxista possibilita o constante deslocamento do geral para o particular, das leis macrossociais para suas manifestações históricas, do movimento estrutural da sociedade para a ação humana individual e coletiva.

A teoria marxista teve ampla aceitação tanto teórica e metodológica quanto política e revolucionária. Em 1917, uma revolução inspirada nas ideias marxistas, a Revolução Bolchevique, na Rússia, criava no mundo o primeiro Estado operário. Essa revolução impulsionou a teoria marxista em todo o mundo. Na sociologia chegou mesmo a dominar várias gerações de sociólogos.

O fim da União Soviética, 69 anos após o seu surgimento, não significou o fim da história ou da sociologia, nem o esgotamento do marxismo como postura teórica das mais amplas e fecundas, com um poder de explicação não alcançado pelas análises posteriores (figura 13). O que se torna necessário é rever essa sociedade cujas relações de produção se organizam sob novos princípios – enfraquecimento dos Estados nacionais, mundialização do capitalismo, formação de blocos supranacionais e organização política de minorias étnicas, religiosas e sexuais –, entendendo que as contradições não desapareceram, mas sim se expressam em novas instâncias.

Figura 13 • Multidão assiste à derrubada do Muro de Berlim, Alemanha, 1989. Com a queda do Muro de Berlim encerrou-se uma época de utopias para dar lugar a outra, marcada pela compreensão do que foi o modelo burocrático de socialismo. Para alguns, o fim do muro coincide com o fim da história (no sentido marxista do termo), enquanto para outros se abriu uma nova etapa, a partir da crítica do modelo anterior e de construção de um novo modelo de utopia.



Compreensão do texto

1. O que é materialismo histórico?
2. Quais são os elementos constitutivos das forças produtivas?
3. O que é modo de produção? Qual é a importância desse conceito para a análise que Marx faz das sociedades?
4. Que relação Marx estabelece entre trabalho e valor?
5. Como podemos definir mais-valia?
6. O que Marx entende por história?
7. Como o marxismo influenciou a sociologia? Essa influência terminou nos dias de hoje?

Interpretação e problematização

8. Leia o texto e responda às questões.

“A história de todas as sociedades existentes até hoje tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, têm permanecido em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou pela destruição das duas classes em luta.”

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista.
In: *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 84.

- a) Que classes sociais Marx identifica ao longo da história?
- b) Como são as relações entre elas?
- c) Como se dão, segundo Marx, as transformações em uma sociedade de classes?

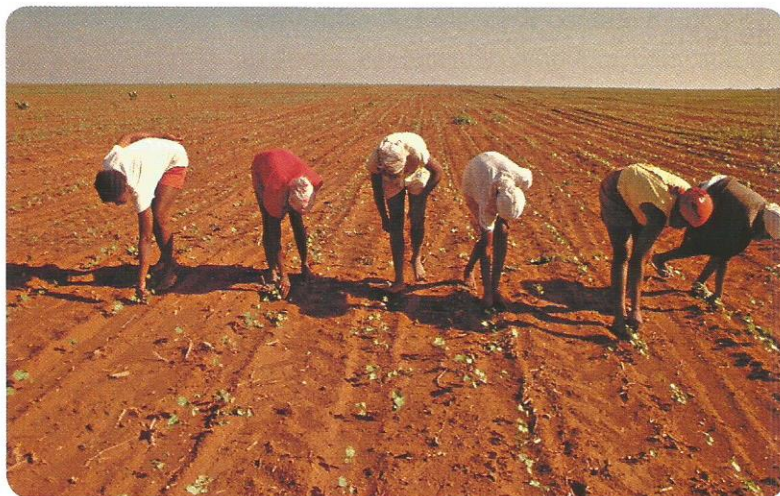
9. Analise a ideia de Marx sobre a relação entre o homem e a história.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.
São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 335.

10. Aplicando os conceitos de mais-valia absoluta e de mais-valia relativa, de que modo podemos julgar o avanço tecnológico da indústria para os trabalhadores?

11. Analise a foto seguinte utilizando os conceitos marxistas de classe social, conflito de interesses, modo de vida etc.



RICARDO FUNARI/ITYBA

Trabalho infantil em plantação de algodão na região de Bom Jesus da Lapa, BA, 2002.

Você consegue identificar manifestações como essa em outros artistas plásticos?

12. Nos anos 1980, ao lembrar a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, ocorrida no início daquela década, Luiz Inácio da Silva (Lula), presidente do sindicato na época, deu a seguinte declaração:

“Em 1980, compreendemos que não bastava pedir um reajuste de 10%. Ficou evidente que não se tratava de conseguir 10 ou 20% a mais. Isto não vai resolver o problema dos trabalhadores. De modo que reivindicamos melhorias que não eram econômicas. Por exemplo, estabilidade no emprego, redução da semana de trabalho. Queríamos controlar o processo de escolha dos chefes de seção e garantir aos representantes sindicais o direito de livre acesso às fábricas.”

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 253.

Analise a mudança de tática dos grevistas na mesa de negociação sob o ângulo das análises de Marx.

- a) Lula estava certo ao afirmar que um reajuste de 10 a 20% não resolveria os problemas dos trabalhadores? Justifique.
- b) Por que, na fala de Lula, a mudança de tática resultaria em ganhos reais maiores para os trabalhadores do que um índice mais alto de reajuste salarial?

Aplicação de conceitos

13. Cinema

Adeus, Lênin! de Wolfgang Becker. Alemanha, 2003, 121 min.

Trata das mudanças ocorridas na antiga Alemanha Oriental após a queda do Muro de Berlim e da reintrodução do capitalismo em um dos mais importantes países da época do Leste Europeu durante a Guerra Fria. O filme permite visualizar como as mudanças econômicas de uma sociedade influenciam as relações sociais e a cultura. Procure identificar a relação entre diferentes formas de organização social e valores que as representam.

Pesquisa

14. Pesquise com o seu grupo em que medida a modernização da indústria tem reduzido o uso da mão de obra e aumentado a produtividade. A indústria automobilística é um bom ponto de partida para o trabalho.

Leitura visual

15. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo como modo de produção sofreu grandes transformações. Observe as imagens a seguir. Cada coluna apresenta aspectos do capitalismo em momentos diferentes nos últimos setenta anos. Analise-os e explique quais foram as rupturas e as continuidades na transição de um momento para o outro.



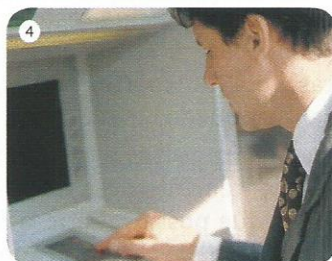
PALE ZUPPAN/PULSAR IMAGENS



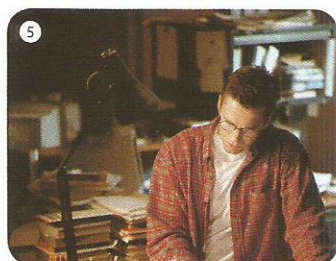
PALE ZUPPAN/PULSAR IMAGENS



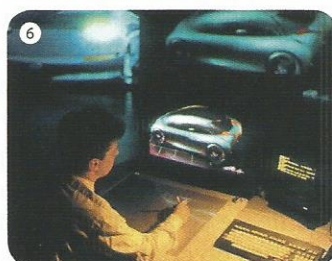
JEFF GREENBERG/ALAMY/OTHER IMAGES



ALEXANDER SCOTT/CORBIS/LATINSTOCK



TAXI/GETTY IMAGES



MAXIMILIAN STOCK LTD/ASCIENCE PHOTO LIBRARY/LATINSTOCK

1. Vista aérea do Pantanal, Município de Poconé, Mato Grosso, 2008. 2. Vista aérea do garimpo, Poconé, Mato Grosso, 2008. 3. Balcão de atendimento em agência bancária, Pará, 2008. 4. Saque em caixa eletrônico, Holanda, 2008. 5. Projetista desenhando automóvel, Estados Unidos, 2007. 6. Projetista de automóveis utilizando recurso do CAD, Alemanha, 2009.

Questões de vestibular e do Enem

16. (UFPA) Tendo em vista as análises de Karl Marx e Friedrich Engels sobre o conceito de ideologia é possível afirmar que:
- o conjunto das ideias da classe dominante é, em todas as épocas, o dominante. E, quando uma nova classe passa a dominar, ela apresenta o seu interesse como o interesse de todos os membros da sociedade.
 - um dos aparelhos ideológicos que reproduzem valores etnocêntricos das classes sociais dominadas é a educação. E, quando a educação formal visa à educação política, há possibilidades de desenvolvimento que não se restringem ao crescimento econômico.
 - a ideologia é determinante do modo de ser, pensar e agir de uma sociedade e possibilita a extinção das particularidades por meio da relativização e da coligação, entre si, dos membros da classe política para se constituírem em grupo homogêneo e solidário.
 - a ideologia é uma noção universalmente desejada, pois propõe a neutralidade nas análises do processo de acumulação capitalista em escala global, e é um meio de escolher democraticamente as pessoas encarregadas de tomar decisões.
 - das legitimações básicas do domínio, a liderança para o bem-estar para todos é aquela em que há autoridade pelo dom da graça. Essa liderança consiste na ideia de que a menor intervenção do poder público permite que as forças do livre mercado proporcionem o desenvolvimento e a intensificação das contradições sociais.

Capítulo 3

A sociologia de Durkheim

"[...] Os brinquedos vulgares são assim, essencialmente, um microcosmo adulto; são reproduções em miniatura de objetos humanos, como se, para o público, a criança fosse apenas um homem pequeno, um homúnculo a quem só se podem dar objetos proporcionais ao seu tamanho.

As formas inventadas são muito raras; apenas algumas construções, baseadas na habilidade manual, propõem formas dinâmicas. Quanto ao restante, o brinquedo francês *significa sempre alguma coisa*, e esse alguma coisa é sempre inteiramente socializado, constituído pelos mitos ou pelas técnicas da vida moderna adulta: o Exército, a Rádio, o Correio, a Medicina (estojo miniatura de instrumentos médicos, sala de operação para bonecas), a Escola do Penteado Artístico (secadores, bobes), a Aviação (paraquedistas), os Transportes (trens, Citroëns, lambretas, vespas, postos de gasolina), a Ciência (brinquedos marcianos).

O fato de os brinquedos franceses prefigurarem *literalmente* o universo das funções adultas só pode evidentemente preparar a criança a aceitá-las todas, construindo para ela, antes mesmo que possa refletir, o álibi de uma natureza que, desde que o mundo é mundo, criou soldados, empregados do Correio e vespas. O brinquedo fornece-nos assim o catálogo de tudo aquilo que não espanta o adulto: a guerra, a burocracia, a fealdade, os marcianos etc.

[...] Existem, por exemplo, bonecas que urinam: possuem um esôfago, e, se lhes dá a mamadeira, molham as fraldas; sem dúvida, brevemente o leite transformar-se-á em água, em seus ventres. Pode-se, desta forma, preparar a menininha para a causalidade doméstica, 'condicioná-la' para a sua futura função de mãe. Simplesmente, perante este universo de objetos fiéis e complicados, a criança só pode assumir o papel do proprietário, do **utente**, e nunca do criador; ela não inventa o mundo, utiliza-o: os adultos preparam-lhe gestos sem aventura, sem espanto e sem alegria. Transformam-na num pequeno proprietário aburguesado que nem sequer tem de inventar os mecanismos de causalidade adulta, pois já lhe são fornecidos prontos: ela só tem que utilizá-los, nunca nenhum caminho a percorrer."

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1982.

Utente. Aquele que usa, usuário.

Compreender o texto

1. Pelo texto, os brinquedos reproduzem as regras e condicionam as crianças a se familiarizarem e se adaptarem precocemente ao mundo adulto. Qual é a principal consequência desse fato social?
2. O brinquedo fornece o catálogo de tudo aquilo que não espanta o adulto: a guerra, a burocracia, a fealdade, os marcianos etc.
 - I. A utilização correta de um brinquedo é predeterminada por um sistema de regras próprias do mundo adulto.
 - II. A internalização de regras pela criança é uma expectativa do grupo, mesmo que essa não seja a sua vontade.
 - III. Apesar de informais, as regras de utilização de um brinquedo não permitem questionamento ou discordância pelo risco de esse comportamento transgressor ser reprimido espontaneamente pelo grupo.

Com base no texto é possível afirmar que está(ão) correta(s) APENAS a(s) proposição(ões):

- a) I. b) II. c) III. d) I e II. e) I, II, e III.

PARA LER

- **Cartas a uma jovem socióloga**, de Alain Touraine. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Publicação de cartas do autor a uma aluna com a qual se correspondeu em 1974, trocando ideias a respeito dos problemas sociais da época, especialmente daqueles enfrentados pelos sociólogos.

- **Coração das trevas**, de Joseph Conrad. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

O escritor Conrad viveu na África alguns anos na década de 1890, onde presenciou os abusos e atrocidades cometidos pelas nações europeias contra os povos nativos do continente. Através do aventureiro Marlow, o escritor critica a violência colonial e a aniquilação da cultura nativa pelos europeus.

- **O diabo na livraria do cônego**, de Eduardo Frieiro. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

Publicado primeiramente em 1945, o livro analisa os autos de sequestro dos bens do cônego Luís Vieira da Silva, partícipe e ideólogo da Inconfidência Mineira, mostrando como as ideias dos filósofos da Ilustração penetravam no Brasil, inspirando os movimentos sociais libertários.

PARA ASSISTIR

- **Dersu Uzala**, de Akira Kurosawa. Japão/União Soviética, 1974, 140 min.

Militar russo é destacado para fazer o levantamento topográfico da Sibéria, onde encontra Dersu Uzala, um camponês mongol que o acompanha como guia na viagem. Durante o período de convivência, o camponês, humildemente, lhe ensina a “ler” a natureza siberiana, e apresenta uma nova forma de ver o mundo e as diferenças culturais entre eles.

PARA NAVEGAR

- **Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra**

(www.ces.uc.pt/ces)

Dirigido pelo prof. dr. Boaventura de Sousa Santos, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra foi criado em 1978 com o fim da ditadura salazarista, quando foi implantada oficialmente a sociologia no país. Em sua formação contou com diversos professores visitantes brasileiros. É hoje composto por centenas de pesquisadores que se dedicam ao estudo multidisciplinar de temas abrangentes como a globalização e as relações internacionais de Portugal com a África e Brasil.

- **Revista Tempo Social**

(www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site)

Publicação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.